



Bianca Orrico Serrão

“EU SINTO QUE RENASCI”: O DIREITO À VIDA DE ADOLESCENTES A PARTIR DA ANÁLISE DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO EM UM ESTADO DO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Temas de Psicologia do Desenvolvimento, orientada por Professor Doutor Joaquim Armando Gomes e Alves Ferreira, Professora Doutora Maria Jorge Santos Almeida Rama Ferro e Professora Doutora Juliana Prates Santana e apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade de Coimbra

Outubro de 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Bianca Orrico Serrão

“EU SINTO QUE RENASCI”: O DIREITO À VIDA DE ADOLESCENTES A PARTIR DA ANÁLISE DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO EM UM ESTADO DO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em
Temas de Psicologia do Desenvolvimento da Universidade de Coimbra

Trabalho efectuado sob a orientação do Professor Doutor Joaquim
Armando Gomes e Alves Ferreira, Professora Doutora Maria Jorge
Santos Almeida Rama Ferro e Professora Doutora Juliana Prates
Santana

Outubro de 2017

A liberdade é como o sol. É o bem maior do mundo.

(Jorge Amado, Capitães da Areia)

AGRADECIMENTOS

Ao pensar no tema da presente dissertação, os significados elaborados por mim ultrapassam a importância acadêmica e social de uma pesquisa científica. A experiência no PPCAAM, como meu primeiro trabalho enquanto psicóloga e agora como pesquisadora, transformou a visão do meu papel não só enquanto profissional, mas como ser humano, e me faz acreditar verdadeiramente na importância de lutar por justiça e mudanças, mesmo que em alguns momentos isso possa parecer inalcançável.

Meus agradecimentos são para muitas pessoas que me ajudaram a concretizar esta investigação. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer imensamente a cada adolescente que aceitou participar da pesquisa e pela confiança que depositaram em mim ao relatar suas histórias. Esse trabalho é dedicado a vocês.

A Universidade de Coimbra, gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Joaquim Armando Gomes Alves Ferreira pelo aprendizado e orientação e para minha co-orientadora, Professora Doutora Maria Jorge Santos Almeida Rama Ferro, pelo aprendizado, orientação, confiança, acolhimento em Portugal e sensibilidade em me tranquilizar em meus momentos de angústia e ansiedade ao longo do processo de construção da dissertação. A senhora me ensinou que educar vai muito além da transmissão do conhecimento. Meu mais sincero agradecimento por isso.

A minha co-orientadora, Professora Doutora Juliana Prates Santana, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por me mostrar desde o primeiro dia em que assisti sua maravilhosa aula na graduação, de onde saí emocionada, o caminho que eu queria trilhar na minha atuação profissional. A experiência na Iniciação Científica com a sua orientação, foi o que me impulsionou a estar aqui hoje. Você é uma inspiração em tudo que me proponho a fazer. Minha eterna admiração e agradecimento pelo aprendizado e confiança ao longo destes anos.

À toda equipe do PPCAAM/BA, por todo apoio e suporte oferecido para a concretização desta pesquisa, em especial a coordenadora geral Alice Martins, por ser um exemplo de força, ética, profissionalismo e atenção em um Programa que exige tanto. Vocês me mostram diariamente a importância do trabalho em equipe para a transformação desta

realidade. Meu mais sincero agradecimento e respeito por todos/as vocês!

À toda equipe da Safernet Brasil, em especial a minha coordenadora, Juliana Cunha, que incentivou à minha vinda a Portugal e confiou no meu trabalho mesmo do outro lado do oceano. Muito obrigada a cada um/a de vocês pelo aprendizado diário, apoio e oportunidade.

Uma palavra especial de agradecimento também para minha família, meu apoio e amparo incondicional. A meu pai Antônio (*in memoriam*), por ter me ensinado mesmo após a sua ida o significado de viver à vida sempre com leveza e humor, até mesmo diante das maiores dificuldades. A minha mãe Dalva, por ser minha maior fonte de inspiração, força, coragem e dedicação, e por sempre incentivar o meu crescimento pessoal e profissional mesmo que para isso eu precisasse ir para tão longe. Você me ensina continuamente que eu devo lutar pelos meus objetivos para alcançá-los, sempre respeitando o espaço do outro, e este é o maior aprendizado que posso levar para minha vida. A minha irmã, Marcele, pelo contínuo apoio, carinho e encorajamento, muito obrigada. Agradeço a sorte de ter padrinhos, tias/os e primos/as, que são tão presentes, amáveis e acolhedores/as. Sou muito privilegiada por aprender com todos/as vocês diariamente o significado de família. Jamais conseguiria descrever em palavras a gratidão e amor que sinto por cada um/a de vocês.

Sou grata pelo amor e companheirismo de Brian Macedo, que desde quando o conheci, há dez anos atrás, sempre me incentivou e me inspirou a ser alguém melhor. Sem sua paciência, acolhimento e apoio eu não poderia finalizar este trabalho. Eu te amo. Obrigada por estar ao meu lado nessa caminhada. Agradeço também aos meus sogros, Sr. João e Sra. Maria de Fátima, cunhados/as (Tarcísio, Igor, Priscila e Dayana) e familiares (família Fonseca e Macedo), por todo carinho e afeto.

Aos/as amigos/as, agradeço pela escuta, atenção e sorrisos que me proporcionam, mesmo com toda à distância vocês sempre se mostraram presentes. Um agradecimento especial a minha amiga para toda a vida, Laísa Negrão, pelas sugestões e apoio neste trabalho. Aos/as amigos/as que fui presenteada em Coimbra, agradeço pelo acolhimento e afeto ao longo destes dois anos. Sempre levarei cada um/a de vocês comigo. Obrigada!

RESUMO

No cenário brasileiro é possível identificar um aumento crescente de adolescentes vítimas de violência extrema. De acordo com o Atlas da Violência, entre 2005 e 2015 as taxas de homicídios envolvendo pessoas com faixa etária entre 15 e 29 anos teve um aumento de 17,2%, ou seja, 318 mil adolescentes e jovens foram vítimas de homicídios na década citada. A partir dessa realidade, foi percebido pelo Estado e sociedade civil a importância de se promover novas ações para reduzir a violência letal contra este grupo social no país. Com isso, é instituído um Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes em diferentes estados no Brasil para garantir o direito à vida na infância e adolescência, assim como previsto no Estatuto da Criança e do/a Adolescente (Lei 8069/90). A necessidade de ingressar neste Programa implica o surgimento de diversas demandas objetivas e subjetivas para assegurar a sobrevivência dos/as usuários/as, o que pode produzir impactos de ordem psíquica e social na trajetória de vida destas crianças e adolescentes. Neste sentido, o propósito desta pesquisa foi analisar a produção de sentidos e significados dos (as) usuários (as) sobre o ingresso no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes em um estado do Brasil. Os objetivos específicos foram: caracterizar a vida dos/as adolescentes antes da inserção no Programa e suas relações com o motivo que desencadeou o ingresso no mesmo; investigar a percepção dos/as usuários/as no que se refere ao funcionamento, resolutividade e relação com a equipe técnica do Programa; investigar o impacto do Programa na trajetória de vida dos/as adolescentes; descrever os significados e sentidos subjetivos elaborados pelos adolescentes sobre o Programa; identificar projetos de vida dos/as usuários/as do Programa para o futuro. Para fundamentar a presente investigação, foi utilizado como marco teórico a Psicologia

Histórico-Cultural e a concepção da subjetividade por González Rey, por entender a importância de analisar os sentidos e significados elaborados pelos indivíduos através dos aspectos históricos e culturais que os envolvem. Para o alcance dos objetivos, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas individuais com dezesseis protegidos/as, 10 adolescentes do gênero masculino e 06 do gênero feminino, com faixas etárias entre 13 e 17 anos. Além disso, foram registradas conversas informais realizadas durante a interação com os participantes e registradas em diário de campo. Os resultados foram apresentados a partir de três núcleos de significação. O primeiro refere-se ao núcleo “não vai chegar aos 18” - Violações e situações de risco, que busca apresentar elementos da trajetória de vida dos/as adolescentes, como violações que vivenciaram antes do ingresso no Programa; O outro núcleo é “quando meu pai morreu, a minha mãe entrou em depressão e começou a usar droga, e se prostituir e fazer tudo de errado” – Violências familiares, que aborda as relações familiares de cada protegido/a; E o último tipo caracteriza-se como “Aceito qualquer coisa” – Sentidos subjetivos sobre o ingresso no Programa, que busca compreender os sentidos e significados elaborados pelos/as adolescentes após a entrada no Programa. A realização deste estudo pretendeu contribuir para a ampliação do conhecimento desta política pública, respondendo a uma lacuna na produção científica que não analisa as percepções e significações do que o ingresso no Programa representa a partir do discurso dos/as próprios/as usuários/as. Além disso, esperou-se a partir dos dados obtidos, pensar em investigações e estratégias que vislumbrem a importância desta política pública na garantia dos direitos e proteção integral deste grupo social, para assim almejar uma redução dos índices de violência extrema que envolvem estes indivíduos.

Palavras-chave: Violência Extrema; Adolescência; Proteção; Sentidos; Significados.

ABSTRACT

In the Brazilian scenario, the number of adolescents victims of extreme violence grows fast every year. According to the Atlas of Violence, between 2005 and 2015, the homicide rate of people aged 15-29 years increased by 17.2%, that is 318,000 adolescents and young people were victims of homicide in this period. From this reality, the Brazilian Federal Government, together with civil society, realized the need to promote new actions to reduce lethal violence against this social group in the country and instituted, in 2007, a Protection Program for the Protection of Children and Adolescents performed in different states in Brazil and aims to guarantee the right to life in childhood and adolescence, as provided for in the Statute of the Child and the Adolescent (Law 8069/90). The need to enter this Program implies the emergence of several objective and subjective demands to ensure the survival of the users, which can produce psychic and social impacts on the life trajectory of these children and adolescents. In that way, the purpose of this research was to analyze the production of senses and meanings of the users about the entrance in this Protection Program of Protection to Children and Adolescents in the state of Brazil. The specific objectives were: to characterize the life of adolescents before the insertion in the Program and how these factors led them to join the Program; investigate the perception of the users regarding the functioning, resolution and relationship with the technical team of the Program; analyze the impact of the Program on the life trajectory of adolescents; describe subjective perceptions and meanings built by the adolescents on Program; identify life projects of the users of the Program for the future. The present investigation used Historical-Cultural Psychology and the conception of subjectivity by González Rey as theoretical framework, because this framework understand the importance of analyzing perceptions and meanings built by individuals through the historical and cultural aspects that involve them. To achieve the objectives, individual semi-structured interviews were carried out with sixteen protected adolescents, ten male and six female, with ages ranging from 13 to 17 years. The results were presented from three nuclei of significance. The first refers to the nucleus "will not reach 18" - Violations and situations of risk, which search for elements of the life trajectory of adolescents, such as violations that experienced before joining the Program; The second is "when my father died, my mother went into depression and

started using drugs, and prostituted herself and did everything wrong" - Family Violence, which addresses the family relations of each protected person; And the last type is characterized as "I accept anything" - Subjective senses about joining the Program, which aims to understand the senses and meanings developed by the adolescents after join the Program. The purpose of this study is to contribute for expansion of the knowledge of this public policy, responding to a gap in scientific production that does not analyze perceptions and meanings of what the participation in Program represents from the discourse of the users themselves. In addition, data obtained lead to think of investigations and strategies that glimpse the importance of this public policy in guaranteeing the rights and integral protection of this social group, to aim for a reduction in the rate of extreme violence involving these individuals.

Keywords: Extreme Violence; Adolescence; Protection; Perceptions; Meanings.

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ÍNDICE DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA (IHA) POR GRANDES REGIÕES – 2014 – MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES	41
GRÁFICO 2 - PERFIL DOS/AS PROTEGIDOS/AS POR RAÇA/ETNIA	53
GRÁFICO 3 - PERFIL DOS/AS PROTEGIDOS/AS POR IDADE	54
GRÁFICO 4 - PERFIL DOS/AS PROTEGIDOS/AS POR ESCOLARIDADE	55

TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DO IHA PELAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2014 – MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES	42
TABELA 2 - OS 20 MUNICÍPIOS COM MAIS DE 200 MIL HABITANTES COM O MAIOR IHA – 2014	43
TABELA 3 – PARTICIPANTES DA INVESTIGAÇÃO	81

LÉXICO DE SIGLAS

CASE – Centro de Atendimento Socioeducativo

CoE – Conselho da Europa

CDC – Convenção sobre o Direito das Crianças

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPCJ – Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHA – Índice de Homicídios na Adolescência

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LAV– Uerj – Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ONU – Organizações das Nações Unidas

PIA – Plano Individual de Acompanhamento

PROVITA – Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas

PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

PPDDH – Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos

PRVL – Programa da Redução da Violência Letal

SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SIM – Sistema de Informação Sobre Mortalidade

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SNPDCA – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

SGD – Sistema de Garantias de Direito

SPA – Substâncias Psicoativas

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

WITSEC – Witness Security Program

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIA EXTREMA NO BRASIL.....	26
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	26
1.2 VIOLÊNCIA NO ESTADO DA BAHIA	38
CAPÍTULO 2 - O PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE (PPCAAM).....	44
2.1 FINALIDADE DO PPCAAM	44
2.2 PÚBLICO ALVO	53
2.3 INGRESSO E PERMANÊNCIA NO PROGRAMA.....	56
2.4 DESLIGAMENTO DO PROGRAMA	61
CAPÍTULO 3 – REFERENCIAL TEÓRICO	63
3.1 - PSICOLOGIA HISTÓRICO- CULTURAL.....	63
3.2 O SENTIDO E SENTIDO SUBJETIVO: IMPORTÂNCIA PARA O PROCESSO DE SUBJETIVIDADE E PRODUÇÃO DE SIGNIFICADOS	65
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA	75
4.1 OBJETIVO GERAL	75
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	75
4.3 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	75
4.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	76
4.5 INSTRUMENTO: A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	77
4.6 CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO.....	80
4.7 PARTICIPANTES.....	81
CAPÍTULO 5 - APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	86
5.1 NÚCLEO DE SIGNIFICAÇÃO: "NÃO VAI CHEGAR AOS 18" - VIOLAÇÕES E SITUAÇÕES DE RISCO.....	86

5.2 NÚCLEO DE SIGNIFICAÇÃO: “QUANDO MEU PAI MORREU, A MINHA MÃE ENTROU EM DEPRESSÃO E COMEÇOU A USAR DROGA, E SE PROSTITUIR E FAZER TUDO DE ERRADO” – VIOLÊNCIAS FAMILIARES	100
5.3 NÚCLEO DE SIGNIFICAÇÃO: “ACEITO QUALQUER COISA. – SENTIDOS SUBJETIVOS SOBRE O INGRESSO NO PPCAAM	108
REFERÊNCIAS	147
ANEXO A – ENTREVISTA UTILIZADA NA PESQUISA.....	170
ANEXO B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE	172
ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	173
ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA EQUIPE.....	175
ANEXO E – AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO QUE GERENCIA O PROGRAMA	176
ANEXO F – AUTORIZAÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA UC	177

INTRODUÇÃO

Ao pensar no tema de investigação da presente dissertação¹, identifica-se a necessidade de apresentar e tentar responder, a três questões fundamentais: O que é ser adolescente no Brasil²? O que corrobora para o aumento da violência letal direcionada a este grupo social? Quais as estratégias de proteção que são garantidas pela sociedade e Estado para proteger estes sujeitos?

Inicialmente, faz-se necessário realizar uma breve compreensão sociológica e psicológica da adolescência para em seguida abordar aspectos sobre o/a adolescente no Brasil. De acordo com Ariés (1978), assim como o sentimento de infância, a adolescência também nasceu sob o signo da modernidade, sendo apontado pelo autor que foi a partir do século XIX que houve um reconhecimento das características e alterações peculiares que surgem nesta etapa do desenvolvimento. No século XX, período em que as investigações começaram a se tornar mais intensas, o psicólogo americano Stanley Hall torna-se referência na área, apresentando uma obra em 1904 intitulada “Adolescência”. Com base na teoria evolutiva, o autor afirmava que a adolescência era uma etapa desenvolvimental universal e inevitável, onde o indivíduo vivencia experiências anteriores pela segunda vez, porém de forma mais complexa (Santos, Neto & Koller, 2014).

No ano seguinte, em 1905, Freud aponta em seu trabalho “Três ensaios sobre a sexualidade” a adolescência como uma continuidade da infância. De acordo com Câmara e Cruz (1999), nesta fase o indivíduo dá sequência aos jogos que não são mais infantis com o intuito de enfrentar as angústias que surgem e promovem a crise considerada característica dessa fase, sendo esta uma etapa de transição conturbada entre a infância e a adultez. A partir da teoria apresentada por Freud (1905/1996), o psicanalista Erik Erikson (1968/1976) realizou uma contribuição que altera a perspectiva da psicanálise, direcionando seus estudos para um contexto sociocultural e para as questões relacionadas para as crises do ego e da identidade. O autor desenvolveu a teoria psicossocial e nela

¹ É válido ressaltar que a presente investigação foi escrita de acordo com as normas da Língua Portuguesa adotadas no Brasil.

² O desenho apresentado na capa foi elaborado por um adolescente entrevistado na presente investigação

considera o indivíduo enquanto um ser social. De acordo com Senna e Dessen (2012), a partir dos estágios elaborados por Erikson, é possível identificar que o ser humano vive uma crise considerada normal ao longo do desenvolvimento e, especificamente na adolescência, este momento está relacionado as mudanças que ocorrem no processo identitário, nas interações que ocorrem com o meio e com os outros.

Outra perspectiva teórica que contribuiu para a compreensão do desenvolvimento do/a adolescente, foi concebida por Jean Piaget, a partir de sua investigação voltada para a compreensão dos processos cognitivos do desenvolvimento. O autor define características específicas e faixas etárias para cada estágio, (Sensório Motor - 0 a 2 anos; Pré-operatório 2 a 7 anos; Operatório concreto - 7 a 11 anos e Operatório formal a partir dos 12 anos), afirmando que na adolescência, o indivíduo consegue ter um raciocínio lógico, realizar operações no plano das ideias, e elaborar suas próprias conclusões (Piaget, 1896/1980). Nesse sentido, a teoria Piagetiana considera que o ápice do desenvolvimento cognitivo ocorre na fase da adolescência, sendo que isto terá uma relação direta com a compreensão do seu desenvolvimento moral e social.

A partir da contribuição desses e de outros/as autores/as, foi percebido a importância de aprimorar as investigações na área da adolescência e ultrapassar a ideia que esta etapa do desenvolvimento é algo estritamente linear e biológico, já que historicamente, adolescência foi apresentada por diferentes autores e contemplada pelos discursos midiáticos como algo universal e natural, indicando que nesta fase da vida todos/as adolescentes vivenciavam situações semelhantes e focando em especial no surgimento de conflitos e crises associadas a questões biológicas (Senna & Dessen, 2012). Em 1925, Margaret Mead foi uma das autoras pioneiras que foi de encontro a estas perspectivas a partir de uma investigação que realizou em Samoa, compreendendo que a adolescência era uma fase culturalmente determinada a partir das práticas sociais em momentos históricos distintos, salientando que este conceito não existia em todas as sociedades (Sprinthall & Collins, 1994).

De fato, a transição da infância para a adolescência é marcada por uma série de mudanças nos componentes biológicos, sendo identificada por muitos especialistas com o início da puberdade, que é o processo que leva a maturidade sexual do indivíduo, a fertilidade e o ciclo reprodutivo. Segundo Papalia e Olds (2000), “essas mudanças físicas dramáticas

são parte de um longo processo complexo de maturação que inicia antes mesmo do nascimento, e suas ramificações psicológicas continuam até a idade adulta” (p. 312). Entretanto, é importante distinguir o conceito de puberdade com o de adolescência, já que esta fase do desenvolvimento é algo muito mais complexo do que as transformações biológicas que surgem nesta etapa da vida.

Com isso, novas investigações apontam um novo olhar em relação a esta etapa para além destes aspectos. Bronfenbrenner (1979/1996), ao criar o modelo ecológico de desenvolvimento afirmou que é preciso compreender o indivíduo não só em seus aspectos biológicos e cognitivos, mas sim, a partir da sua interação, contexto social e tempo. As experiências de vida e o momento em que elas acontecem são fatores importantes neste modelo, e é a partir delas que gera significados para o indivíduo ao longo de sua trajetória. Somado a isso, a perspectiva bioecológica auxilia na compreensão da importância da articulação da pesquisa com as políticas públicas que favorecem o desenvolvimento, o que é uma perspectiva bastante cara a esta investigação (Bronfenbrenner, 2011).

A Psicologia Histórica-Cultural reforça a importância de compreender as etapas de desenvolvimento através de uma perspectiva social, histórica e cultural, que possui diferenças para cada indivíduo (Ozella & Aguiar, 2008). A partir dessa compreensão, foi identificada a necessidade de avaliar o/a adolescente não só através dos aspectos biológicos, mas sim através de questões relacionadas ao gênero, ao contexto histórico, econômico e social, bem como os processos de subjetivação e suas repercussões para cada sujeito, analisando estes fatores através de suas experiências, atos e discursos. Visualizar o/a adolescente através desta perspectiva, possibilita o empoderamento destes indivíduos nesta etapa do desenvolvimento e promove uma troca de experiências e reflexões em diferentes áreas que beneficia toda a sociedade. De acordo com o Relatório produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sobre a Situação da Adolescência Brasileira:

quando adultos reconhecem que adolescentes são atores sociais e políticos fundamentais para a construção de uma sociedade menos desigual e mais democrática e os adolescentes, que os adultos têm mais longas experiências e também precisam ser ouvidos e respeitados, ganham as famílias, as comunidades, a sociedade e o País (UNICEF, 2011, p. 20).

Em virtude do exposto e adotando uma perspectiva de que a adolescência é acima de tudo um fenômeno social, é necessário compreender que os/as adolescentes no Brasil vivenciam diferentes trajetórias em decorrência das especificidades políticas, econômicas, culturais, étnico-raciais e regionais que existem no país. Outro importante documento apresentado pelo UNICEF (2003), aponta que:

A diversidade pela ausência ou pela forma como essa diversidade é hierarquizada na pirâmide social remete, portanto, às iniquidades, às injustiças, aos critérios e às justificativas construídas ao longo do tempo [...]. Isso transforma a diferença em motivos para desigualdades intoleráveis, gera sofrimentos e conflitos, afeta a auto-estima das pessoas que não se identificam com o padrão dominante, empobrece as relações e as perspectivas seja de um grupo, de uma organização, ou de todo um país (p.32).

Para construir uma análise dessa realidade, é fundamental ter atenção a estes aspectos, compreendendo a diversidade que existe para adolescentes³ no país, a violação de direitos que ocorre para uma parte deste grupo social e quais as estratégias de proteção que a sociedade e o Estado têm promovido para enfrentar as desigualdades que predominam no Brasil. Deve-se apoiar políticas e normas que evitem que as diferenças e singularidades sejam desconsideradas, avaliando cada situação através de diferentes abordagens, e principalmente ouvindo o que estes indivíduos tem a dizer sobre as suas experiências.

Especificamente sobre a violência extrema, um dos temas centrais desta investigação, é possível identificar uma queda no índice de mortalidade na infância⁴, mas, por outro lado, um aumento significativo da taxa de letalidade envolvendo adolescentes e jovens, como aponta o Atlas da Violência 2017, estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Brasil e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública

3 É válido ressaltar que o conceito de criança e adolescente presente nesta investigação utiliza como base a Lei 8.069, de 13 julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando a criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos.

4 <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/19982-brasil-reduz-mortalidade-na-infancia-em-20-acima-da-media-mundial>.

(FBSP). Para Anthony Lake, Diretor Executivo do UNICEF (2011):

No Brasil, as reduções na taxa de mortalidade infantil entre 1998 e 2008 mostram que foi possível preservar a vida de mais de 26 mil crianças. No entanto, no mesmo período, 81 mil adolescentes brasileiros, entre 15 e 19 anos de idade, foram assassinados. Com certeza, não queremos salvar crianças em sua primeira década de vida para perdê-las na década seguinte (p.41).

Percebe-se que o Brasil conseguiu reduzir a mortalidade na infância, porém essas crianças que sobreviveram não parecem estar conseguindo chegar a vida adulta, pois a taxa de letalidade entre adolescentes e jovens teve um aumento significativo. A pesquisa realizada pelo Atlas da Violência em 2016, indica que 46,9% dos homens mortos entre os 15 e os 29 anos são vítimas de homicídio. O número salta para 53% quando são jovens de 15 a 19 anos (Cerqueira et al, 2016). Além da faixa etária, outro fator de risco encontra-se associado às taxas de pobreza existentes em diferentes regiões da federação. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), após uma análise das condições de vida da população brasileira, identificou-se que quatro em cada dez brasileiros que vivem na miséria são indivíduos com até 14 anos.

Viver em situação de extrema pobreza gera um ciclo de vulnerabilidades que afeta o bem-estar físico, psíquico e social destes sujeitos. Desestruturação ou privação da convivência familiar, baixa escolaridade, exploração do trabalho infantil, dificuldade de acesso aos serviços de saúde e violência, são alguns dos fatores que acarretam situações de risco para este grupo social. Para Chauí (1999) a:

[...] violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos (p. 3).

Ao se pensar nestes fatores, visualiza-se pessoas ou grupos vulneráveis juridicamente ou politicamente, na garantia ou proteção dos seus direitos fundamentais (Alves, 1994). Para

Ayres (1999), a vulnerabilidade social se constitui através de três razões: a primeira delas, refere-se ao controle ou posse de recursos que podem ser materiais ou simbólicos e possibilitam com que as pessoas possam se desenvolver e se locomover de forma plena na estrutura social. A segunda razão apresentada diz respeito à inserção no mercado de trabalho e acesso às políticas públicas, descrevendo como a organização do Estado e das Políticas de Estado e bem-estar social atribuem elementos que oportunizam um determinado grupo social. Por último, é apontada a capacidade dos indivíduos, das famílias e dos grupos em organizar os repertórios materiais ou simbólicos para enfrentar as adversidades e mudanças políticas e estruturais que surgem na sociedade. Para Kaztman (2005)⁵:

Vulnerabilidade não é exatamente o mesmo que pobreza, mas a inclui. Esta última está relacionada a uma situação de carência efetiva e certamente a vulnerabilidade transcende esta condição, projetando no futuro a possibilidade de sofrimento a partir de certas fragilidades que se constataam no presente. Em seu sentido mais amplo, a categoria vulnerabilidade reflete as condições dos vulneráveis, que se assemelha a condição de pobreza, bem como uma carência efetiva que implica na impossibilidade atual de sustentamento e desenvolvimento para o futuro com base nestas incapacidades nas quais os vulneráveis se encontram e para quem as condições de vida não estavam materializadas, aparecem como uma situação de grande probabilidade em um futuro certo a partir das condições de fragilidade que os afetam (p. 04)

É possível analisar, a partir do conjunto de fatores, que a vulnerabilidade social está além das condições individuais dos sujeitos que se encontram inseridos nesta circunstância. De acordo com Bellenzani e Malfitano (2006) deve-se rejeitar uma “tradição ‘psicologizante’, essencialista, individualista, culpabilizadora e a-histórica, que renega qualquer reflexão sobre os contextos culturais, sociais e políticos ‘onde’ e ‘como’ as pessoas sofrem e adoecem” (p.122). Para isso, é necessário ter uma compreensão histórica e contextual deste aspecto social para uma reflexão e intervenção desta problemática.

⁵ Tradução realizada pela investigadora.

Um dos fatores que se encontram intrinsecamente associados a esta realidade é a exploração do trabalho, pois em decorrência da situação de exclusão e vulnerabilidade social, adolescentes deixam de ir à escola para conseguir meios de subsistência. Dos 4,3 milhões de brasileiros com idades entre 5 e 17 anos que exercem algum tipo de atividade laboral, 77%, ou 3,3 milhões, são adolescentes de 14 a 17 anos de idade (UNICEF, 2011).

A baixa escolaridade também é apontada como uma violação associada as vulnerabilidades envolvendo este grupo social. De acordo com o UNICEF (2011) em 2009, de 2,3 milhões no total de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, 13% tinham atraso escolar superior a dois anos e, 1,09 milhão (ou mais de 47%) tinham entre 15 e 17 anos e encontravam-se atrasados em seus estudos. A falta de acesso à educação é um dos fatores que mais dificultam a inserção do adolescente em programas sociais que possibilitam um desenvolvimento pleno e saudável a estes indivíduos.

O acesso às drogas e a inserção no tráfico também se encontram relacionados a esta realidade. De acordo com uma investigação realizada pelo Observatório de Favelas, "organização da sociedade civil de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos"⁶, mais de 90% dos entrevistados afirmaram que entraram no tráfico de drogas antes de completar 15 anos, e a justificativa para este ingresso foi apontada pelos adolescentes em decorrência as dificuldades econômicas e a falta de acesso ao mercado de trabalho e a questões de ordem subjetiva, como ter prestígio na comunidade, respeito e poder (Silva, Braga, Rodrigues & Fernandes, 2006). A invisibilidade social que envolve esses/as adolescentes e o descaso do Estado para evitar estas práticas de risco, contribui para que crianças e adolescentes visualizem o tráfico como uma única oportunidade de ascensão econômica e social. Para Castro e Abramovay (2002):

Para esses jovens, o tráfico representa a possibilidade de atingir um *status* social e obter respeito da sociedade. O traficante é visto como um indivíduo respeitado, que possui poder e dinheiro, algo quase inatingível em uma comunidade de baixa renda. No imaginário de vários jovens, é o traficante quem zela pelo bem-estar da comunidade, na medida em que faz benfeitorias (muitas vezes substituindo o papel do Estado). Acima de tudo, é quem os respeita como cidadãos (p.172).

6 Disponível em: <http://of.org.br/apresentacao/>

Em determinadas situações, o uso ou o ingresso no tráfico de drogas, associado com a fragilidade das relações familiares, pode vir a ser uma das causas que levam crianças e adolescentes a viverem em situação de rua. Entretanto, é válido ressaltar, de acordo com Rizzini, Caldeira, Ribeiro e Carvano (2010), que:

o processo de apropriação da rua é incorporado, de forma gradual e progressiva, ao sistema identitário da criança e do adolescente. Ou seja, qualquer fator, mesmo que extremamente importante, como a situação familiar ou a condição de pobreza, não pode explicar sozinho a complexidade do fenômeno. O conhecimento da trajetória de vida da criança ou do adolescente é, portanto, o elemento central que permite compreender a sua relação com a rua como seu espaço prioritário de vida (p. 19).

A situação de rua vivenciada por crianças e adolescentes é uma violação grave aos direitos fundamentais previstos no Estatuto, porém este é um fenômeno cotidiano no Brasil em especial nas grandes cidades. Para Santana (2007), existe um contrassenso no que se refere à criança e adolescente que se encontra nas ruas, pois ao mesmo tempo que elas estão fisicamente presentes em diferentes espaços públicos, sem a presença de familiares ou organizações e instâncias responsáveis como por exemplo a escola, elas se tornam invisíveis perante a sociedade, tendo o seu direito à proteção negado pela população e Estado.

Outro fator de risco no país refere-se a cor desses/as adolescentes. De acordo com o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015a)⁷ entre a faixa de 0 a 17 anos de idade, as crianças e adolescentes vítimas de homicídio somam 1.127 para brancos e 4.064 para negros. Entre adolescentes de 16 e 17 anos, a taxa de homicídios de brancos foi de 24,2 por 100 mil enquanto a de negros de 66,3 em 100 mil. Proporcionalmente, morreram quase três vezes mais negros que brancos. Em relação ao gênero, a maior parte das vítimas são meninos, representando 93% do total no ano de 2013 (Waiselfisz, 2015a). Através destes dados, percebe-se que ser adolescente no Brasil, em especial quando se vive em situação de

7 Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf

vulnerabilidade, é conviver com estas e outras estatísticas.

Para além dos fatores externos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei no 8.069/90)⁸, no art. 19 afirma-se que “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”. Desta forma, para a criança/adolescente é de fundamental importância estar com a família, pois estes indivíduos ainda se encontram vinculados tanto nos aspectos emocionais, educacionais e financeiros (Forte, 1996). A família é a base inicial para o desenvolvimento físico, psicossocial e moral para a crianças e adolescentes. Ter acesso a uma rede de apoio com figuras de referência, além do estabelecimento de vínculos familiares, permite aos adolescentes uma troca de experiências que favorece a autoestima, a resiliência e o pensamento crítico.

Ao identificar a situação de vulnerabilidade que adolescentes vivenciam no Brasil através dos dados apresentados e diferentes investigações, nota-se a necessidade de compreender o que a sociedade e o Estado tem realizado para garantir a promoção efetiva do direito à vida para este grupo social aqueles que estão em risco eminente de morte, decorrentes de ameaças sociais. Para o UNICEF (2011), a sociedade e governos devem promover “políticas públicas que sejam, ao mesmo tempo, universais e focadas nas demandas e necessidades dos adolescentes. Políticas multissetoriais, baseadas nesse novo olhar sobre a adolescência e que promovam e levem em conta a voz desses meninos e meninas” (p.21).

É a partir desta realidade, que esta pesquisa analisou a produção de sentidos e significados dos (as) usuários (as) que se encontram em um sistema de proteção como o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM no estado da Bahia. Uma das motivações que suscitaram a investigação desse tema, para além da relevância social desta política pública, surgiu a partir do exercício profissional da investigadora enquanto membro da equipe técnica do Programa entre 2011 e 2012. A partir desta experiência, foi possível compreender os impactos objetivos e subjetivos que surgiam no

8 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm

ingresso dos/as adolescentes no Programa, bem como as suas implicações na trajetória dos/as usuários/as. Além disso, no campo científico da Psicologia não foram identificados estudos sobre os sentidos e significados de adolescentes sobre o ingresso no referido Programa, mas sim investigações que contemplavam uma análise do perfil dos/as usuários/as e avaliações do Programa em diferentes estados enquanto política pública.

Essa ausência de estudos científicos com os/as protegidos/as reforçou a necessidade de uma pesquisa acadêmica que buscasse entender como se configura a entrada no Programa e os impactos causados pelo mesmo através dos/as principais protagonistas desta realidade. Buscar conhecer os sentidos e significados elaborados pelos/as adolescentes a partir dos seus próprios discursos, permite a realização de uma investigação pautada nos princípios da Sociologia da Infância, que busca propor crianças e adolescentes como integrantes ativos na configuração de seu sistema social, e como participantes diretos na construção da presente investigação através de suas respectivas realidades (Sarmiento, 2005). Esta pesquisa também foi pautada em teóricos que abordam temáticas sobre violência letal no Brasil, adolescência e vulnerabilidade, documentos e diretrizes elaboradas sobre o PPCAAM, articulado com estudos da Psicologia Histórico Cultural e a construção da Subjetividade proposta por González Rey.

Os capítulos foram organizados a partir de uma proposta dialética que articula os conteúdos teóricos sobre a temática investigada com os dados empíricos coletados no Brasil para a elaboração da presente dissertação. No capítulo I, é apresentado um panorama acerca da violência letal no Brasil e como esta problemática é associada a aspectos socioculturais, econômicos e étnico-raciais, salientando os homicídios que são direcionados para adolescentes e apresentando a realidade desta adversidade no estado da Bahia. O capítulo II versa sobre o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, buscando compreender sua construção através das experiências de outros Programas de Proteção, verificando o Decreto 6.231/07 que o institui enquanto política pública e analisando suas diretrizes através do Guia de Procedimentos que apresenta o seu funcionamento.

O capítulo III aborda o marco teórico utilizado na investigação, sendo este desenvolvido a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural e pelo que González Rey elabora através desta vertente para a concepção de sentido, sentido subjetivo e

significados, além da visão histórico-cultural das subjetivações que ocorrem na adolescência.

No capítulo IV são apresentadas as estratégias metodológicas utilizadas para a coleta dos dados, bem como informações referente aos/as participantes, procedimentos éticos adotados e local onde foi realizada a investigação. O capítulo V apresenta os resultados e a interpretação dos dados fornecidos pelos/as entrevistados/as. Por fim, nas considerações finais, são apresentadas as argumentações e limites da presente dissertação a partir dos resultados encontrados, e possíveis sugestões para pesquisas futuras que contemplem o objeto do estudo.

CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIA EXTREMA NO BRASIL

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

A violência extrema é um dos problemas sociais mais preponderantes no Brasil. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência pode ser definida como:

uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002, p. 5).

Para a compreensão deste fenômeno, é necessário entender que a violência possui um caráter multifacetado. De acordo com Pino (2007), existem questões que dificultam a análise da violência, sendo a primeira de ordem psicológica (impactos emocionais que são suscitados nos indivíduos de forma subjetiva através de ações objetivas), a segunda de ordem filosófica (obstáculos relacionados a racionalidade para compreender determinadas ações) e a última de ordem antropológica, onde existe uma depreciação das pessoas que produzem atos de violência, sendo estas visualizadas como aquelas que perderam características humanas.

É possível identificar que a violência pode ser direcionada de forma física e simbólica, produzindo efeitos negativos de grande impacto em quem a sofre, além de possuir diferentes dimensões, podendo ser expressiva (quando ocorre de forma intencional para prejudicar alguém) ou instrumental (surge como forma de alcançar algo, como por exemplo, poder, status, estima, etc.).

Para o propósito deste trabalho, é fundamental compreender a violência extrema e suas implicações. A Classificação Estatística Internacional de Doenças e de Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) da Organização Mundial de Saúde (OMS) identifica as causas de mortalidade a partir de sua natureza e etiologia. Para as mortes por causas

externas, realiza-se uma análise segundo o meio ou motivo que desencadeou a lesão que gerou o óbito (Ribeiro & Cano, 2016). O Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015c) afirma que as tipificações abaixo são as que contemplam as mortes por causas externas no CID-10:

- V01 a V99: acidentes de transporte;
- W00 a X59: outras causas externas de traumatismos acidentais;
- X60 a X84: lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídios);
- X85 a Y09: agressões intencionais (homicídios);
- Y10 a Y34: intencionalidade indeterminada;
- Y10 a Y98: outras causas externas (p.7).

No presente trabalho, será investigado especificamente as circunstâncias que envolvem as agressões intencionais quando direcionadas aos/as adolescentes no país. De acordo com Cerqueira et al (2017), “em três semanas são assassinadas no Brasil mais pessoas do que o total de mortos em todos os ataques terroristas no mundo” (p. 5). O índice de homicídios que ocorre no país tem crescido de forma exponencial ao longo dos anos, e neste contexto, é possível identificar que não existem perfis generalizados em relação a este fenômeno, mas sim, sólidos componentes relacionados a classe, cor, faixa etária, gênero e escolaridade na classificação desta forma de violência. Esta letalidade tem um rosto/perfil discriminado: jovens, em sua maioria homens e negros, moradores das periferias de regiões metropolitanas, são os mais atingidos por esta violência (Waiselfisz, 2014).

Entretanto, questões de desigualdade étnico-raciais perpetuam na sociedade desde o período colonial. De acordo com Quijano (2000), as relações de poder e sociais que sustentam o mundo globalizado se encontram enraizadas a partir de duas questões centrais: a especificação da população mundial a partir da ideia de raça e as formas de controle do trabalho. O autor aponta que a conquista do território americano e a sua colonização a partir do domínio europeu, promoveram relações de dominação e

hierarquização que discernem os papéis de poder e ocasionam relações de exploração através de diferenciações fenotípicas, culturais e territoriais.

De acordo com Porto-Gonçalves e Quental (2012):

as identidades sociais inventadas pela classificação racial da população mundial associam-se ao lugar que estes grupos passam a ocupar na divisão do trabalho. Os índios, portanto, passam a estar associados à estrutura social da servidão, os negros à escravidão e o europeu ao trabalho assalariado. Assim, o trabalho não-pago passa a estar vinculado às “raças” dominadas, posicionadas como inferiores, e o trabalho assalariado aos brancos, aos europeus (p. 7).

Essas formas de dominação, como aponta Assis (2014), demonstra o “conceito de colonialidade como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização” (p. 614). As relações de poder nas sociedades reforçam uma reprodução de desigualdades raciais, socioeconômicas e culturais que se perpetuam até os dias atuais. Neste sentido, é fundamental explicar a vulnerabilidade social que envolve parte da sociedade, apresentando este conceito “como uma posição de desvantagem frente ao acesso às condições de promoção e garantia dos direitos de cidadania de determinadas populações” (Guareschi, Reis, Huning & Bertuzzi, 2007, p.20). Ou seja, o acesso a qualidade de vida, bem-estar e direitos é negado para determinadas pessoas, o que desmistifica a ideia de que todos os seres humanos são iguais perante as leis, em dignidade e direitos, como previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos⁹ (1948).

A partir desta perspectiva, identifica-se que existe uma marginalização de determinados grupos sociais e conseqüentemente uma manutenção de violências físicas e simbólicas direcionadas a uma parte específica da população. O autor Boaventura de Sousa Santos em sua obra *Epistemologias do Sul* (2010), reforça este fenômeno social quando aponta em sua teoria que existe uma reprodução de estereótipos, discriminação e formas de dominação que produzem um sistema de segregação a determinados grupos, em decorrência do capitalismo e de uma hegemonia eurocêntrica/etnocêntrica presente em

9 Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm

diferentes contextos.

Ao compreender que existe uma manutenção desta lógica colonialista de poder, nota-se que os processos de exclusão têm gerado dados alarmantes no que concerne ao aumento da violência extrema no Brasil. O Mapa da Violência de 2014, estudo baseado no levantamento dos atestados de óbito até o ano de 2012 realizado pelo Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, apontou que a taxa de homicídios entre jovens negros é quase quatro vezes a verificada entre os brancos (36,9 a cada 100 mil habitantes comparado a 9,6). O estudo aponta que 77% destes adolescentes e jovens eram negros e pardos. Entre os brancos, no conjunto da população, o número de vítimas diminui de 19.846 em 2002 para 14.928 em 2012, o que representa uma queda de 24,8%. Entre os negros, as vítimas aumentam de 29.656 para 41.127 nessas mesmas datas com o crescimento de 38,7%. Este dado é reforçado pelo documento do Atlas da Violência (2016), ao apontar que houve um aumento nos anos posteriores de 18,2% na taxa de homicídio de negros entre 2004 e 2014, e uma diminuição de 14,6% da mesma taxa para pessoas não negras (p. 40).

Em 2016, foi apresentada no Senado Federal uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Assassinato de Jovens no Brasil que reportou que a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no país. Ainda de acordo com o Atlas da Violência, no ano de 2014 mais da metade das taxas de homicídios no Brasil correspondem a morte de jovens entre 15 e 29 anos e com exceção de Roraima e Paraná, o assassinato de negros no país é proporcionalmente maior em todos os estados da federação. Movimentos sociais e especialistas apontam a morte sistemática de pessoas negras a um extermínio ou genocídio silenciado desta população. De acordo com Vergne, Vilhena, Zamora e Rosa (2015):

Por genocídio, pela definição da ONU (1948), entende-se quaisquer dos atos abaixo relacionados, cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial, ou religioso, tais como: (a) assassinato de membros do grupo; (b) causar danos à integridade física ou mental de membros do grupo; (c) impor deliberadamente ao grupo condições de vida que possam causar sua destruição física total ou parcial; (d) impor medidas que impeçam a reprodução física dos membros do grupo; (e) transferir à força crianças de um grupo para outro” (p. 517).

Os autores apontam que o genocídio se configura como uma forma de violência complexa, que tem como consequências ações que buscam aniquilar ou afastar outros indivíduos, ressaltando que não se pode desassociar o desejo de exterminar com outros fatores envolvidos. De acordo com informações do Atlas da Violência 2017, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras e estas possuem chances 23,5% maiores de serem vítimas de homicídio em relação a brasileiros não negros, mesmo retirando os indicadores relacionados à idade, escolaridade, gênero, estado civil e local onde residem. Estes dados reforçam que existe um perfil específico de pessoas que se encontram mais vulneráveis à violência extrema no Brasil, e apesar de grande parte do senso comum acreditar que este fenômeno é algo aleatório e não tem um perfil específico, as investigações apontam que esta violência é direcionada majoritariamente a vida destes indivíduos e o "alto índice de assassinatos tem relação com a marginalização e criminalização da população negra" (Oliveira, 2014, p.38).

Isso reforça que os homicídios registrados no Brasil estão relacionados a aspectos socioculturais e étnico-raciais, identificando que a desigualdade racial produz ramificações e desdobramentos que podem levar até a morte. Pereira (2010) aponta para uma violência invisível, que é mascarada pela ideia de que o Brasil é um país que possui uma democracia racial, no entanto, os índices apontam para uma ideia contrária. O crescimento de homicídios envolvendo a população negra demonstra a necessidade de priorizar esta pauta na agenda pública e fortalecer as políticas de proteção e garantia de direitos no país.

Outro dado a ser salientado, refere-se a questões socioeconômicas associadas aos homicídios. Para Kleinschmitt, Lima e Wadi (2011), o aumento do produto interno bruto (PIB) do Brasil entre 1940 e 1980 gerou uma busca incessante pela industrialização, que proporcionou um crescimento econômico no país, porém com um aumento de concentração de renda a uma determinada parte da população, além de não serem contemplados aspectos que envolviam o desenvolvimento humano igualitário.

Com isso, houve uma diminuição da qualidade de vida em decorrência da precarização do mercado de trabalho e a dificuldade de acesso a serviços públicos (educação, saúde, habitação, etc.), tendo um crescimento das desigualdades sociais e por consequência, do índice de letalidade no país. Os autores apontam que existem inúmeros estudos voltados

para a compreensão da criminalidade e sua relação com aspectos socioeconômicos, entretanto, existem divergências a respeito da causalidade dos homicídios com índices de pobreza. Porém, os dados apresentados em diferentes investigações ao redor do mundo apontam uma correlação entre locais com maior desigualdade social e grandes diferenças de concentração de renda (Kleinschmitt, Lima & Wadi, 2011).

A escolaridade é uma outra questão evidenciada no Atlas da Violência (2016), indivíduos com até 7 anos de estudo possuem 10,9 vezes mais chances de serem vítimas por homicídio do que aqueles que ingressaram no ensino superior. Ou seja, pessoas que não conseguem completar o ensino fundamental/secundário ou ingressar no ensino superior, possuem mais chances de serem vítimas de violência extrema no país. Neste sentido, foram elaboradas políticas públicas de inclusão que legitimam a importância da educação para a transformação desta realidade. Em 2001, entra em vigor a Lei nº 10.219¹⁰, denominada de Bolsa Escola, que afirma em seu art. 2º que a bolsa deve ser fornecida a cidadãos que:

tenham como beneficiárias as famílias residentes no Município, com renda familiar per capita inferior ao valor fixado nacionalmente em ato do Poder Executivo para cada exercício e que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento.

Além disso, a Lei nº 12.711¹¹ de 29 de agosto de 2012, aponta em seu art. 1º, que:

as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas - Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias

10 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10219.htm

11 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

A legitimidade dos programas de transferência de renda e do acesso as universidades permitem uma melhoria dos níveis de escolaridade, acesso e permanência no ensino superior e inserção no mercado de trabalho em especial da população pobre e negra. Entretanto, apesar da importância destas políticas para a transformação dessa realidade, elas ainda não conseguiram reduzir a desigualdade, apenas retirar as pessoas da situação de pobreza extrema. Além disso, é válido salientar que adolescentes negros/as continuam a ser os que mais abandonam as escolas e que possuem disparidade em relação à idade-série, e isso pode ser corroborado com o que é apontado por Rodrigues (2014):

O racismo no ambiente escolar é também presente na evasão da escola, nos baixos índices de escolarização e defasagem quanto à relação idade e série escolar. Dentro das condições históricas e sociais, com suas formas de se construírem socialmente, enquanto sujeitos sociais, esse grupo étnico também se encontra inserido em um contexto de desumanização, proibido de ser, privado de desenvolver suas potencialidades, de viver plenamente a sua condição de ser humano dotado de direito à dignidade e ao exercício da cidadania (p.29)

De acordo com Jaccoud e Beghin (2002), as políticas de ação afirmativa buscam promover possibilidades de acesso a grupos que são excluídos socialmente, aprimorando segmentos sociais, políticos, culturais e econômicos da vida destes sujeitos. Já em relação ao gênero, nos últimos 15 anos, o número de homicídios masculinos permaneceu em torno de 11 vezes superior aos homicídios femininos (Alves & Correa, 2009). O Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015b) aponta que no ano de 2012, 93,03% dos adolescentes e jovens assassinados são do gênero masculino, residentes de regiões periféricas e metropolitanas do país. Esse dado mostra que os meninos saem de casa ou são incentivados a vivência nos espaços públicos, o que aumenta as chances de serem vítimas da violência extrema. Já as meninas são mantidas por mais tempo no âmbito doméstico, mas isso não impede que sofram violência. O Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015b) afirma que “entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários” (p. 13). Isto ser comprovado pelo índice de feminicídio

que em geral é cometido por parceiros e pais no âmbito doméstico.

Apesar da Lei nº 11.340/2006¹² (conhecida nacionalmente como Lei Maria da Penha), que busca prevenir e impedir a violência doméstica e familiar contra a mulher ser um importante avanço no combate ao feminicídio no Brasil, ainda é alarmante identificar que os dados apontam um aumento da violência extrema direcionada as mulheres nos últimos anos. Isso demonstra que as desigualdades de poder em relação ao gênero ainda se encontram enraizadas na sociedade, o que gera diferentes vulnerabilidades e riscos também para este grupo social.

Segundo o Atlas da Violência (2016), existem historicamente dois momentos distintos em relação as taxas de violência extrema no Brasil nos últimos 11 anos. O primeiro, que vai até o ano de 2007, apresenta uma diminuição no número de homicídios e a partir do ano seguinte, um aumento significativo desta taxa até o ano de 2014. Isso é identificado pelos fatores multicausais descritos anteriormente em conjunto com o maior acesso a armas, tolerância ao abuso de poder e violência policial e fragilidade na aplicação de políticas públicas. Corroborando com estes dados, em 2017 o Atlas da violência reforçou o crescimento considerável das vítimas de homicídios envolvendo jovens, negros e mulheres, evidenciando a naturalização deste fenômeno pelo Estado. Em uma década (2005 a 2015) a taxa de homicídios por 100 mil habitantes aumentou 10,6%, sendo assassinados 59.080 brasileiros/as somente em 2015 (Cerqueira et al, 2017).

Os dados apontam que o país responde por cerca de 10% dos homicídios no mundo, sendo que menos de 8% da população mundial habita na América Latina¹³. O descaso das autoridades e sociedade em relação a esta problemática demonstra que o país tem priorizado políticas higienistas, que não proporcionam melhoras para a mudança destes indicadores. Além disso, não é visualizado por grande parte da população que esta realidade “traz implicações na saúde, na dinâmica demográfica e, por conseguinte, no processo de desenvolvimento econômico e social” (Cerqueira et al 2017, p.8).

Em relação ao homicídio de adolescentes, em 2012, o país registrou o maior número de assassinatos, com a taxa mais alta de homicídios desde 1980. Foi identificado que a partir

12 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

13 Disponível em: <https://www.br.instintodevida.org/>

dos 13 anos, o número de vítimas de homicídio cresceu rapidamente, chegando a maior percentagem na análise do índice a partir da faixa etária (71,1% de adolescentes e jovens que morreram de causas externas). A partir dos 24 anos, o número de homicídios vai caindo de forma lenta e gradativa (Waiselfisz, 2014).

Em 2017, o Atlas da Violência afirmou que apesar de uma redução em 2015 de 3,3% na taxa de homicídios entre adolescentes e jovens de 15 a 29 anos em relação a 2014, é preciso analisar este dado com ponderação, pois houve um aumento do número de mortes violentas com causa indeterminada. Segundo o documento, entre 2005 e 2015 as taxas de homicídios envolvendo a mesma faixa etária acima teve um aumento de 17,2%, ou seja, 318 mil adolescentes e jovens foram vítimas de violência extrema na década citada. Deste número, 92% são do gênero masculino e foi identificado pelos pesquisadores que com exceção do Paraná, os negros com idade entre 12 e 29 anos apresentavam mais risco de exposição à violência que os brancos na mesma faixa etária.

A partir deste cenário, o Observatório das Favelas apresentou juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-Uerj), o Programa de Redução da Violência Letal (PVRL)¹⁴, que visa promover “ações sensibilização, articulação política e produção de mecanismos de monitoramento, como forma de assegurar que as mortes violentas de adolescentes dos grandes centros urbanos brasileiros sejam tratadas como prioridade na agenda pública” (PVRL, 2016, S/N).

O Programa aponta como eixos de trabalho centrais em sua atuação, a articulação política, com o intuito de priorizar a violência letal direcionada a adolescentes na agenda pública, a produção de indicadores como estratégia para reforçar a necessidade de políticas de prevenção e proteção a estes indivíduos e por fim, as metodologias de intervenção, para a promoção de ações que reduzam essas estatísticas. Através do PVRL, foi também desenvolvido pelas mesmas organizações, o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA)¹⁵, com o intuito de estimar o risco de mortalidade por homicídios na adolescência,

14 Disponível em: <http://prvl.org.br/quem-somos/sobre-o-prvl/>

15 Disponível em: <http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2017/06/IHA-2014.pdf>

sendo especificada a faixa etária dos 12 aos 18 anos. A principal expectativa na elaboração desse índice foi contribuir para o monitoramento da violência extrema na adolescência e para a avaliação de políticas públicas que protejam esses indivíduos.

Para a elaboração desse indicador, foi realizado o cálculo a partir de três eixos fundamentais: os homicídios declarados, as mortes por intervenção legal (mortes de civis em confronto com a polícia) e uma estimativa de mortes por intencionalidade desconhecida, cuja causa pode ter sido homicídio (Melo & Cano, 2017). Foram analisados em 2014 todos os municípios do Brasil que possuíam uma média igual ou superior a 100.000 habitantes e regiões metropolitanas (um total de 300 cidades) com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já as informações referentes às mortes de adolescentes são obtidas pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS).

Através dos indicadores, é possível identificar o perfil destes/as adolescentes, não só pela região e idade, mas também por gênero e cor, dados estes que corroboram com o perfil apresentado em outras investigações onde a maioria são negros e do gênero masculino (Waiselfisz, 2014; Cerqueira et al, 2017). De acordo com os dados apresentados pelo IHA 2014, o Nordeste encontra-se com o maior índice de homicídios envolvendo adolescentes (Ceará, Alagoas, Bahia e Rio Grande do Norte), seguido de um estado da região Sudeste, que é o Espírito Santo. Os dados demonstram que as regiões mais desiguais do país refletem o aumento da violência extrema direcionada a adolescentes e jovens, sendo esta uma das diversas vulnerabilidades em que estes indivíduos se encontram inseridos.

A violência letal intencional tem apresentado uma tendência de crescimento acentuada no país desde meados da década de 1980. A taxa de mortes por agressão por 100 mil habitantes aumentou de 11,7, em 1980, para 28,3, em 2003. Houve uma leve redução até 2012, quando voltou a crescer até atingir o maior patamar da série histórica: 29,4 vítimas para cada 100 mil habitantes em 2014. A série histórica de mortes por agressão contra os adolescentes apresentou uma tendência semelhante à da taxa global. Durante boa parte do período considerado, a taxa dos adolescentes foi menor do que a taxa da população total até 2012, quando houve uma inversão. Esse resultado é alarmante, pois revela que a incidência da violência contra os adolescentes tem se agravado no Brasil tanto em termos absolutos quanto relativos a outras faixas de idade (Melo & Cano, 2017, p. 15).

Neste sentido, uma importante questão a ser colocada em pauta é: será que todas as crianças e adolescentes são identificadas como detentoras de direitos? Apesar dos avanços com o Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda é possível identificar violações dos seus direitos diariamente. Um desses direitos ameaçados, além dos outros citados anteriormente, e que contribui ainda mais para o aumento da violência extrema direcionada a adolescentes no Brasil, é a proposta de emenda constitucional para reduzir a maioria penal rerepresentada por uma comissão especial na Câmara dos Deputados em 2015 (PEC 171/1993)¹⁶. Juntamente com as notícias vinculadas através dos agentes de comunicação, que gera uma sensação de medo e insegurança na sociedade, esta proposta foi bem aceita por grande parte da população. É possível constatar, que os atos infracionais envolvendo adolescentes não são violações com alto grau de violência e atentados contra a vida, e sim relacionados a roubos, furtos e envolvimento com tráfico de drogas (Conselho Nacional de Justiça, 2012). Entretanto, é reforçado o estigma relacionado a este grupo social, retratando adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social como responsáveis pela violência no país, e não alvos desta realidade.

Outro dado a ser salientado é apresentado pelo IHA, aponta que em 2014 para cada grupo de 1.000 adolescentes que completaram 12 anos, 3,65 deles não completará 19 anos, pois será vítima de homicídio ao longo desse percurso (Melo & Cano 2017). Nesse sentido, os dados demonstram que há mais adolescentes vítimas de armas letais do que atores de atos infracionais letais. Isso não impede que os meios de comunicação e o senso comum sigam compreendendo que a população infanto-juvenil negra e pobre é produtora de violência e por isso precisa ser encarcerada ou exterminada. Para isso se apela inclusive para associação entre essa população e o tráfico e consumo de drogas, que passa a ser utilizada como a “desculpa” para os atos de violência cometidos contra os jovens.

Isso reforça que existem diferentes imagens associadas a quais crianças e adolescentes devem ter seus direitos garantidos, o que vai de encontro ao que é preconizado no ECA. De acordo com Santana (2007), “a infância não está disponível a todos” (p.15) pois, existe uma imagem idealizada construída socialmente desta etapa de desenvolvimento, que exige crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou em conflito com a lei

16 Disponível em: <http://goo.gl/sAivax>

desta categoria. Para Melo & Cano (2017), “a violência contra os adolescentes está se agravando em termos absolutos e também em termos relativos, quando comparada com os outros grupos de idade, pois os adolescentes parecem, cada vez mais, um alvo preferencial dos homicídios” (p. 13).

O Atlas da Violência (2017), aponta que 71,9% dos homicídios no país são cometidos por armas de fogo, o que difere significativamente dos indicadores da Europa que giram em torno dos 21% pelo mesmo instrumento. Apesar da Lei nº 10.826/03¹⁷ conhecida como Estatuto do Desarmamento ser um importante marco para a redução destes indicadores, sendo proibido por lei o porte de arma de fogo em todo o território nacional exceto para os casos previstos pela legislação (art 6º), identifica-se que a violência continua afligindo a população brasileira, tanto pelas desigualdades econômicas e sociais, tanto pelo sistema de segurança pública fragilizado e pelo tráfico ilegal de drogas e armas. Zaluar (2007), afirma que para compreender este fenômeno é necessário avaliar três dimensões:

[...] em primeiro lugar, a importância e os limites das explicações macrosociais sobre a criminalidade violenta, como a pobreza e a exclusão social, quando vista nas suas interações com os mecanismos transnacionais do crime organizado em torno do tráfico de drogas e de armas de fogo que desenvolveu uma interação perversa com a pobreza e a juventude vulnerável de muitos países. Em segundo lugar, focalizo a inércia institucional que explica as violações persistentes dos direitos civis, bem como a ineficácia do sistema de justiça que tem raízes históricas profundas e se articula com o campo político. Em terceiro, mas nem por isso menos importante, trata-se do olhar necessário aos processos microsociais dos homens jovens no tráfico de drogas. [...]. É necessário também assinalar os processos institucionais de longa duração nesta reflexão. Assim se formam as práticas de violência policial contra os pobres em geral e as práticas sociais de violência dos jovens pobres entre si numa sociedade fragilmente governada pela lei e em um Estado que nunca teve o monopólio legítimo da violência. Sempre houve, no Brasil, um hiato entre os direitos formais, escritos na lei, e os realmente praticados. Desse modo, devem-se focalizar não apenas a letra da lei, mas principalmente os processos sociais, tais como as regras ou as práticas implícitas das ações dos atores (p.32).

17 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826.htm

A autora aponta que existe uma ineficiência do Estado em monitorar a distribuição de drogas e armas ilegais em todo país, devendo ser realizado uma análise para além da lógica binária (tráfico local e polícia) que difunde esta problemática. Zaluar (2007) apresenta que o tráfico envolve outros atores sociais que estão associados a setores econômicos considerados legais e até mesmo aos governos. Na visão da autora, se as autoridades continuarem se dedicando a penalizar apenas consumidores/as e negociantes de pequeno porte, que muitas vezes veem o tráfico como única possibilidade, já que os índices de desemprego e exclusão muitas vezes não corroboram para que adolescentes e jovens negros e pobres tenham acesso a outra trajetória, o aumento da violência extrema vai continuar apresentando dados alarmantes no Brasil. Além disso, para além dos fatores econômicos, o sistema de Justiça atua de forma desigual no país em especial para os mais pobres, o que reforça a importância de uma reforma estatal para a transformação desta problemática.

1.2 VIOLÊNCIA NO ESTADO DA BAHIA

É possível identificar a existência dessas desigualdades e violações ainda mais evidentes em alguns locais do país. O Nordeste foi apontado pelo Atlas da Violência (2017) como a região com maior incidência de violência extrema no Brasil. Dos 30 municípios mais violentos em 2015 com população superior a 100 mil habitantes, 18 se encontram no Nordeste e nove se encontram na Bahia, estado escolhido para a realização da presente investigação. Em oposição a esta realidade, é identificado no Atlas que dos 30 municípios mais pacíficos em 2015 com população superior a 100 mil habitantes, 25 se encontram na região Sudeste e 05 se encontram na região Sul (Cerqueira et al, 2017).

Apesar dos avanços com as políticas públicas e sociais citadas anteriormente, as disparidades regionais que separam o Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Sul e Sudeste do Brasil são elevadas, em especial quando é realizado um comparativo nos aspectos econômicos, territoriais (áreas urbanas e rurais), na saúde, educação, desigualdade étnico-racial, saneamento básico e expectativa de vida (Luna & Klein, 2009). De acordo com Lima e Barreto (2015), foram nas regiões sul e sudeste que houve um crescimento industrial no século XIX, o que corroborou para uma ampliação e aumento do Produto Interno Bruto (PIB) dos estados localizados nestas regiões do país. Os autores evidenciam

que a concentração de renda em especial na região sudeste, reforçam disparidades econômicas e produz desigualdades para além dos aspectos financeiros, apresentando informações que apontam um crescimento econômico do Nordeste através das políticas públicas e aumento da industrialização nas últimas décadas, porém salientam que:

Apesar do crescimento da economia, dinamizada pela indústria e serviços, assim como pelo aumento da renda média das famílias e com a vertiginosa diminuição da população extremamente pobre, a desigualdade social no Nordeste, em relação às demais regiões e ao país, manteve-se em alta, no patamar de 0,85 (Índice de Gini). Observa-se [...] que embora tenham crescido no período 1985-2006 para os estados do Sul e Sudeste, eles estão abaixo dos índices do Nordeste, o que denota a rigidez para se obter o avanço em certas variáveis no Nordeste que, conjugada a outros fatores, colocam o Nordeste no primeiro patamar da desigualdade. O Nordeste cresceu economicamente, mas manteve-se desigual socialmente. O PIB, a renda e a riqueza cresceram de forma significativa no Nordeste, mas as disparidades regionais e as desigualdades sociais enrijeceram, não acompanhando o desempenho das variáveis econômicas. O quadro da pobreza na região Nordeste é bem maior do que demonstram estes dados (Lima & Barreto, 2015, pp. 62-63).

Para além dos aspectos econômicos, é possível identificar que no Nordeste existe uma maior concentração de pessoas negras e pardas, o que corrobora para as desigualdades étnico-raciais que se encontram enraizadas no país. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003), pessoas negras e pardas, recebem metade do rendimento de pessoas brancas em todos os estados, e mesmo com o aumento do nível educacional identificado isso não foi avaliado como suficiente para a redução desta desigualdade.

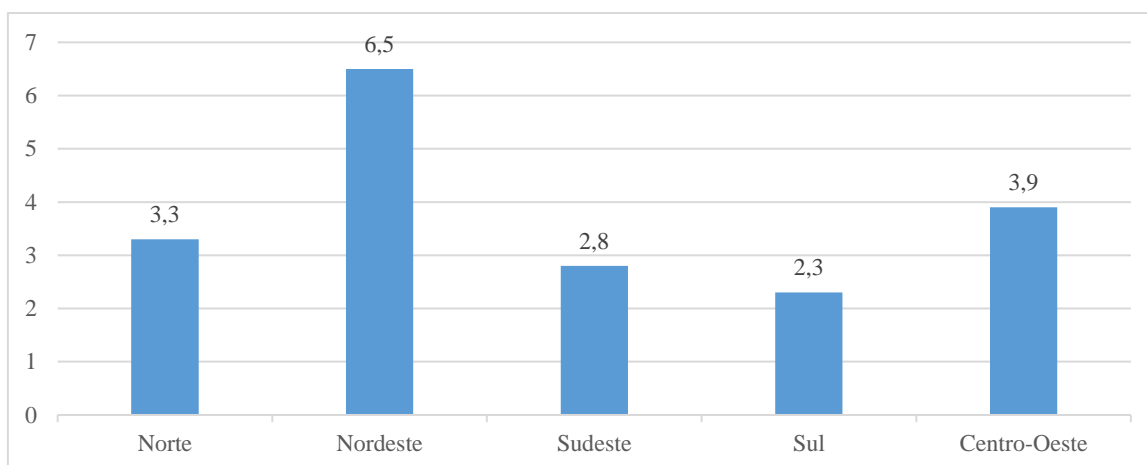
A investigação também afirmou que a região metropolitana de Salvador, localizada na Bahia, possui a maior proporção de pessoas negras e pardas de todo o Brasil (82%), e este dado se destacou na pesquisa por identificar que os rendimentos médios da população negra e parda representavam cerca de um terço dos rendimentos da população branca. Além disso, foi salientado que havia uma diferença de 2,9 anos de estudo entre pessoas brancas e negras, enquanto a média nacional era de 2 anos de diferença. Isso foi percebido porque embora as médias de anos de estudo de negros/as e pardos/as nesta região foram

identificadas como bastante elevadas (6,2 e 6,8 anos), as pessoas brancas alcançavam o nível de 09 anos de estudo, considerado o mais elevado do Brasil (IBGE, 2003).

O Nordeste também apresentou a menor taxa de contribuição previdenciária. Na região, 27,7% contribuíram para a previdência, contra 56,7% na região Sudeste. A pesquisa salientou que a renda per capita é de até meio salário mínimo em 37% dos domicílios nordestinos em oposição a 12% no Sudeste e no Sul. Nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, consideradas as mais desiguais do país, apenas metade dos domicílios urbanos possuía acesso a rede geral de esgoto (IBGE, 2003).

Especificamente em relação aos homicídios, Cerqueira et al (2016) apontaram que “Em termos gerais, todos os estados com crescimento superior a 100% nas taxas de homicídios pertenciam ao Nordeste” (p. 8). Os autores afirmam que é possível identificar, a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde de 2014, um crescimento significativo nas taxas de homicídios nas regiões Nordeste e Sul, e uma diminuição na região Norte. Já as regiões Centro-Oeste e Sudeste apresentaram uma constância dos dados.

GRÁFICO 1 – Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) por Grandes Regiões – 2014
– Municípios com mais de 100 mil habitantes



(Fonte: Melo & Cano, 2017, p. 23)

O IHA também reforça esse dado, afirmando que a Região Nordeste apresenta a maior incidência de violência extrema contra adolescentes, com um índice igual a 6,5. Em contrapartida, o Sul possui o menor valor, com uma perda de 2,3 jovens em cada mil. É importante salientar que de acordo com o IBGE (2015), a população residente por cor ou raça da região Sul é composta por 76% de pessoas brancas em oposição a 27% na região nordeste. Foi verificada ainda uma redução na mortalidade na Região Sudeste.

TABELA 1 - Distribuição do IHA pelas Unidades da Federação – 2014 – Municípios com mais de 100 mil habitantes

<i>POSIÇÃO</i>	UF	IHA 2014	<i>POSIÇÃO</i>	UF	IHA 2014
1º	Ceará	8,71	15º	Minas Gerais	3,20
2º	Alagoas	8,18	16º	Distrito Federal	3,18
3º	Espírito Santo	7,79	17º	Amapá	2,95
4º	Bahia	7,46	18º	Mato Grosso do Sul	2,82
5º	Rio Grande do Norte	7,40	19º	Rio Grande do Sul	2,78
6º	Paraíba	6,44	20º	Tocantins	2,70
7º	Piauí	5,57	21º	Amazonas	2,65
8º	Sergipe	5,38	22º	Paraná	2,60
9º	Maranhão	5,01	23º	Acre	2,56
10º	Goiás	4,71	24º	Rondônia	2,49
11º	Mato Grosso	4,29	25º	São Paulo	1,57
12º	Rio de Janeiro	4,28	26º	Roraima	1,40
13º	Pará	4,16	27º	Santa Catarina	0,93
14º	Pernambuco	3,44			

(Fonte: Melo & Cano, 2017, p. 26)

A partir dos dados apresentados no IHA, é possível identificar que a Bahia é o quarto estado com o maior índice de homicídios envolvendo adolescentes. Isso reforça que uma parcela significativa de adolescentes, negros/as, residentes de regiões periféricas em especial da região Nordeste encontram-se em situação de risco concreta, e possui, além do seu direito à vida ameaçado, todo um histórico de vulnerabilidade social ao longo de sua trajetória. De acordo com Cano e Melo (2017) “Em 2014, a Bahia foi o estado que apresentou o maior número de municípios dentro desse ranking. Itabuna, Camaçari, Vitória da Conquista, Feira de Santana e Salvador apresentaram índices entre 6,87 e 11,88” (p. 28).

TABELA 2 - Os 20 municípios com mais de 200 mil habitantes com o maior IHA – 2014

ORDEM	MUNICÍPIO	IHA	UF	ORDEM	MUNICÍPIO	IHA	UF
1º	Serra	12,71	ES	11º	Vitória da Conquista	8,12	BA
2º	Itabuna	11,88	BA	12º	Macaé	8,09	RJ
3º	Fortaleza	10,94	CE	13º	Betim	7,95	MG
4º	Camaçari	10,64	BA	14º	Vitória	7,68	ES
5º	Cabo Frio	10,35	RJ	15º	João Pessoa	7,34	PB
6º	Vila Velha	10,28	ES	16º	Cariacica	7,27	ES
7º	Maracanaú	9,95	CE	17º	Natal	7,10	RN
8º	Maceió	9,37	AL	18º	Feira de Santana	6,92	BA
9º	Mossoró	8,82	RN	19º	Salvador	6,87	BA
10º	São João do Meriti	8,14	RJ	20º	Parnamirim	6,72	RN

(Fonte: Melo & Cano, 2017, p. 26)

Com 417 municípios em sua região territorial, foram apontadas cinco cidades com mais de 200 mil habitantes com o maior índice de homicídios envolvendo adolescentes. É importante salientar que a capital do estado da Bahia, Salvador, quarta maior do país, ficou em 19º lugar no ranking (6,87), mesmo com uma estimativa populacional elevada de quase 3 milhões de habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁸. Esse dado reforça que Itabuna (220.386 habitantes¹⁹) e Camaçari (292.074 habitantes²⁰), cidades que se encontram entre as primeiras da lista, mesmo sendo menores, possuem o índice de adolescentes assassinados/as muito mais elevado do que da grande metrópole. Com isso, os dados justificaram a implantação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) no Estado da Bahia em 2010²¹.

18 Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=292740>

19 Disponível em: <https://goo.gl/puxbws>

20 Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=290570>

21 Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024577/decreto-12311-10>

CAPÍTULO 2 - O PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE (PPCAAM)

2.1 FINALIDADE DO PPCAAM

Diante dos dados apresentados no capítulo anterior sobre o aumento de violência extrema de adolescentes e jovens, a Secretaria de Direitos Humanos do Brasil cria em 2003 e instituiu em 2007 o Decreto 6.231/07²² que estabelece o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, sob coordenação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

De acordo com o art. 3º “O PPCAAM tem por finalidade proteger, em conformidade com a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, crianças e adolescentes expostos a grave ameaça no território nacional”. Além disso, o Programa também fomenta investigações e contribuições políticas que busquem minimizar a letalidade infanto-juvenil, participando da constituição do PRVL e na elaboração de indicadores através do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA).

A necessidade de políticas públicas voltadas para situações de ameaça não é algo novo no Brasil, entretanto, a elaboração de projetos nesta área ainda é recente. No Brasil, estas ações foram articuladas e mais intensamente promovidas pelo fortalecimento da sociedade civil após o período ditatorial em que se viveu o país, até o ano de 1985. De acordo com Ferraz, Junior, Vieira e Cordeiro (2011), antes desta época, o estado se negava a identificar a existência de direitos humanos, inclusive, eliminando através de uma anistia os rastros que identificassem as violações desses direitos.

Em outros países, como nos Estados Unidos, por exemplo, o Programa Federal de Proteção de Testemunhas conhecido como *Witness Security Program* ou WITSEC²³, surgiu em 1970, com uma estratégia para proteger testemunhas de violações e coletar informações sobre organizações criminosas envolvidas com a máfia. De acordo com

²² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6231.htm

²³ Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/organized-crime/Witness-protection-manual-Feb08.pdf>

documento elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2008), o "código de silêncio" não escrito entre os membros da máfia ameaçava de morte qualquer pessoa que cooperasse com as autoridades sobre os crimes que eram cometidos.

Com isso, as testemunhas tinham receio em prestar depoimentos e com isso tornava-se mais difícil para as autoridades capturar os criminosos. Essa experiência inicial reforçou ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos de que um programa de proteção de testemunhas deveria ser instituído. Em 1982, após mais de uma década de operações, uma série de deficiências que o Programa WITSEC tinha experimentado foram abordados pelo *Witness Security Reform Act* sendo sancionada uma Lei para a proteção integral que prevê a segurança, saúde e segurança de testemunhas governamentais e seus dependentes imediatos, cujas vidas estão em perigo como resultado de seu testemunho contra narcotraficantes, terroristas, criminosos organizados e outros²⁴.

Bąkowski (2013) aponta que os programas de proteção às testemunhas são baseados no princípio da neutralidade, ou seja, a participação de uma testemunha e seu ingresso no mesmo não deve ser associada a uma recompensa pelo seu depoimento. O autor descreve alguns critérios para a admissão dos/as usuários:

O nível de ameaça para a vida da testemunha (o elemento-chave); a importância do caso; a relevância decisiva do testemunho da acusação; a impossibilidade de obter a informação de outra fonte; a personalidade da testemunha e seu potencial para se adaptar a uma nova vida; a situação familiar da pessoa (em particular o número de membros da família a serem contemplados pelo programa) (p.3).

A partir desta experiência pioneira nos Estados Unidos, alguns países desenvolveram os Programas de Proteção baseados na legislação, e em outros houve uma integração com as atividades da polícia. Na União Europeia, o Conselho da Europa (CoE)²⁵ reconheceu a necessidade de proteção de testemunhas em suas recomendações aos Estados membros em 10 de setembro de 1997. É válido salientar, que a proteção de uma testemunha varia

²⁴ Disponível em: <https://www.usmarshals.gov/witsec/>

²⁵ Disponível em: goo.gl/7aJ8E2

de acordo com a legislação de cada país. Segundo Bąkowski (2013), em alguns países, incluindo Alemanha, Itália, República Tcheca e Lituânia, a proteção é regulada por legislação específica. Já em países como a Áustria, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Holanda e Espanha, este não é o caso. No Reino Unido, a proteção de testemunhas decorreu da prática da polícia, mas passou a ser estatutária em 2005. Em Portugal, a Lei que regulamenta a aplicação de medidas para a proteção de testemunhas em processo penal é a Lei n.º 93/99²⁶.

No Brasil, de acordo com Rosato (2013), ao final do período de ditadura militar, foi percebido por uma organização não-governamental no estado de Pernambuco (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - GAJOP), que existia uma ausência de testemunhas para relatar violações na época por um receio de retaliações por parte de grupos criminosos. Com isso, a organização elaborou um projeto juntamente com órgãos governamentais e não governamentais com base em programas internacionais para proteger estes indivíduos de crimes contra a vida. No desenvolvimento desta política, o GAJOP foi reconhecido no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, que representa um trato entre o Estado e a sociedade civil em defesa destes direitos. Desde 1999 (a criação ocorreu em 1996, mas só foi efetivado três anos depois), existe o Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas – PROVITA²⁷ (a partir da Lei Federal n° 9.807/99), que tem como principal objetivo oferecer medidas protetivas para “vítimas ou por testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal” (art. 1º).

De acordo com Kuwahara (2016):

[...] os elementos centrais para a criação da Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Brasil foram: um projeto bem sucedido de proteção a testemunhas implantado pelo GAJOP; a disposição do governo federal para a construção de um marco de direitos humanos constituído pelo PNDH; a mobilização dos movimentos sociais de direitos humanos na participação do PNDH; a percepção do Estado e da Sociedade Civil da necessidade de se enfrentar a violência e a impunidade com um olhar na efetivação dos direitos humanos. Assim, entendemos que a criação

²⁶ Disponível em: goo.gl/1VXi8w

²⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9807.htm

do modelo de proteção a vítimas e testemunhas no Brasil deveu-se a uma iniciativa genuína da sociedade civil brasileira, sendo construída em parceria com o Estado, com foco e fundamento na defesa dos direitos humanos (p.442).

Ao contribuir com a justiça, através de uma delação por testemunhar um crime, é preciso que esta pessoa esteja com a sua integridade física, psíquica e social protegida de qualquer forma de violação. Para isso, é preciso identificar um novo espaço de convivência, acesso a serviços com segurança e não identificação ou localização através de cadastros nacionais. Em alguns casos, pode-se até realizar uma medida excepcional para a alteração do nome dos/as usuários neste Programa. A vítima, assim como descrito anteriormente, pode ser incluída juntamente com membros da família, e deve ter garantido pelo Programa suporte financeiro, jurídico, psicológico e social, bem como o sigilo de todas as informações que envolvem a sua localização, sendo necessário que a testemunha e familiares sigam as normas e diretrizes estabelecidas para a proteção e segurança. Além do PROVITA, existe no Brasil o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH)²⁸, criado em 2004 para proteger pessoas que foram ameaçadas por sua atuação na área dos Direitos Humanos.

A Organização das Nações Unidas também promoveu através do Conselho Social e Econômico a Resolução nº 20/2005²⁹, que aponta diretrizes para a justiça em assuntos envolvendo crianças vítimas ou testemunhas de crimes. O documento apresenta as medidas tomadas pelos Estados membros em relação aos direitos estabelecidos nas Diretrizes, que são: o direito de ser tratado/a com dignidade e compaixão, o direito de ser protegido/a contra a discriminação, o direito de ser informado/a, o direito à participação, o direito a uma assistência efetiva, o direito à privacidade, o direito de ser protegido/a das dificuldades durante o processo de justiça, o direito à segurança, o direito à reparação e por último, o direito a medidas preventivas especiais. Na Resolução, é descrito como uma das suas definições no parágrafo IV. 9. (a) que "Crianças vítimas ou testemunhas designa crianças e adolescentes menores de 18 anos vítimas de crime ou testemunhas de

²⁸ Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/combatentes-as-violacoes/programas/defensores-dos-direitos-humanos-1>

²⁹ Disponível em: <http://www.un.org/en/ecosoc/docs/2005/resolution%202005-20.pdf>

crimes [...]” (p.5). Com base nesta resolução e em outros diplomas internacionais, foi instituída recentemente a Lei nº 13.431/2017³⁰, que reforça o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, assim como estabelece medidas de proteção e procedimentos para tomada de depoimentos. Para a garantia destes direitos, é preciso de uma articulação da rede de proteção e uma análise clara e objetiva das necessidades e particularidades da criança ou adolescente para o encaminhamento para o PPCAAM, por exemplo.

De acordo com Tonon e Suguihiro (2014), o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) deve ser executado nas regiões territoriais onde acontecem as violências, a fim de oportunizar o fortalecimento de diferentes possibilidades de proteção a estes indivíduos. De acordo com informações da Secretaria dos Direitos Humanos, atualmente o programa está presente nos seguintes estados no Brasil: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Bahia, Ceará, Pará, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. O Paraná teve a suspensão da verba para a continuidade do Programa neste ano (2017) e no Maranhão³¹ o Programa está para ser implementado. De acordo com Ferraz, Junior, Vieira, Cordeiro e Wagner (2011), “Estes locais foram selecionados devido aos altos índices de homicídios de crianças e adolescentes, de acordo com pesquisas realizadas no âmbito nacional e internacional” (p. 281). Em situações de risco real e iminente de morte, qualquer pessoa, incluindo a própria criança ou adolescente acompanhado ou não dos pais ou responsáveis, pode se dirigir a uma das Portas de Entrada (Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário ou Defensoria Pública), órgãos responsáveis em receber esses casos para acionar o Programa.

A seleção destas portas de entrada para o ingresso no Programa se dá pela atuação destes órgãos em defesa dos direitos de crianças e adolescentes no país. Os conselhos tutelares, por exemplo, são órgãos municipais, autônomos, que possuem em sua equipe técnica integrantes eleitos/as pela comunidade (cinco membros), com processo seletivo estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com mandato de três anos. Este órgão visa

30 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm

31 Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/noticias/2017/marco/maranhao-implementa-programa-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes-ameacados-de-morte>

proteger, bem como orientar pais ou responsáveis em qualquer situação de risco ou violência envolvendo crianças e adolescentes. É o órgão de proteção mais próximo da população e a quantidade de conselhos tutelares é estabelecida a partir da dimensão geográfica e das necessidades de cada município, sendo exigido por lei a existência de pelo menos um Conselho Tutelar por município.

A outra Porta de Entrada para o PPCAAM, é o Ministério Público Estadual. Este é um órgão responsável pelo cumprimento das leis e direitos individuais e coletivos, possui Centros de Apoio para auxiliar a população na garantia dos seus direitos. No caso do Ministério Público do Estado da Bahia, um desses Centros é denominado Centro de Apoio Operacional para a Criança e Adolescente (CAOCA), existindo uma equipe técnica especializada (promotores/as de justiça, pedagogos/as, psicólogos/as, assistentes sociais e técnicos administrativos) responsável por proteger e fiscalizar se crianças e adolescentes estão com seus direitos salvaguardados.

Em seguida, o Poder Judiciário, um dos três poderes do Estado, visa estabelecer a justiça social em conformidade com as leis e normas fundamentadas pela Constituição. Para a área da infância e adolescência, de acordo com o ECA (1990) este é o órgão responsável na elaboração da proposta orçamentária e previsão de recursos para manutenção de equipe interprofissional destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude (art. 150). Por fim, a Defensoria Pública, que é o órgão que assegura o direito as pessoas, em especial aquelas que não possuem renda familiar suficiente, a ter a possibilidade de pleitear seus direitos. Todos estes órgãos devem estar integrados e trabalhar em conjunto com organizações que promovem a defesa e os direitos de crianças e adolescentes.

Em Portugal, a Lei N. ° 159/2015 também baseada na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança busca garantir como prioridade, a promoção e proteção da família e das crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade, com particular atenção para as crianças em risco ou perigo. De acordo com a Comissão Nacional dos Direitos e Proteção a Crianças e Jovens, em casos de violações a este público, é necessário se dirigir às entidades referência na área, como escolas, serviços de ação social e saúde, entidades policiais, autoridades judiciárias e às Comissões de Proteção de crianças e Jovens (CPCJ).

De acordo com do PPCAAM, o princípio fundamental é garantir a proteção integral de crianças e adolescentes respeitando os direitos estabelecidos no ECA (1990), em especial ao que se refere a convivência familiar. Outros princípios em destaque no Programa referem-se a brevidade e excepcionalidade.

A brevidade é o princípio no qual a proteção deverá alcançar o menor período possível da vida da criança e do adolescente, considerando que, mesmo estando assegurada a proteção integral e a inserção no Sistema de Garantia de Direitos, a condição de protegido significa a restrição de alguns direitos. Ainda que o objetivo dessas restrições seja a garantia da integridade física de crianças e adolescentes ameaçados, bem como de seus familiares, tais direitos devem ser restabelecidos no menor prazo de tempo possível (PPCAAM, 2014, p. 12).

A excepcionalidade se refere ao caráter da medida protetiva. Isto é, ser incluído no PPCAAM deve ser considerado como a ÚLTIMA medida de um percurso, após todas as demais alternativas terem sido esgotadas (PPCAAM, 2014, p. 12).

Em relação ao princípio da brevidade, é possível compreender que são necessárias algumas restrições importantes para se assegurar o direito à vida. Neste aspecto, identifica-se que são violados alguns direitos fundamentais a estes sujeitos, em especial o artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente, “O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; [...] IV – brincar, praticar esportes e divertir-se; V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação”.

Por estar inserido (a) em um sistema de proteção, a criança e adolescente precisará vivenciar algumas restrições importantes e que muitas vezes geram impactos e consequências negativas nesta etapa do desenvolvimento. De acordo com cartilha do PPCAAM (2014), o/a usuário precisa assumir o compromisso de:

Seguir as orientações dos profissionais do PPCAAM, com o objetivo de não se envolver em novas situações de risco; não retornar ao local de ameaça; não sair do local de proteção sem autorização;

não se comunicar com familiares e conhecidos fora da localidade de proteção sem autorização; comprometer-se com o processo de inserção; não se colocar em situação de risco; não praticar ato infracional/crime; manter sigilo sobre o Programa; evitar exposição (mídia); zelar pelos bens disponíveis ao uso; prestar contas dos recursos eventualmente disponibilizados pelo Programa; comprometer-se pela independência gradativa do PPCAAM (pp.17-18).

Esses compromissos estabelecidos para o ingresso no Programa tornam a vida do/a adolescente bastante diferente do seu cotidiano, sendo importante entender o impacto disso em sua trajetória. O direito de ir e vir deve ser sempre orientado e acompanhado por uma pessoa responsável ou pelo Estado para evitar situações de risco, entretanto, ao ingressar no Programa o (a) usuário (a) possui uma limitação de não retornar ao território de ameaça, onde muitas vezes é o local onde viveu durante toda a sua vida. O fato de não ser possível visitar ou estar próximo (a) do seu local de convivência, gera sentimento de tristeza e angústia em grande parte dos (as) usuários (as), sendo fundamental que o (a) protegido (a) possa ter o suporte da equipe técnica para se adaptar a esta nova realidade.

Outro fator a ser apresentado, são os impactos ocasionados a crianças e adolescentes em relação a restrição das tecnologias e redes sociais. No Programa, deve-se ser trabalhado em conjunto com a equipe sobre o acesso consciente da rede em decorrência da exposição e identificação do local de proteção. A Internet, além de ser um espaço de grande interação e aprendizado para a atual geração, também é possível estabelecer representações e estratégias identitárias, bem como promove uma extensão do processo de subjetivação do indivíduo, sendo utilizada em especial nesta faixa etária para brincar, se divertir e experimentar e estar entre pares.

Em relação a excepcionalidade, este é um princípio de grande relevância no Programa, já que a rede de proteção deve garantir os direitos fundamentais a crianças e adolescentes, avaliar cada caso e esgotar todas as possibilidades antes de encaminhar para o Programa, para que assim possam ser evitadas restrições como as apresentadas acima. Entretanto, a rede de proteção no Brasil ainda é fragilizada e desarticulada em sua estrutura política e administrativa, e isso pode ser compreendido em decorrência dos recursos limitados e das questões relacionadas à burocracia e dificuldades operacionais no sistema de garantia de direitos (Paula, 2014).

No PPCAAM, é importante diferenciar uma situação de vulnerabilidade social, onde o indivíduo possui direitos violados de outro que também pode estar vulnerável, mas que vivenciou uma situação de ameaça concreta e em decorrência desta possui seu direito à vida ameaçado. Com isso, é preciso avaliar de forma minuciosa a ameaça, se outras instâncias de proteção podem acompanhar o caso, a vulnerabilidade social que a criança ou adolescente se encontra, a voluntariedade de ingressar no Programa (outro princípio fundamental para sua inserção) e a importância da convivência familiar. (PPCAAM, 2014).

No que se refere a equipe técnica responsável em avaliar os casos de ameaça real e iminente de morte bem como a realização do acompanhamento dos/as usuários/as e suas famílias, o Programa é gerenciado por organizações da sociedade civil, selecionadas através de editais públicos, que atuam em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A nível nacional, existe uma Coordenação vinculada à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA) que articula as ações dos Programas em todos os estados onde existe a sua atuação, e no caso dos que ainda não possuem convênio, é acionado o Núcleo Técnico Federal para a realização dos procedimentos necessários junto ao sistema de garantia de direitos, além da realização da permuta (transferência de um/a usuário/a para outro estado quando necessário). As equipes internas, de cada estado, são compostas minimamente por Coordenação Geral, Coordenação Adjunta, Advogado/a, Assistente Social, Psicólogo/a, Educador/a Social, Assistente Administrativo e Motorista. Em operações e traslado de usuários/as para os locais de proteção (denominados de pousos), caso seja necessário, é realizada uma articulação entre a Coordenação Nacional juntamente com autoridades da Polícia Federal, Rodoviária e Força Nacional para escolta, realização de depoimentos, dentre outros.

O Programa também conta com a orientação e fiscalização do Conselho Gestor, órgão estadual responsável pela articulação com rede de proteção e pelo suporte a organização executora, sendo representado pelo Governo Estadual, Ministério Público da Infância, Juizado Especializado e sociedade civil.

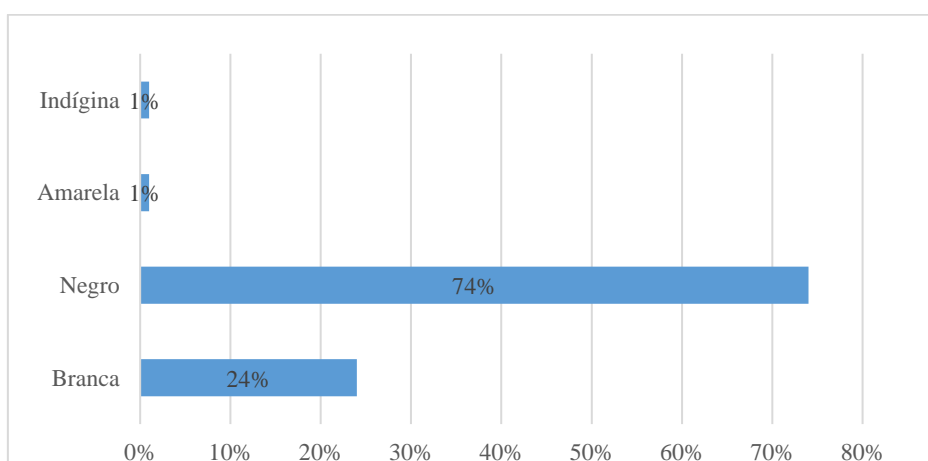
2.2 PÚBLICO ALVO

Em relação ao perfil das crianças e adolescentes que se encontram sob proteção no PPCAAM, de acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil³², os índices apontam que a maioria dos casos são do:

Sexo masculino (76%), negros (75%), faixa etária entre 15-17anos (59%), ensino fundamental incompleto (95%), morador da capital (63%), tem a genitora como principal referência familiar (75%), renda familiar é de até 1 SM (57%), e a ameaça se deve ao envolvimento com o tráfico (60%). A porta de entrada principal é o Conselho Tutelar ou o Poder Judiciário (70%). O protegido é acolhido na modalidade familiar (42%) e institucional (34%), e o tempo de permanência no PPCAAM é de cerca de 06 meses (53%). O desligamento ocorre por consolidação da inserção social e cessação da ameaça (50%).

Em recente publicação, o Ministério dos Direitos Humanos em conjunto com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Coordenação Nacional do PPCAAM, apontaram o perfil dos/as usuários/as do Programa do ano de 2011 a 2015:

GRÁFICO 2 - Perfil dos/as protegidos/as por raça/etnia

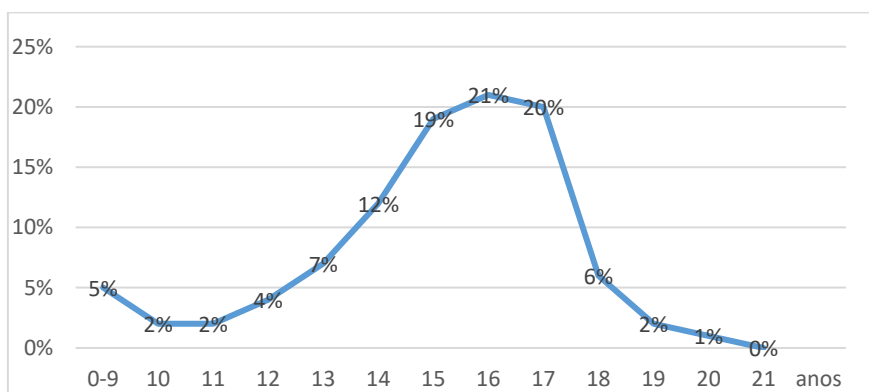


(PPCAAM, 2017, p. 58)

³² Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/protecao-a-criancas-e-adolescentes-ameacados>

Os dados apresentados corroboram com o perfil e os índices apresentados pelo IHA (Melo & Cano, 2017), Atlas da Violência (2017) e o Mapa da Violência (2015). Em relação a cor da maioria das vítimas de ameaça e protegidas pelo Programa são crianças e adolescentes negras, o que reforça existe uma disparidade significativa em relação as questões étnico-raciais, como citado no capítulo anterior.

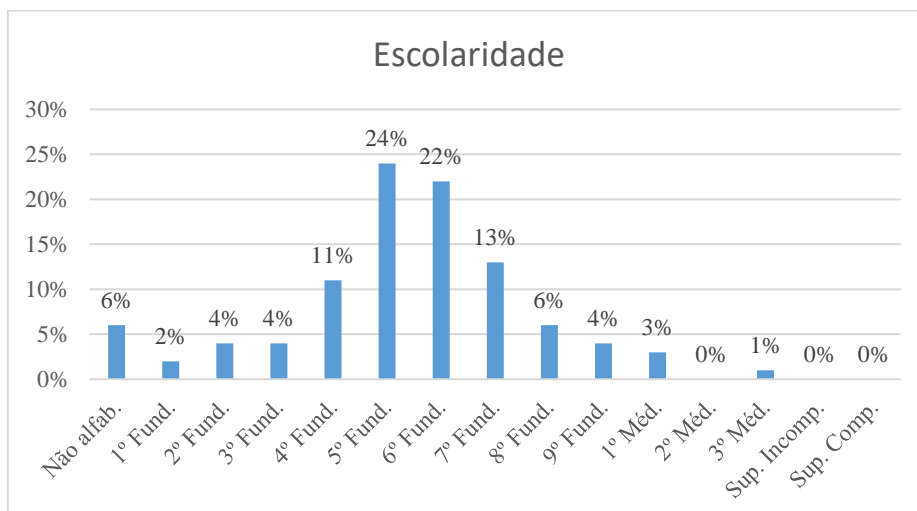
GRÁFICO 3 - Perfil dos/as protegidos/as por idade



(PPCAAM, 2017, p. 58)

É possível constatar a partir do gráfico apresentado que o grupo etário de maior inclusão no Programa se assemelha a faixa etária apresentadas nas investigações sobre violência extrema no Brasil, que apontam que a idade mais atingida desta realidade é entre 15 a 19 anos, quase 53,8% dos que são as vítimas de homicídios no país no ano de 2015 (Cerqueira et al, 2017, p.8).

GRÁFICO 4 - Perfil dos/as protegidos/as por escolaridade



(PPCAAM, 2017, p. 58)

De acordo com os dados apresentados no gráfico acima, identifica-se que o nível de escolaridade dos/as usuários/as do Programa está em torno da 5º e 6º ano do ensino fundamental, o que demonstra um atraso em relação a idade/série. De acordo com Cerqueira et al (2016), “as chances de um indivíduo com até sete anos de estudo sofrer homicídio no Brasil são 15,9 vezes maiores do que as de alguém que ingressou no ensino superior, o que demonstra que a educação é um verdadeiro escudo contra os homicídios” (p. 21). Isso demonstra que é fundamental investir nesta área para a transformação dessa realidade. A partir desses dados, identifica-se que as crianças e adolescentes que necessitam prioritariamente do PPCAAM possuem um perfil com uma negação de direitos sociais e humanos em suas trajetórias de vida.

Em relação a adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa, é válido salientar que em casos de privação de liberdade ou semi-liberdade, o estado já é responsável em proteger e garantir estes direitos, entretanto pode ser realizada a transferência da medida para outro local, longe do território de ameaça. Esta situação se relaciona com a proteção do Programa para indivíduos maiores de 18 anos que estão em cumprimento de medida socioeducativa ou são egressos de alguma medida, podendo a proteção ser estendida por até 21 anos.

2.3 INGRESSO E PERMANÊNCIA NO PROGRAMA

Para ingressar no PPCAAM, diferente do PROVITA, não é necessário realizar alguma colaboração em processo judicial ou inquérito policial. Os casos de ameaça real e iminente de morte precisam ser encaminhados, assim como descrito anteriormente, pelo Ministério Público, Conselhos Tutelares, Poder Judiciário e Defensoria Pública.

Estas instâncias encaminham o caso e após análise, é realizada uma entrevista com a criança ou adolescente, o/a responsável legal e representante da Porta de Entrada. Os órgãos supracitados analisam junto à equipe a situação de ameaça de morte e depois de configurado este quadro, o Programa assume o caso tomando as medidas necessárias para garantir o direito à vida. De acordo com o Guia de Procedimentos do Programa³³, na entrevista, são avaliados os seguintes tópicos (PPCAAM, 2010, p. 11):

Existência de ameaça de morte iminente; Histórico da ameaça: identificação da região da ameaça e do ameaçador, incluindo a delimitação do espaço de circulação e influência; Impossibilidade de prevenir ou reprimir os riscos pelos meios convencionais; A voluntariedade do adolescente e seus familiares na inclusão no Programa e no cumprimento das regras de proteção; História de vida e vínculos familiares.

Uma questão a ser considerada, refere-se ao que de fato significa o risco iminente de morte, já que em grande parte dos casos que chegam para o Programa, o/a adolescente vivencia riscos de morte em seu cotidiano, seja pela falta de condições mínimas de sobrevivência ou pelos contextos onde as ameaças contra a vida são comuns nas relações sociais. De acordo com documento do PPCAAM, pelo Programa ser regido através do princípio da excepcionalidade, esta medida de proteção deve ser a última alternativa avaliada pela Porta de Entrada, sendo preciso discernir a partir das entrevistas realizadas se existe uma situação concreta de ameaça, as circunstâncias envolvidas, a sua dimensão territorial e se não existe outras alternativas para proteger a criança ou adolescente em questão (PPCAAM, 2014). É fundamental diferenciar situações de vulnerabilidade social (que podem levar ao óbito, mas que devem ser acompanhadas por outros órgãos da rede)

³³ Disponível em: http://www.mppa.mp.br/upload/Guia_de_Procedimentos_PPCAAM.pdf

de ameaças de morte iminentes.

Na entrevista, que deve ser realizada em local neutro e distante da situação de ameaça, existe a realização do registro que inicia pelo histórico da criança ou adolescente, coleta das informações referentes à ameaça, possibilidade da ida da família ao novo espaço de convivência e informações sobre as regras para a entrada e permanência no Programa através de um formulário. É reforçado com a criança/adolescente e seus pais ou responsáveis sobre a voluntariedade em aceitar ou não a inclusão no PPCAAM, sendo este um princípio fundamental do Programa. A criança ou adolescente, bem como os pais/responsáveis e a Porta de Entrada devem assinar um Termo de Compromisso sobre a voluntariedade e o cumprimento das regras e nos casos onde não existe voluntariedade, a Porta de Entrada responsável deve garantir esta proteção.

As regras estabelecidas reforçam a necessidade do sigilo sobre o ingresso no PPCAAM e sobre a situação de ameaça no novo espaço de convivência, seguir as orientações dos profissionais do Programa para evitar novas situações de risco, comprometimento em relação ao processo de inserção social no novo local, respeitar as normas de segurança em especial em relação ao uso consciente da Internet, evitando a exposição em veículos de comunicação (telefones, rádio, jornais, televisão, Internet etc.), em especial de fotos e identificação do local de proteção nas redes sociais, já que isso poderia colocá-los em situação de risco.

O contato com os familiares deve ser realizado em conjunto com a equipe técnica do Programa e os/as usuários não podem retornar ao local de ameaça enquanto encontram-se em proteção (PPCAAM, 2010). De acordo com o art. 13 do Decreto, “após o ingresso no PPCAAM, os/as protegidos e seus familiares ficarão obrigados/as a cumprir as regras nele prescritas, sob pena de desligamento” (Decreto Nº 6.231/07). É válido ressaltar que caso alguma criança ou adolescente realize o descumprimento de alguma das regras, a equipe poderá dialogar sobre o ocorrido e orientar novamente sobre a importância de cumprir o que foi estabelecido, realizando um Termo de Repactuação para uma nova oportunidade.

Por se compreender que o Programa possui muitas restrições em decorrência das necessidades de proteção à vida, e por entender que os/as usuários/as são crianças e

adolescentes, em algumas situações as transgressões são relativizadas, novamente esclarecidas e repactuadas (PPCAAM, 2010). Após a realização da entrevista, a equipe técnica realiza a análise do caso para verificar a necessidade ou não da inclusão no Programa. Se constatada a ameaça real e iminente de morte, o Programa elabora o parecer de inclusão e envia para a Porta de Entrada para em seguida, agendar a retirada da criança ou adolescente e seus familiares (caso estes acompanhem o/a protegido/a) do local de ameaça.

Nos casos de não inclusão, a equipe do PPCAAM descreve os motivos identificados em entrevista, bem como encaminhamento para a rede de proteção. O Guia de Procedimentos aponta que nos casos de usuários/as que necessitem de acompanhamento médico especializado (histórico de uso abusivo de álcool e outras drogas), a Porta de Entrada deve providenciar os relatórios e laudos de acompanhamento dos serviços de saúde que atenderam para a continuidade do tratamento. O tempo para este processo deve ser feito o mais rápido possível, entretanto, em decorrência de questões burocráticas e falta de articulação entre a rede de proteção, muitas vezes estes encaminhamentos podem perdurar por mais tempo, sendo necessário um contato constante da equipe do Programa com a Porta de Entrada para a resolução desta questão.

De acordo com o PPCAAM (2010), podem existir situações emergenciais onde não é possível aguardar a análise realizada pela equipe técnica em decorrência da gravidade da ameaça. Nestes casos, deve-se ponderar ainda possíveis alternativas com a rede de proteção em conjunto com Órgãos de Segurança Pública para a proteção da criança ou adolescente, porém não havendo possibilidade, a inclusão é realizada de forma imediata. Em casos de permuta (transferências entre estados), a equipe do Programa do Estado de origem ou o órgão da rede de proteção nos casos onde não possui o PPCAAM deve encaminhar relatório detalhado para a Coordenação Nacional do Programa para análise do caso. Nestas situações é avaliado não só a extensão territorial da ameaça e a sua gravidade, mas também a exposição midiática do caso e influências políticas do/a ameaçador/a no Estado.

Para a realização da permuta, a equipe precisa identificar o local mais seguro e articular com o PPCAAM do estado selecionado para a chegada do/a protegido/a e seus familiares,

caso acompanhem. De acordo com o Guia de Procedimentos (2010), as atribuições da equipe demandante e acolhedora devem contemplar:

Equipe demandante: Arcar com os custos de deslocamento até o estado acolhedor e assegurar todas as condições para que o mesmo se efetue com segurança; Atuar no encaminhamento de pendências e demandas relativas a questões financeiras que envolvam bens, movimentações bancárias etc., contato com familiares, informações processuais (quando houver), monitoramento da situação de ameaça etc., arcando com as respectivas despesas; Discutir com a equipe acolhedora e a Coordenação Nacional as dificuldades inerentes ao processo de proteção, deslocando-se, se for o caso, para o local de proteção, com despesas igualmente às suas expensas (p.75).

Equipe acolhedora: Assumir as despesas referentes à proteção a partir da chegada dos usuários na nova rede; Realizar o acompanhamento e monitoramento dos protegidos, conforme expresso neste documento; Propiciar contato seguro e regular com os familiares que permaneceram no local de origem; Enviar relatórios trimestrais de acompanhamento à Coordenação Nacional comunicando imediatamente fatos extraordinários.

Ao ser incluído (a) no PPCAAM, a criança ou adolescente pode ser inserido (a) a partir de três modalidades de proteção: o/a protegido/a pode ingressar no Programa juntamente com seus familiares; pode ser incluído/a sem o núcleo familiar (permanece em instituição de acolhimento) ou com uma família acolhedora, onde o/a adolescente é inserido/a em uma família capacitada para recebê-lo/a, sendo acompanhado/a pela equipe do Programa. Em casos excepcionais, o/a usuário que tiver mais de 18 anos e possua um perfil de moradia independente ou tenha autorização judicial para isso pode ser incluso/a nesta modalidade.

Após a inclusão, o Programa atua com foco no atendimento direto aos/as ameaçado/as e suas famílias (quando acompanham o ameaçado/as), retirando-os/as do local da ameaça e inserindo em novos espaços de moradia e convivência. Busca-se também a construção de novas oportunidades para os/as protegidos/as, por meio do acompanhamento escolar, inserção em projetos culturais, possibilidade de profissionalização, além do acesso aos equipamentos públicos do novo local em que se encontram atualmente.

Para isso, é realizado o Plano Individual de Acompanhamento (PIA), adotado pelo

PPCAAM como instrumento metodológico com base no que foi desenvolvido pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)³⁴. O PIA deve ser elaborado pelo/a usuário em conjunto com o/a técnico/a de referência, sempre com o intuito de refletir e acompanhar o progresso da criança ou adolescente em relação a diversas áreas de sua vida através de metas de curto e médio prazo, priorizando os vínculos familiares e possibilitando perspectivas para a nova realidade e para o futuro. Este instrumento deve ser iniciado logo no ingresso da criança ou adolescente na proteção, realizando uma sensibilização da situação de ameaça e de estratégias que podem ser realizadas para a adaptação no novo espaço de convivência. De acordo com o livro elaborado pelos/as técnicos/as dos PPCAAMs em conjunto com a Coordenação Nacional do Programa (2017):

o PIA, portanto, deve ser um pacto passível de ser cumprido enquanto perdurar a necessidade de proteção. No entanto, cada adolescente possui objetivos de vida diversos e diferentes maneiras de se expressar, de modo que listar os aspectos a serem pactuados impõe, portanto, a compreensão do momento vivido por cada adolescente protegido pelo Programa. Isso implica dizer que a atuação do(a) técnico(a) de referência deve ocorrer no sentido de favorecer a autorreflexão a partir daquilo que o motiva e que, dentro das suas condições pessoais, é passível de ser planejado e cumprido [...] (p.113)

A elaboração desse plano é fundamental para a identificação das trajetórias de vida e das mudanças possíveis que podem ser contempladas ao longo da permanência do/a usuário/a no Programa. É válido salientar que a proteção no PPCAAM envolve três etapas: a adaptação (documentação pessoal e escolar, verificação da inclusão ou continuidade dos benefícios sociais, identificação e orientação para a participação em programas socioassistenciais, elaboração de estudo de caso e construção do PIA).

A inserção social (implementação do PIA, acompanhamento escolar e inserção em atividades de profissionalização, acompanhamento na rede de saúde, articulação com lideranças comunitárias, acompanhamento de processos judiciais, avaliação da autonomia e adaptação no novo espaço de convivência). Por fim, o desligamento (avaliação junto

³⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm

com a família, elaboração de relatório final, agendamento com a Porta de Entrada, pais/responsáveis e usuário/a para assinatura do Termo de Desligamento e comunicação a rede de proteção como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Poder judiciário para a continuidade do acompanhamento). Este processo deve ocorrer durante o período de proteção que deve durar no máximo dozes meses (este tempo pode ser prorrogado em circunstâncias excepcionais, de acordo com o artigo 12 do Decreto 6.231/07) o que dificulta a adaptação e mudanças que surgem na vida do/a adolescente frente à sua nova realidade. Com isso, destaca-se novamente a importância do trabalho em parceria com a rede de proteção disponível novo espaço de convivência para que esta reinserção aconteça.

É necessário que a equipe elabore atividades e perspectivas em conjunto com os/as usuários/as e as famílias através do PIA, respeitando as particularidades, para a inserção social desses indivíduos em sua nova realidade (PPCAAM, 2010). Para isso, é preciso que a criança ou adolescente tenha suporte da equipe e da família para o estabelecimento de metas possíveis, já que dessa forma isso pode incentivá-los/as a buscar alcançar novos objetivos ao longo do período de proteção.

2.4 DESLIGAMENTO DO PROGRAMA

O desligamento do Programa pode ser realizado a pedido do/a usuário (não voluntariedade em continuar), pela cessação da ameaça, descumprimento das regras do Programa, consolidação da inserção social segura do/a protegido e por ordem judicial (Art. 14. Decreto 6.231/07). Em relação as regras, é avaliado a gravidade do que foi realizado e se for decidido pela equipe técnica o desligamento, o caso é encaminhado para a Porta de Entrada responsável para garantir a proteção da criança ou adolescente.

De acordo com o artigo 12º do Decreto 6.231/07, a proteção oferecida pelo PPCAAM deve ter a “duração máxima de um ano, podendo ser prorrogada, em circunstâncias excepcionais, se perdurarem os motivos que autorizaram seu deferimento”. Neste período, como descrito anteriormente, é necessário que a equipe possa estar em contato

constante com a Porta de Entrada para verificar se houve a cessação da ameaça, promover ações que possibilitem ao/a usuário/a uma adaptação em seu novo espaço de convivência, inserção na escola e se possível em Programas como o Adolescente Aprendiz³⁵ (no caso de adolescentes com mais de 14 anos). É necessário também, verificar a viabilidade nos casos onde o/a protegido/a não se encontra com a família, de retomar o contato para estabelecimento dos vínculos familiares. Nos casos com a inclusão da família, a equipe deve auxiliá-la em seu processo de emancipação. De acordo com Demo (2000):

A assistência não é incompatível com a emancipação, mas a trai facilmente, porque pode introduzir o componente (...) de subserviência, trocando a autonomia pelo benefício. Esta é a dialética do benefício: é melhor para o beneficiante, porque dele não precisa; pode ser péssimo para o beneficiário, porque dele passa a depender. E este é o drama da assistência: fabrica beneficiários, ou, pelo menos, confirma a situação de beneficiário. Na dialética contrária e complexa entre assistência e emancipação, esta começa a surgir quando se consegue dispensar a ajuda. Assim, ninguém se emancipa sem ajuda, mas emancipar-se é especificamente saber dispensar ajuda (p. 26).

Este é um processo complexo, que deve ser alinhado com a família e usuário/a no decorrer de toda a proteção, para que dessa forma ao se pensar no desligamento, os/as protegidos/as sintam que estão preparados para dar este passo. Neste momento, é preciso ser avaliado, em conjunto com o/a usuário/a, metas e objetivos que foram estabelecidas durante a proteção e depois do desligamento através do PIA. No pós-desligamento, período em que a equipe realiza os encaminhamentos para a rede, deve-se permanecer monitorando mesmo que de forma assistemática, a continuidade dos objetivos desenvolvidos no período de proteção. É válido mencionar que esse tempo pode ser curto para a maioria dos casos, ocorrendo um limite temporal que em muitas situações não contempla a realidade complexa que esses/as adolescentes se encontram inseridos/as.

³⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm

CAPÍTULO 3 – REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - PSICOLOGIA HISTÓRICO- CULTURAL

Nas primeiras décadas do século XX, a Psicologia soviética (assim como a europeia e americana) estava dividida em duas tendências radicalmente contrárias. Existia de um lado um grupo que, baseado em pressupostos da filosofia empirista, via a Psicologia como ciência natural, que devia se deter na descrição das formas exteriores do comportamento, entendidas como habilidades mecanicamente construídas. Esse grupo ignorava os fenômenos complexos da atividade consciente, especificamente humana. (Rego, 2012) Já o outro grupo, inspirado nos princípios da filosofia idealista, entendia a Psicologia como ciência mental, acreditando que a vida psíquica humana não poderia ser objeto de estudo da ciência objetiva, já que era manifestação do espírito. Este grupo não ignorava as funções mais complexas do ser humano, mas se detinha na descrição subjetiva de tais fenômenos (Rego, 2012).

Lev Semionovich Vygotsky, psicólogo russo, entendia que ambas tendências, além de não possibilitarem a fundamentação necessária para a construção de uma teoria consistente sobre os processos psicológicos tipicamente humanos, acabaram promovendo uma séria crise na Psicologia. Ele acreditava que através de uma abordagem mais ampla seria possível não somente descrever, mas também explicar as funções psicológicas superiores, mais especificamente, o pensamento e a linguagem, cuja finalidade é organizar adequadamente a vida mental de um indivíduo em seu meio.

Vygotsky (1989/1998) pretendia construir, assim, sobre bases teóricas completamente diferentes, um novo olhar sobre a Psicologia, que sintetizasse e transformasse as duas abordagens radicais anteriores. Partindo do pressuposto da necessidade de estudar o comportamento humano enquanto fenômeno histórico e socialmente determinado, Vygotsky e seus seguidores se dedicavam principalmente à construção de estudos-pilotos que pudessem atestar a ideia de que o pensamento adulto era culturalmente mediado.

Surge, portanto, através destas investigações, a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, entendendo a subjetividade como uma construção histórica, social e cultural a qual se estrutura na dialética entre indivíduo/contexto. A linguagem, por sua vez, assume um papel imprescindível para apreender esse construto, bem como possibilita o

entendimento das construções de sentido. (Sarzedas & Pattarelli, 2009)

A adolescência, pautada na Psicologia Sócio-histórica é entendida como um fenômeno advindo de mudanças sócio-históricas, como uma construção que ocorre por meio da dialética entre o indivíduo e seu meio. É válido salientar que esta abordagem não desconsidera os aspectos biológicos, mas sim busca uma compreensão do indivíduo em sua totalidade, indo de encontro ao que outras concepções teóricas afirmavam sobre um desenvolvimento linear e universal. Diante dessa concepção, é possível identificar que Vygotsky buscou compreender a psique humana a partir de diferentes interfaces, através de elementos psicológicos, biológicos, antropológicos, históricos e culturais (Diamantino, 2015).

De acordo com a teoria sócio-histórico-cultural de Vygotsky, a origem das mudanças que ocorrem no homem, ao longo do seu desenvolvimento, está vinculada às interações entre o sujeito e a sociedade, a cultura e a sua história de vida, além das oportunidades e situações de aprendizagem. Para o desenvolvimento do indivíduo, as interações com os outros são, além de necessárias, fundamentais, visto que esses são portadores de mensagens da própria cultura. (Veronezi, Damasceno & Fernandes, 2005, p. 538)

De acordo com esta perspectiva, as funções psicológicas superiores não poderiam surgir e constituir-se no processo do desenvolvimento sem a contribuição das interações sociais. O indivíduo acrescenta em sua história e em sua cultura, as de seus antepassados que se caracterizam como peças fundamentais na construção de seu desenvolvimento, por meio das experiências, situações, hábitos, atitudes, valores, comportamentos e linguagem daqueles com quem interage. De acordo com Veronezi, Damasceno e Fernandes (2005), “este não é um processo determinista, uma vez que o indivíduo participa ativamente da construção de seu círculo de interações, modificando-o e provocando transformações neste contexto” (p.539).

Segundo González Rey (2012b) as estruturas psicológicas superiores não se encontram fechadas, pelo contrário, estão organizadas de uma maneira que permite a continuidade de seu desenvolvimento, estando ligadas à ação do indivíduo inserido em ambiente social específico. Tais especificidades históricas e culturais presentes em quaisquer vivências

humanas são o ponto para a produção de significados e sentidos os quais irão nortear a ação do indivíduo no mundo. Por essas razões é que a perspectiva da psicologia histórico-cultural foi adotada como referencial para fundamentar este estudo, pois é através da análise das trajetórias de vida dos/as adolescentes, suas interações com o meio e o contexto em que se encontram inseridos/as, que será possível compreender sentidos e significados elaborados pelos próprios sujeitos sobre o ingresso em um Programa de proteção como o PPCAAM.

3.2 O SENTIDO E SENTIDO SUBJETIVO: IMPORTÂNCIA PARA O PROCESSO DE SUBJETIVIDADE E PRODUÇÃO DE SIGNIFICADOS

As categorias de sentido e significado tem aparecido na literatura psicológica com frequência, inclusive, sendo utilizadas com um uso indiscriminado dos seus campos de significação. Na perspectiva de Vygotsky, o sentido é relacionado com à análise psicológica da linguagem interna:

O sentido de uma palavra é o agregado de todos os fatos psicológicos que aparecem em nossa consciência como resultado da palavra. O sentido é uma formação dinâmica, fluida e complexa, que tem várias zonas que variam na sua estabilidade. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto da fala. Ele é o mais estável, unificado e preciso dessas zonas. Em contextos diferentes, o sentido da palavra muda. Em contraste, o significado é comparativamente um ponto fixo e estável, ele se mantém estável com todas as mudanças do sentido da palavra que estão associados ao seu uso em diferentes contextos (Vygotsky, 1989/1998, p.275).

Para González Rey (2007) é compreendido que a concepção de sentido deve ser avaliada a partir da sua capacidade de se encontrar em formação, e que ele precisa ser analisado a partir da organização da psique em sua totalidade, não sendo visto como apenas parte das funções da linguagem. O autor ressalta que o sentido e o significado são processos diferentes, capazes de se articular de formas distintas no funcionamento psíquico do sujeito. O que ocorre é o surgimento do significado a partir de elementos distintos da

linguagem na elaboração do pensamento.

O autor aponta que algo que muito se destaca nas reflexões de Vygotsky é a dimensão que ele menciona dos elementos processuais que envolvem o pensamento, a palavra e linguagem e sua relação com a consciência, formando um sistema integrado que contempla estes aspectos. Assim, unindo a categoria de sentido da obra de Paulhan³⁶ (1856-1931) com a sua ênfase na relação entre o sentido da palavra e o sistema da consciência, Vygotsky estava desenvolvendo uma compreensão mais sistêmica da psique.

Um aspecto principal que Vygotsky perseguiu ao longo do seu trabalho que, na opinião de González Rey (2007), somente ele conseguiu com o desenvolvimento da categoria de sentido, foi a relação entre o cognitivo e o afetivo. O autor afirma que obra *Pensamento e Linguagem* ficaria incompleta sem a conexão do cognitivo e afetivo, sem aprofundar as relações que se produzem entre as palavras e suas intenções e a personalidade com as emoções.

Em suas investigações, o autor tem enfatizado essa relação, assumindo o pensamento não como uma função cognitiva, mas como uma função de sentido do sujeito. González Rey esclarece que esta noção de sentido implica em:

(...) uma organização de aspectos psicológicos que emergem na consciência (...) O sentido aparece assim como uma fonte essencial do processo de subjetivação e é ele que define o que o sujeito experimenta psicologicamente, diante da expressão de uma palavra. O sentido articula de forma específica o mundo psicológico historicamente configurado do sujeito com a experiência de um evento atual. Nessa acepção, o sentido acontece em um elemento central de integração dialética entre o histórico e o atual na configuração da psique (González Rey, 2012b, pp. 49-50).

Vygotsky (1989/1998) determina ao sentido um caráter de fluidez e dinamicidade, já que este se inscreve em um determinado episódio da trajetória do sujeito, estando vinculado

³⁶ Frederic Paulhan (1856-1931) é um psicólogo francês que buscou investigar sobre pensamento, memória, linguagem e a psicologia dos afetos. Este autor está citado no texto de Vygotski, “Pensamento e Linguagem”. Nota acrescentada pela autora da investigação.

aos diversos âmbitos de sua atuação. O autor ainda enfatiza que o sentido se produz nas práticas sociais, visto que está diretamente relacionado ao contexto em que a fala humana se desenvolve. Esta fala, por sua vez, está impregnada tanto pela constituição psicológica do sujeito quanto pela sua vivência no mundo (Barros, Paula, Pascual, Colaço & Ximenes, 2009). Assim, é fundamental considerar a palavra no seu contexto de uso, uma vez que o que o sujeito fala é resultado de diferentes experiências e relações sociais que e de elementos que surgem em sua configuração social (Oliveira, 2015). Vygotsky, apoiado nas ideias do psicólogo alemão Paulhan (1856-1931), vai se desprendendo da palavra a qual aparece definida em sua obra:

Paulhan afirma que o sentido da palavra é complexo, fluido e está em mudança permanente. De alguma maneira ele é único para cada consciência e para uma consciência individual em circunstâncias diferentes. Nesse aspecto, o sentido da palavra é inesgotável. A palavra adquire sentido numa frase. A frase em si mesma adquire sentido, porém no contexto do parágrafo, o parágrafo no contexto do livro, e o livro no contexto dos trabalhos escolhidos do autor. Finalmente, o sentido da palavra é determinado por tudo o que na consciência está relacionado com aquilo expresso na palavra (Vygotsky, 1987 citado por González Rey, 2007, p. 156).

A psique humana ultrapassa o pressuposto de naturalidade para se firmar numa concepção de uma psique histórico-social, favorecendo um salto qualitativo do psiquismo que González Rey (2012b) destaca como subjetividade:

O conceito de subjetividade é um macroconceito que integra os complexos processos e formas de organização psíquicos envolvidos na produção de sentidos subjetivos. A subjetividade se produz sobre sistemas simbólicos e emoções que expressam de forma diferenciada o encontro de histórias singulares de instâncias sociais e sujeitos individuais, com contextos sociais e culturais multidimensionais. Estes contextos (...) aparecem como contextos produtores de sentido, através das histórias subjetivas de seus protagonistas, assim como das histórias e processos de subjetivação daqueles espaços sociais em que a ação se produz (p. 137)

González Rey salienta que Vygotsky apresenta a ideia de subjetividade quando elabora a noção de “sistema de sentidos” o qual é representado por unidades do afeto e do intelecto, a dinâmica do pensamento e da conduta e da atividade concreta da personalidade,

respectivamente. Assim, a compreensão de Vygotsky sobre a psique aponta a importância de analisá-la de forma integrada visualizando toda a sua complexidade e suas ramificações em relação ao indivíduo e o social, os aspectos cognitivos e afetivos e o consciente e inconsciente. A constituição subjetiva dos sujeitos é realizada a partir da sua trajetória, e os sentidos surgem como elementos de ordem emocional em conjunto com os significados e peculiaridades que se revelam ao longo do desenvolvimento (Oliveira, 2015).

Na ótica de González Rey (2003), o indivíduo traça caminhos de sentido que refletem na construção da sua identidade e que geram novos âmbitos sociais, o que, dentro de uma complexidade de vivências, contribuem na formação de novas relações e ratificação de ações e valores. Diferenciando-se da categoria de sentido em Vygotsky, González Rey desenvolve a categoria de sentido subjetivo que enfatiza a relação do simbólico com o emocional e não apenas entre o intelectual e o afetivo como foi proposto inicialmente. Ele estabelece, portanto, uma relação inseparável entre o sentido subjetivo e a subjetividade como sistema. A primeira definição da categoria de sentido subjetivo realizada pelo autor foi no ano 2000:

A nossa definição da categoria sentido subjetivo orienta-se a apresentar o sentido como momento constituinte e constituído da subjetividade, como aspecto definidor desta, enquanto é capaz de integrar formas diferentes de registro (social, biológico, ecológico, semiótico, etc.) numa organização subjetiva que se define pela articulação complexa de emoções, processos simbólicos e significados, que toma formas variáveis e que é suscetível de aparecer em cada momento com uma determinada forma de organização dominante. (González Rey, 2000, p.18)

Um dos atributos essenciais do sentido subjetivo é expressar em forma de produção simbólica emocional a multiplicidade de registros objetivos que afetam ao homem em sua integridade vital. Em 2002, González Rey vai sintetizar sua ideia ao formular a definição de sentido subjetivo como a “relação inseparável do emocional e o simbólico, onde um evoca ao outro sem ser a sua causa” (González Rey, 2002, p. 168). O sentido subjetivo representa a soma de uma história individual do sujeito e a emocionalidade que ela reproduz, situando-se em um sentido delimitado, tanto em termos de sujeito concreto quanto de um grupo social (González Rey, 2012b). A partir da análise do conceito de

sentido subjetivo como inerente à subjetividade houve a possibilidade de adentrar em uma dimensão dessa subjetividade a qual constitui uma das suas formas de organização, as emoções. O sentido subjetivo, portanto, detém em si próprio um potencial de mutualidade e constância entre o simbólico e o emocional (González Rey, 2012b).

A subjetividade de cada sujeito é constituída no decorrer de sua história e irá desenvolver processos de subjetivação nas diferentes atividades que realiza, sendo que os sentidos subjetivos produzidos nestas atividades estão num processo de permanente integração, organização e mudança com outras atividades e produção de novos sentidos (González Rey, 2012b), sendo fundamental salientar que a categoria de sentido subjetivo está diretamente ligada com as especificidades históricas e as ações dos indivíduos em diferentes espaços sociais.

González Rey afirma que “todo sentido subjetivo tem a marca da história de seu protagonista” (González Rey, 2012b, p.138). Ou seja, um sentido subjetivo é construído a partir de um processo histórico, cuja expressão comportamental do sujeito é o resultado de um longo caminho percorrido de vivências, que apenas se conformam em sentido subjetivo na medida em que trazem consigo esta dimensão histórica da experiência subjetiva individual.

O autor também afirma que o sentido subjetivo e as configurações subjetivas são importantes porque permite entender a sociedade numa nova dimensão, ou seja, em seu sistema de consequências sobre o homem e sobre a organização de seus diferentes espaços de vida social. Acrescenta-se ainda que a expressão da história do sujeito aliada a outros aspectos relacionados às suas ações cotidianas é o que fundamenta uma concepção histórico-cultural da subjetividade (González Rey, 2012c).

Nesta perspectiva histórica, o ser humano como sujeito significa reconhecer a sua possibilidade de superar o imediato, e reconhecer que se trata de uma possibilidade constituída historicamente. É necessário, portanto, afirmar a subjetividade como uma experiência própria do sujeito histórico. Assim, a definição de subjetividade que o autor apresenta em sua obra, demarca uma compreensão dos processos psíquicos que reconhece o homem como sujeito, sendo de fundamental importância para a Psicologia debruçar-se sobre as noções de sujeito e subjetividade para uma ampliação do olhar sobre o

desenvolvimento humano (Gonçalves, 2004).

3.3 ADOLESCÊNCIA: PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Para diferentes vertentes da Psicologia do Desenvolvimento, a adolescência foi conceituada como um período de transição para a idade adulta com características universais para todos os indivíduos e surgimento de crises e conturbações vinculadas à elaboração da identidade e emergência da sexualidade (Hall, 1904; Freud, 1905; Aberastury, 1992). As mudanças corporais, também conhecidas como puberdade, abrangem um conjunto de mudanças causadas por hormônios sexuais e que está intimamente relacionada com o processo de crescimento físico, sendo esta a principal característica identificada para caracterizar esta etapa da vida.

Ao pensar nos conceitos propostos para compreender esta etapa do desenvolvimento, deve-se citar o surgimento da obra pioneira denominada Adolescência, do teórico Stanley Hall, que em 1904 afirmou a partir do prisma das obras de Darwin e Haeckel, que esta fase deveria ser entendida sob uma ótica ontogênica e filogenética, ou seja, o desenvolvimento do indivíduo era comparado e analisado respectivamente com o desenvolvimento de outras espécies (Palácios & Oliva, 2004). De acordo com o ponto de vista do autor, o desenvolvimento do ser humano deve ser considerado a partir de estágios, e especificamente a adolescência, foi observada como uma etapa de conflitos e transição, sendo identificada como natural para a aquisição de características mais superiores na fase adulta. Apesar do autor não ter proporcionado uma análise considerada apropriada, esta investigação foi marcada como um importante passo na Psicologia do Desenvolvimento para os estudos sobre a adolescência.

Para a Psicanálise, esta etapa da vida ocorre como uma segunda infância, porém, em um primeiro momento existe uma pulsão parcial que está associada ao autoerotismo e ao complexo de Édipo, e em um segundo momento, a pulsão sexual surge na puberdade através das transformações corporais que surgem neste período (Freud, 1905/1996).

Segundo Aberastury (1992), teórica que também buscou referências da Psicanálise, somente quando o/a adolescente consegue aceitar em si a existência de dois aspectos simultâneos – o de criança e o de adulto – ele pode começar a perceber as mudanças do

seu corpo e começa a surgir a sua nova identidade. A elaboração do luto pelo corpo infantil conduz à identidade sexual adulta, à busca de parceiros e à criatividade. A autora aponta que para que as mudanças possam ser absorvidas com maior tranquilidade nessa fase do desenvolvimento humano, é importante considerar o fator tempo, ou seja, que as mudanças psíquicas ocorram gradualmente, pois só assim ocorrerá uma elaboração verdadeira desses lutos. Esta autora, que apresentou a concepção de “síndrome da adolescência normal”, contribuiu para uma visão estereotipada desta etapa do desenvolvimento, reduzindo a adolescência a um período de crises e conflitos que antecede a fase adulta e a interpretando a partir de um olhar adultizado (Oliveira, 2006).

Mesmo partindo da psicanálise, Erick Erikson (1976) buscou ampliar esta concepção, expandindo suas investigações para além da relação estabelecida no complexo de Édipo, onde é constatado uma tentativa de desprendimento do seio familiar, onde o indivíduo busca compartilhar novas experiências, valores, afinidades, ideias, construção de uma identidade e dar significação ao seu discurso. Ocorre uma expansão das habilidades cognitivas que desencadeiam alterações psicológicas e sociais e uma crise caracterizada como global pelo autor, que são conseqüentemente influenciadas pelo contexto social, histórico e cultural no qual o/a adolescente está inserido (Erikson, 1976). É nesta fase que os valores morais estão associados aos princípios éticos universais, as regras podem até ser desobedecidas caso não contemplem fatores relacionados a respeito e justiça (Wagner, Falcke, Silveira & Mossmann, 2002).

Na perspectiva da antropologia cultural, surge a investigação de Margaret Mead em Samoa, que aponta as alterações biológicas como um aspecto maturacional da infância para a adultez, mas desconstrói a ideia de que existem turbulências e crises associadas a esta etapa do desenvolvimento. A autora inclusive apresenta uma visão oposta a esta concepção, indicando que esta fase foi avaliada como prazerosa e positiva (Palácios & Oliva, 2004). Outros teóricos se distanciaram desta concepção da adolescência como uma fase conflituosa, evidenciando os diversos modos característicos de pensar e agir na adolescência. Piaget e Inhelder, (1966/2007) buscaram explicar a forma como os/as adolescentes se comportam através do que chamam de egocentrismo. Nesta etapa, os indivíduos têm à convicção que são o centro das atenções e das preocupações dos outros, julgando-se únicos e invulneráveis. Para os/as autores/as, este egocentrismo revela a falta de maturidade do pensamento adolescente, mas revela ao mesmo tempo uma preocupação

consigo próprio.

A partir destas e outras contribuições teóricas, que foram bastante relevantes para diferentes áreas da Psicologia, alguns/as autores/as perceberam a importância de ampliar a visão de adolescência para além dos aspectos fisiológicos e biológicos, já que por um longo período esta etapa foi analisada como algo linear e universal e associada à comportamentos negativos e crises identitárias (Tomio & Facci, 2009).

Segundo Palácios e Oliva (2004), ao visualizar a adolescência a partir de uma perspectiva evolucionista, compreende-se que existe um diálogo entre os aspectos cognitivos, psicológicos e sociais no desenvolvimento do/a adolescente, e que a puberdade não é a única alteração que estes indivíduos irão vivenciar ao longo deste período. Essa é apenas uma das mudanças que surgem nesta etapa. Os autores afirmam que:

Todas essas mudanças internas e externas, que guardam uma estreita relação entre si, farão desse período uma importante transição evolutiva de muito interesse para o estudo dos processos de mudança e continuidade no desenvolvimento humano; uma transição entre a maturidade física, social e sexual da infância e a maturidade física, social e sexual da idade adulta (Palacios & Oliva, 2004, p. 319).

Os autores apontam que esta transição evolutiva pode contribuir para despertar alterações psíquicas permanentes nos indivíduos, e que na adolescência estas modificações se iniciam através das características biológicas mas encontram-se fortemente relacionadas com aspectos psicológicos e socioculturais. É um processo integrado e multifacetado com diferentes elementos articulados entre si, e qualquer mudança em um desses componentes altera os demais (Palácios & Oliva, 2004).

Ao compreender o desenvolvimento dos indivíduos a partir de uma perspectiva histórico-cultural, identifica-se que a adolescência deve ser analisada a partir de um ponto de vista que não reduza esta fase da vida a estas questões, ou que não estejam contextualizados com aspectos históricos, sociais e culturais. De acordo com Aguiar, Bock e Ozella (2001),

[...] o jovem não é algo “por natureza”. Como parceiro social, está ali, com suas características, que são interpretadas nessas relações; tem, então, o modelo para sua construção pessoal.

Construídas as significações sociais, os jovens têm a referência para a construção de sua identidade e os elementos para a conversão do social em individual. (p.168)

Para a vertente supracitada, existe claramente transformações biológicas e fisiológicas neste ciclo, entretanto essas mudanças não estão diretamente relacionadas com a produção de subjetividades para os indivíduos que se encontram nesta etapa desenvolvimental (Aguiar, Bock & Ozella, 2001; Ozella, 2002). Existe um diálogo constante entre o sujeito e o social que permite que estas relações não se tornem cristalizadas, promovendo assim uma troca mútua que mantém os aspectos identitários de cada um.

Aguiar, Bock e Ozella (2001) apontam que a adolescência é uma etapa socialmente construída e com características peculiares que produzem significados a partir da cultura em que se encontra inserida. Isso pode ser identificado a partir de diferentes concepções desta etapa do desenvolvimento, sendo possível suscitar que existem múltiplas configurações de “adolescências” em uma esfera global (Ozella, 2002). Ou seja, para algumas sociedades serão identificadas particularidades próprias desta fase e outras podem significar outros aspectos relacionados a este ciclo vital (Aguiar, Bock & Ozella, 2001).

Para González Rey (2012b), a cultura, através da sua capacidade de produzir processos simbólicos, gera sentidos que vislumbrar monitorar a forma como a sociedade deve ser conduzida. Com isso, torna-se indispensável entender a construção da subjetividade e da personalidade contemplando os aspectos culturais e contextos sociais dos sujeitos, bem como a troca constante que é realizada entre o individual e o social

O autor indica que a subjetividade pode ser compreendida através de duas categorias: a individual e social, e aponta que “a subjetividade individual indica processos e formas de organização da subjetividade que ocorrem nas histórias diferenciadas dos sujeitos individuais. Portanto ela delimita um espaço de subjetivação que contradiz e de forma permanente se confronta com os espaços sociais de subjetivação” (González Rey, 2002, p. 141).

Já a subjetividade social “apresenta-se nas representações sociais, nos mitos, nas crenças, na moral, na sexualidade, nos diferentes espaços em que vivemos e está atravessada pelos

discursos e produções de sentido que configuram sua organização subjetiva” (González Rey, 2005b, p. 24). Com isso, percebe-se que os sentidos ocorrem pela interação entre as experiências cotidianas com a subjetividade de cada indivíduo, permitindo com que ele desenvolva sua autonomia e se identifique enquanto sujeito. Isso permite uma visão mais ampla e aprofundada desta complexa etapa do desenvolvimento, reforçando a importância de entender as diferentes interfaces que são atribuídas a este período da vida a partir dos atores sociais que a compõe.

Com isso, este trabalho pretendeu analisar a produção de sentidos e significados dos (as) usuários (as) sobre o ingresso no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do estado da Bahia, no Brasil. Para isso, foi investigado a trajetória de vida dos/as adolescentes antes da inserção no PPCAAM e sua relação com o Programa, buscando analisar o PPCAAM na perspectiva dos/as usuários/as no que se refere ao seu funcionamento, relacionamento com a equipe e resolutividade, bem como compreender o impacto do PPCAAM na trajetória de vida dos/as adolescentes e os significados e sentidos subjetivos elaborados por eles/as sobre o Programa, além de compreender o que estes sujeitos vislumbram para o futuro.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a produção de sentidos e significados dos (as) usuários (as) sobre o ingresso no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do estado da Bahia/Brasil.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar a vida dos adolescentes antes da inserção no PPCAAM e suas relações com o motivo que desencadeou o ingresso no mesmo.
- Investigar a percepção dos/as usuários/as no que se refere ao funcionamento, resolutividade e relação com a equipe técnica do Programa.
- Investigar o impacto que do PPCAAM na trajetória de vida dos/as adolescentes;
- Descrever os significados e sentidos subjetivos elaborados pelos adolescentes sobre o PPCAAM
- Identificar projetos de vida dos/as usuários/as do Programa.

4.3 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Quais são os sentidos e significados elaborados pelos (as) usuários (as) sobre o ingresso no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do estado da Bahia/Brasil?

A ameaça de morte iminente (motivo de ingresso no PPCAAM) é a culminância de um longo processo de violações de direitos a que estes/as adolescentes e suas famílias são submetidas?

Os/As adolescentes avaliam positivamente o PPCAAM, reconhecendo o seu papel na garantia do direito à vida e integridade física?

O PPCAAM se constitui como um marco na trajetória de vida dos/as adolescentes, uma

vez que resguarda sua vida e possibilita a vivência de direitos fundamentais para os/as protegidos/as?

O ingresso no PPCAAM altera positivamente as perspectivas de futuro e projetos de vida dos/as protegidos/as?

4.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A escolha da abordagem qualitativa se justifica pelo fato de que esta possibilita entender o sentido subjetivo de um sujeito através de uma perspectiva histórico-cultural, e para isso, é preciso um aprofundamento dos seus discursos e vivências para a compreensão da realidade pesquisada.

Por compreender que os sentidos e significados devem ser analisados de forma minuciosa, González Rey, referência na área da Teoria da Subjetividade, desenvolve a Epistemologia Qualitativa, sendo esta uma proposta de não visualizar o conhecimento de uma determinada realidade apenas de forma linear, mas sim como algo constitutivo e interpretativo (González Rey, 2001, 2002, 2005a e 2012a). É válido ressaltar que o autor não desconsidera as pesquisas empíricas, mas sim avalia que estas devem atuar em conjunto com as produções teóricas. González Rey também esclarece a importância de compreender a investigação como algo que provoque um diálogo, reforçando que o/a pesquisador/a e os/as participantes devem ser ativos/as na elaboração de ideias, já que o conhecimento deve ser avaliado a partir dos sentidos e significados que os indivíduos produzem sobre suas experiências. De acordo com Diamantino (2015),

[...] a abordagem qualitativa, balizada pela Epistemologia Qualitativa, é adequada, já que favorece a apreensão dos sentidos subjetivos dos participantes sobre o objeto estudado e possibilita compreender as experiências dos sujeitos por meio da expressão dos sentimentos, vivências e percepções, permitindo um conhecimento amplo sobre o fenômeno. Através dessa epistemologia é possível abranger a complexidade dos processos subjetivos e produzir conhecimento acerca da realidade humana [...] (p.78)

As pesquisas na área de humanas, em especial em investigações no campo da Psicologia, estão cada vez mais utilizando técnicas, instrumentos e metodologias que visualizem os/as participantes não apenas como objetos em um estudo científico, mas sim promovendo uma contribuição que permita uma escuta menos impessoal e que busque identificar os sujeitos como ativos no processo de investigação. Para Bourdieu (2008,) a proximidade social e familiaridade asseguram duas condições principais em uma comunicação não violenta: quando o/a interrogador/a está socialmente muito próximo do/a interrogado/a oferece garantias contra ameaça de ver suas razões subjetivas reduzidas a causas objetivas, bem como se assegura um acordo imediato e continuamente confirmado acerca dos pressupostos concernentes aos conteúdos e às formas de comunicação. A partir desta realidade, o método proposto promove uma consideração mais aprofundada acerca de um determinado tema.

Com isso, esta pesquisa buscou enfatizar a importância de realizar investigações que valorizem a voz das crianças e adolescentes enquanto atores sociais, sujeitos de direitos e que podem promover transformações sociais em diferentes linhas de atuação. Por isso, a escolha desta abordagem se torna fundamental para a elaboração desta investigação.

4.5 INSTRUMENTO: A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Pela investigação buscar compreender os sentidos e significados dos/as adolescentes sobre o ingresso no Programa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, considerada como um dos principais meios que o/a investigador/a tem para realizar a coleta de dados, uma vez que ao mesmo tempo valoriza a presença do/a pesquisador/a e oferece ao entrevistado/a liberdade de espontaneidade, permitindo um enriquecimento de informações para a investigação. A entrevista semi-estruturada pode ser entendida, em geral, como:

aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que se interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (Triviños,1987, p. 146).

Neste instrumento, é realizado um conjunto de questões pré-definidas, mas que mantém liberdade para colocar outras, cujo interesse surja no decorrer da coleta de dados, permitindo que o entrevistado discorra sobre o tema proposto. Esse instrumento permite coletar dados através da perspectiva mais espontânea dos/as participantes em relação a um determinado tema, permitindo conhecer suas experiências e percepções a partir do seu próprio discurso. É possível investigar de forma pormenorizada as informações para a pesquisa através de uma ou mais pessoas, tornando viável a obtenção dos dados necessários para contemplar os objetivos do estudo.

A forma como este instrumento deve ser conduzido pelo/a investigador/a precisa levar em consideração a necessidade de uma preparação qualificada e tendo consciência que não é possível realizar qualquer tipo de improvisação no momento da aplicação da entrevista. O roteiro foi construído previamente, iniciando com questões relacionadas a trajetória de vida dos/as participantes e posteriormente questões mais relacionadas ao Programa de Proteção. As questões foram formuladas respeitando os/as investigados/as, evitando-se a elaboração de perguntas que pudessem vir a causar constrangimentos ou que fossem arbitrarias ou tendenciosas. Foi levado em consideração a sequência de pensamento do/a entrevistado/a, possibilitando a continuidade da conversação, com a condução da técnica com um sentido lógico para a obtenção dos resultados.

De acordo com Triviños (1986, p.149), é de extrema relevância o estabelecimento de um “*rapport*” entre o entrevistador e o entrevistado para que se obtenha êxito durante a coleta de dados. O autor afirma que,

Antes de iniciar a entrevista mesma, o investigador deve estar plenamente convencido da necessidade de desenvolver, no desenrolar dela, todos os elementos humanos que permitam um clima de simpatia, de confiança, de lealdade, de harmonia entre ele e o entrevistado. Isto é essencial para atingir a máxima profundidade no espírito do informante sobre o fenômeno que se estuda. Para conseguir isto, não existem regras que se devam seguir em detalhe. Porém, sem dúvida, são importantes as condições de personalidade do informante e a disposição do cientista para tratá-lo como ser humano, como pessoa. A modéstia, e não a arrogância, contribui de maneira singela para que se estabeleça o ambiente que permite a mais ampla expressão de naturalidade, de espontaneidade. Nem tudo depende do investigador, mas sua ação, seu modo de comportar-se no grupo, suas atitudes etc. são decisivas para o êxito de seu empreendimento. (Triviños 1986, p.149).

Para Amado (2013), o/a entrevistador/a deve tomar nota de comportamentos não verbais, apresentar-se como alguém que pretende aprender, ganhar a confiança do/a entrevistado/a, evitar dirigir a entrevista e realizar interrogatórios, não interferir a fala do/a participante, utilizar sinais verbais e não verbais de esforço e estímulo, procurar manter-se com alguma neutralidade/imparcialidade e certificar-se que o entrevistado compreende e é compreendido. De acordo com Ghiglione e Matalon (2001), é importante que o/a entrevistador/a se mostre um ouvinte atento, tendo uma postura e atitude que demonstre uma atenção real as palavras e que procura compreender o que é dito pelo/a entrevistado/a.

O objetivo central deste delineamento metodológico foi escutar o relato e as experiências dos/as próprios/as usuários/as enquanto adolescentes que se encontram em sistema de proteção. Além disso, foi avaliado que como os/as participantes da pesquisa são adolescentes, evitou-se a utilização de técnicas mais estruturadas, já que eles/as podem resistir a respondê-las.

De acordo com Aguiar e Ozella (2006), principais investigadores/as na elaboração da proposta de núcleos de investigação, torna-se fundamental que o/a pesquisador/a se utilize de algumas estratégias para a compreensão dos dados coletados. A primeira delas é evitar interferências desnecessárias no decorrer da entrevista, e para isso, é necessário desenvolvê-la de forma *ampla e consistente*, sendo também importante que o/a entrevistador/a busque esclarecer pontos ou questões que não ficaram claras durante o discurso e reflexões do/a entrevistado/a, sendo esta estratégia identificada como *recorrente*. Para um aprimoramento dos dados coletados, os autores reforçam a necessidade de um *plano de observação*, para que além da fala, outros comportamentos e atitudes não-verbais possam ser contemplados no decorrer das análises.

Tais entrevistas foram gravadas com o consentimento dos/as entrevistados/as e composta de duas partes: primeiramente a coleta dos dados bio-sócio-demográficos e em seguida foram coletadas informações sobre a história de vida, solicitando que contassem o que recordavam, desde a lembrança mais antiga até a atual. Em seguida, foram abordados pontos da narrativa que foram pouco explorados, bem como questões relacionadas ao ingresso no Programa, o impacto que ocorreu após a entrada no PPCAAM, as dificuldades, sentimentos e perspectivas futuras.

4.6 CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa foi realizada em quatro cidades, três localizadas no estado da Bahia e a quarta em outro estado (transferência para outra instituição de acolhimento, denominadas pelo Programa de pousos), no Brasil, e estas não serão identificadas para garantir o sigilo e a integridade dos/as participantes e respectivos locais de proteção. A escolha deste estado foi realizada pela autora da investigação já ter feito parte da equipe técnica do Programa na Bahia, além deste ser o estado que possui na lista indicada pelo Atlas da Violência cinco municípios que possuem os maiores índices de morte por arma de fogo em uma lista de vinte cidades. É válido salientar que também não foram descritos de forma aprofundada os motivos da inclusão no Programa, nem nada que identificasse os/as usuários/as.

A maioria dos/as participantes (15) encontravam-se protegidos na modalidade do acolhimento institucional, apenas um adolescente entrevistado estava residindo com seus pais/responsáveis. A coleta dos dados foi realizada nos momentos de visita técnica dos/das profissionais com os/as usuários/as, após a reunião com a equipe do Programa e apresentação da investigadora, foi cedido um espaço pela coordenação dos pousos para a realização das entrevistas, mantendo a privacidade dos/as participantes.

Além disso, em alguns casos, o contato com os/as adolescentes ultrapassou o momento da aplicação do instrumento. Nestas situações foi estabelecido o rapport necessário para a realização das entrevistas, bem como priorizadas conversas informais, pois muitas informações importantes foram identificadas nos momentos em que os/as adolescentes se sentiram mais seguros/as e agiram de forma mais espontânea. Para isso, foi realizado os registros não só através de gravadores, mas também em diários de campo para coletar o máximo de informações.

4.7 PARTICIPANTES

Durante o período da coleta, foram entrevistados/as dezesseis adolescentes, com idades entre 13 a 17 anos, sendo 06 do gênero feminino e 10 do gênero masculino. Em relação a cor destes participantes, 11 afirmaram se identificar enquanto pardos/as e 05 informaram se identificar enquanto negros/as. Os nomes foram alterados para garantir o anonimato dos/as participantes e somente na tabela abaixo foi descrito o motivo da inclusão, sem informações adicionais, com o intuito de preservar a integridade e segurança dos/as entrevistados/as.

TABELA 3 – Participantes da investigação

Participante	Idade	Gênero	Cor	Escolaridade	Motivo da Inclusão	Tempo de Inclusão
Felipa	17 anos	Feminino	Parda	6ª série/7º ano	Passional ³⁷ /Tráfico	1 ano e 1 mês
Gloria	17 anos	Feminino	Parda	5ª série/6º ano	Tráfico de drogas	4 meses
José	14 anos	Masculino	Negra	1ª série/2ºano	Delação	3 meses
Leonor	16 anos	Feminino	Negra	1º ano Ensino Médio	Tráfico de drogas	11 meses
Mafalda	17 anos	Feminino	Parda	6ª série/7º ano	Tráfico de drogas	4 meses
Maria	16 anos	Feminino	Parda	8ª série/9º ano	Passional	5 meses
Martin	17 anos	Masculino	Parda	6ª série/7º ano	Tráfico de drogas	1 mês
Matilde	17 anos	Feminino	Parda	1º ano Ensino Médio	Tráfico de drogas	9 meses
Miguel	16 anos	Masculino	Parda	5ª série/6º ano	Tráfico de drogas	4 meses
Nuno	17 anos	Masculino	Parda	8ª série/9ª ano	Testemunha	1 ano e 1 mês
Pedro	15 anos	Masculino	Negra	4ª série/5º ano	Tráfico de drogas	3 meses
Romeu	17 anos	Masculino	Negra	6ª série/7º ano	Tráfico de drogas	7 meses
Rui	13 anos	Masculino	Parda	2ª série/3º ano	Tráfico de drogas	1 mês
Teodoro	17 anos	Masculino	Parda	6ª série/7º ano	Tráfico de drogas	1 ano
Tomás	17 anos	Masculino	Parda	8ª série/9º ano	Tráfico de drogas	1 ano e 4 meses
Vicente	17 anos	Masculino	Negra	5ª série/6º ano	Tráfico de drogas	4 meses

³⁷ Art. 121 do Código Penal Brasileiro: Art. 121. Matar alguém: VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. § 2º - Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar.

Até o momento da recolha dos dados, estavam inclusos/as 27 usuários/as no PPCAAM da Bahia. É válido ressaltar que alguns pousos (locais de proteção) se encontravam com mais de um protegido/a, o que não é recomendado no Guia de Procedimentos do Programa. Entretanto, em decorrência da fragilidade da rede de proteção e dificuldade em encontrar instituições de acolhimento para cada usuário/a, esta foi a única alternativa encontrada para garantir à proteção desses/as adolescentes.

4.8 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

De acordo com a Resolução de Pesquisa com seres humanos (**Resolução 510/16**)³⁸, é de fundamental importância a elaboração do termo de assentimento livre e esclarecido para que os/as participantes tenham acesso a todas as informações necessárias para participação na pesquisa, como os objetivos e métodos apresentados de forma clara, bem como a garantia de anonimato. É importante ressaltar que foi garantido o sigilo das informações, assim como o direito dos/das participantes de desistir em qualquer momento da pesquisa, sendo comunicados/as sobre esta questão antes de sua inserção no projeto.

Ressalta-se que para a realização das entrevistas, é necessário que haja a aceitação do/a entrevistado/a para participação da investigação, respeitando-se, assim, seu direito de recusar ou dar continuidade no estudo. Além disso, o/a investigador/a também deve atentar-se em esclarecer com o/a entrevistado/a a duração da entrevista, o sigilo das informações, o número de encontros necessários, o local onde a coleta será realizada e a autorização para utilizar recursos que permitam garantir a fidelidade do discurso (gravador, vídeo, papel, caneta). É fundamental que o/a entrevistado/a tenha todas as informações necessárias para que possa se sentir seguro/a no momento da aplicação do instrumento. Guerriero, Schmidt e Zicker (2008) indicam que,

De acordo com as normas de ética em pesquisa, é fundamental que a pessoa saiba que está sendo convidada a participar de uma pesquisa e que tem a liberdade de aceitar ou recusar (e de mudar de ideia). Para decidir, ela precisa entender no quê consiste a pesquisa, e as consequências que podem decorrer da sua participação. As consequências podem ter a ver com os procedimentos em

³⁸ <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

si e também com o que será feito com os dados e/ou os materiais recolhidos no estudo. A não-participação, a rigor, não deve acarretar nenhum tipo de dano ou represália, tudo continuando como se o convite nem tivesse sido feito. O pesquisador tem a responsabilidade de prover as informações de tal forma que a opção do voluntário seja válida; o instrumento para isso é o TCLE. (p. 206)

Além disso, não houve nenhuma recompensa ou pagamento para os/as participantes, mas será realizada uma devolução de resultados ao final da pesquisa, sendo agendado um encontro com a equipe técnica para a discussão e esclarecimento dos resultados. É válido salientar que a presente investigação foi apreciada com parecer favorável pela Comissão de Ética e Deontologia da Investigação em Psicologia da Universidade de Coimbra.

4.9 PROCEDIMENTO

Em função do curto espaço de tempo disponível para realização da pesquisa de campo, optou-se pela apresentação da pesquisa e seus objetivos através da equipe técnica, que previamente consultou os/as adolescentes sobre interesse em participar do estudo. Foram selecionadas as cidades onde a coleta seria realizada em função da agenda de trabalho da equipe do programa, sendo que a totalidade dos adolescentes nesses espaços concordaram em participar do estudo.

Pela investigação envolver adolescentes, foi realizado um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para os/as participantes e um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por seus representantes legais (equipe técnica do Programa e a família de um entrevistado) para a anuência na participação na pesquisa. Após o convite e a identificação dos/as participantes, os/as adolescentes leram e assinaram o Termo de Assentimento. Após a assinatura do termo, foram realizadas as entrevistas no local e horário definido pela equipe técnica do Programa. As entrevistas ocorreram nas instituições de atendimento onde os/as participantes encontram-se protegidos (as) e na residência do adolescente que estava protegido com os pais/responsáveis, sendo também coletadas algumas informações em atividades como ida para à escola, viagens realizadas para a transferência de pouso ou reuniões com membros da equipe.

As entrevistas foram transcritas pela própria pesquisadora visando uma maior confiabilidade dos dados apresentados, já que atitudes, comportamentos e pausas são detalhes importantes que podem muitas vezes não ser captados pelos recursos utilizados (gravador, notas em diário de campo, etc.). De acordo com Queiroz (1983) “ao efetuar a transcrição o pesquisador tem, então, a invejável posição de ser ao mesmo tempo interior e exterior à experiência” (p. 84). Com isso, esta etapa foi identificada como fundamental para uma eficiência na interpretação dos dados coletados.

A análise das entrevistas foi pautada na construção dos Núcleos de Significação. Estes consistem em capacitar o/a investigador/a para analisar os “sentidos e significados constituídos pelo sujeito frente à realidade” (Aguiar, Soares & Machado, 2015, p. 58). A proposta possibilita ao/a pesquisador/a, utilizar como referência aspectos fundamentais da teoria apresentada por Vygotsky e da Epistemologia Qualitativa desenvolvida por González Rey, para identificar os sentidos e significados atribuídos pelos indivíduos em relação a um determinado tema.

A construção dos núcleos de significação segue as seguintes etapas: é preciso realizar uma leitura dos dados que denominam de “flutuante”, bem como um ordenamento dos materiais utilizados para uma compreensão mais aprofundada do que foi coletado, e a partir disso iniciar a fase de elaboração de pré-indicadores (Aguiar & Ozella, 2006). Em seguida, é preciso analisar e reduzir para indicadores centrais que foram identificados em cada relato e assim, atingir os núcleos de significação que contemplem os objetivos da pesquisa. De acordo com Aguiar, Soares e Machado (2015):

a construção dos núcleos de significação – ao permitir o movimento que vai do empírico às abstrações (movimento de análise caracterizado pelo levantamento de pré-indicadores e pela sistematização de indicadores) e das abstrações ao concreto (movimento de síntese caracterizado pela sistematização dos núcleos) – é um procedimento que muito ajuda a apreender e revelar que as significações constituídas pelo sujeito são mediadas por múltiplas determinações sociais e históricas (p. 72).

Neste trabalho, foram selecionados conteúdos para a elaboração dos pré-indicadores e em seguida houve uma filtragem do material coletado para obter os indicadores e a padronização dos núcleos que mais surgiram no decorrer das entrevistas com adolescentes, assim como realizado em outras investigações (Moro, 2009; Diamantino,

2015; Oliveira, 2015). Na proposta metodológica apresentada por Aguiar e Ozella (2006), os núcleos de significação devem ser construídos e analisados de forma individualizada, porém na presente investigação, após esta análise individual, foi realizado um comparativo dos relatos coletados para que fosse possível verificar possíveis similaridades dos sentidos e significados constituídos pelos/as usuários/as sobre o Programa (Oliveira, 2015).

Nas transcrições, foram mantidos os erros de concordância, erros gramaticais, gírias e expressões coloquiais mencionadas pelos/as entrevistados/as. Optou-se por colocar vários relatos coletados nas entrevistas, mesmo que extensos, para melhor compreender os sentidos e significados produzidos por adolescentes em um sistema de proteção como o PPCAAM, além de ser entendido a importância de dar voz a estes sujeitos e colocá-los/las como protagonistas na investigação, reconhecendo-os/as como atores sociais através da "sua capacidade de participação" (Sarmiento, Fernandes & Tomás, 2007, p. 192).

Para Aguiar e Ozella (2006), é muito importante que o/a pesquisador/a fique atento/a se os pré-indicadores e posterior filtragem para os indicadores contemplam o objetivo central da investigação. Esta etapa é fundamental para se pensar na organização dos núcleos de significação, por isso torna-se indispensável a realização de uma leitura pormenorizada e atenta (denominada pelos autores de flutuante), para um domínio e sistematização do conteúdo coletado. Os/as autores/as reforçam que o processo de aglutinação dos pré-indicadores permite um afinamento do que foi analisado, e dessa forma os indicadores são visualizados, “seja pela similaridade, complementaridade ou contraposição” (Aguiar & Ozella, 2006, p. 230).

Após a análise dos indicadores foram elaborados os núcleos de significação que serão articulados com a literatura que fundamenta a pesquisa, sendo descrito inicialmente cada núcleo (intra-núcleo) para em seguida realizar uma associação entre os núcleos (inter-núcleos) (Aguiar & Ozella, 2006). Para uma análise qualitativa dos sentidos e significados sobre o ingresso no Programa, serão utilizadas as contribuições de González Rey, que aponta a importância de analisar o que é dito não de forma explícita, mas sim através das particularidades implícitas que são identificadas em cada conteúdo coletado. (González Rey, 2012).

CAPÍTULO 5 - APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os pré-indicadores e indicadores identificados nos discursos dos/as participantes estão descritos em tabelas separadas que serão apresentadas em cada núcleo de significação para uma melhor compreensão dos resultados.

5.1 Núcleo de Significação: "não vai chegar aos 18" - Violações e situações de risco

PRÉ- INDICADORES	INDICADORES FINAIS	NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO
Desidratação; tuberculose; vício; gravidez na adolescência; aliciamento sexual; agressão policial; abuso sexual; acolhimento institucional	Riscos ao desenvolvimento	<i>"já passei fome na rua, já fui pra outras cidades, já dormi me esquentando naquelas lâmpadas que tem nos jardins de praças"</i> - Violações e situações de risco
Fome; vida nas ruas; buscar o que comer no CEASA; não lembra o nome de todos irmãos; fuga de casa; dormir embaixo da marquise; sair de casa; furto; roubo; violência; frio; conseguir ter alimento; pedir comida pra levar pra casa	Vulnerabilidades sociais	
Todo mundo usava; amigos/as; namorado traficante; crack; cocaína; maconha; pediu para experimentar; não sou viciado; assalto a mão armada; amigos do bairro traficavam; começou a fazer coisas erradas; dinheiro; poder; status no bairro; liderança da boca de fumo; crescer na vida; eu não vou fumar mais; eu já comecei com o crack; o bagulho é feio demais, fazendo muita coisa errada, sendo induzido por causa do pó; vi ele ser executado em minha frente; parava de estudar por causa das drogas mais as amizades	Uso de substâncias psicoativas e envolvimento com tráfico de drogas e outras formas de violência	

No decorrer das entrevistas, foi possível identificar situações de risco e vulnerabilidade social nas trajetórias de vida dos/as adolescentes entrevistados/as. Antes de ingressar no Programa, os/as usuários/as relataram circunstâncias relacionadas à fome, abandono, negligência, evasão ou defasagem idade-série na escola (um entrevistado informou que não sabia ler, apenas escrever o próprio nome e apenas um está cursando a série correspondente a sua faixa etária), ida para às ruas, problemas de saúde, gravidez na

adolescência, conflitos familiares, uso de drogas, envolvimento com tráfico de drogas, agressão e perseguição policial, etc. Com isso, identifica-se que as relações e experiências sociais desses/as usuários estavam cercadas de violações.

De acordo com Lúria (1986) citado por Azella (2005, p. 101) “a conduta não é determinada por objetivos instintivos diretos”, o que aponta a importância de ampliar a visão sobre a adolescência para além de uma psicologia linear e tradicional. Para esta teoria, é necessário compreender o diálogo que existe entre o indivíduo com o social, sendo preciso analisar que as subjetividades (do indivíduo e social) se relacionam entre si de forma sincrônica, e que os contextos históricos antecedem a elaboração da subjetividade individual (González Rey, 2003). Com isso, evita-se uma análise equivocada de justificativas sobre a situação de ameaça e uma reprodução de desigualdades e estereótipos criados no imaginário social em relação a esses/as adolescentes (Diamantino, 2015). Esta premissa é fundamental para uma não associação direta da pobreza com violência e criminalidade, pois esta problemática abrange um panorama muito mais amplo e estruturado do que as condições econômicas de um indivíduo (Zaluar, 2007).

Inicialmente, serão apresentados os dados referentes às vulnerabilidades sociais vivenciadas pelos/as participantes e riscos ao seu desenvolvimento a partir dos relatos que indicam situações de pobreza, violência comunitária, fome, situação de rua, ausências de recursos básicos para sobrevivência e envolvimento com atividades ilícitas. Quinze entrevistados/as citaram vivências de risco, assim como descrito acima, o que aponta **violações aos direitos** que são propostos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso pode ser percebido, a partir da fala de Matilde, Vicente e Teodoro:

Matilde: [...] *Aí todo mundo quando me via “ó a prostituta”, “essa aí não vai chegar aos 14”, os polícia mesmo, falava sempre, falava pra minha mãe “sua filha não vai chegar aos 18”. E eu também não acreditava que ia chegar mesmo, passei por muita coisa, muita miséria... [...]*

Vicente: [...] *os polícia lá, moça, só eles fode com a pessoa, rapaz, quando a*

peessoa diz que não tá com nada eles botam um bocado de coisa, lá mesmo no bairro os polícia disse que quando eu fizesse 18 eles ia me matar, aí eles já sabiam que eu tinha 17, mas eu já tinha me ligado lá mesmo, aí eles falaram, é, quando você fizer 18, não vai ter habeas corpus, se você tiver sem nada na mão a gente coloca alguma porra e te leva...aí vários cara lá já foi preso, porque eles pega...tem policial que é corrupto também, do lado dos outros cara, dos alemão mesmo, pega droga de um lado e leva pra os outro, aí leva uns cara da nossa facção e solta na outra facção pra os outros cara matar, tudo corrupto, quem não vai acreditar em polícia, tem uns polícia lá que acho que é honesto, mas outros né não...

Teodoro: tenho 16 anos, fui um jovem que cresci dentro de uma sociedade injusta, numa sociedade difícil, mas em que tinha muitas coisas para discernir, só que decidi trilhar um caminho que não era devido e que acabou acabando dentro do PPCAAM [...] passei por muita dificuldade desde pequeno [...]

Segundo o Art. 7º do ECA (1990), “A criança e adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”. No entanto, foi possível perceber uma sequência de violações que acarretaram situações de risco em suas trajetórias. Os relatos de Matilde, Vicente e Teodoro evidenciam uma contradição acerca dos direitos estabelecidos em lei com a realidade vivenciada pelos adolescentes. A Organização Mundial de Saúde (2010) afirma que a violência comunitária abre precedentes para um ciclo de violações que promovem uma vitimização direta aos/as envolvidos/as e demonstrações hostis e agressivas em oposição a outras pessoas, muitas vezes do seu convívio diário.

Percebe-se, que esta vulnerabilidade ocorre, dentre outros fatores, em consequência não só do agravamento das desigualdades sociais e históricas, mas também como produto da incapacidade do poder público em fiscalizar e promover políticas públicas que garantam direitos a estes adolescentes (Ribeiro, 2002). Esse dado é reforçado por Bertaso (2013), que afirma que existem diferentes elementos sociais integrados que surgem antes de uma

ameaça de morte, pontuando novamente a falta de acesso a políticas públicas e de prevenção à letalidade (no campo da segurança pública, justiça e saúde para a elaboração dessas iniciativas) e investimentos reduzidos em ações que promovem Direitos Humanos. A ameaça de morte surge como um ponto "final" de uma longa trajetória de violações de direitos, riscos e vulnerabilidade. Mais do que estar em situação de risco, esses/as adolescentes já se encontravam cercados por vulnerabilidades e violações.

No momento da coleta de dados, seis entrevistados/as relataram já **ter ido para às ruas**, seja para conseguir recursos para comprar alimentos, pela autonomia que os espaços públicos proporcionam, pela violência intrafamiliar ou por conta do uso de drogas.

José: Eu ficava na rua desde 10 anos, pedindo dinheiro, pedindo comida pra levar pra casa...

Rui: me tirou da rua (PPCAAM), por que eu gostava de ficar muito na rua, e agora eu tô aqui, ficava andando por todo canto, me botou na escola...

Matilde: [...]. Então essas são as épocas que eu mais tive dificuldade, já passei fome na rua, já fui pra outras cidades, já dormi me esquentando naquelas lâmpadas que tem nos jardins de praças, eu e outra menina, mais nova do que eu, eu e ela andava muito...e foi o decorrer desse tempo aí que eu fui destruindo a minha vida. [...]

Martin: Eu já morei mais na rua que na minha casa [...] gostava de ficar nos bairro de playboy, tirando uma chinha, tirando onda.

Este também é um fenômeno que ocorre com frequência com crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade e exclusão, como uma estratégia de sobrevivência ou até mesmo de visibilidade social. De acordo com Santana (2007), a rua pode ser associada a espaço de independência financeira, acesso à serviços que não se encontram disponíveis nos bairros onde viviam (ou vivem de forma pontual com a família), acesso ao uso de drogas ilícitas e liberdade em relação as atividades e horários que são

estabelecidos em casa. Nas entrevistas, à ida para às ruas corrobora com o que é apresentado pela literatura que fundamenta a pesquisa, pois os/as adolescentes em alguns momentos apontavam à rua como uma parte significativa do seu cotidiano.

De acordo com Fischer e Schoenmaker (2010) “isso ocorre porque são justamente essas pessoas que não contam com outros instrumentos de proteção social e que não detêm condições próprias de se auto protegerem, aquelas que ficam mais frequentemente à mercê do aparato institucional que o Estado e a sociedade disponibilizam” (p. 13). Com isso, retorna-se à questão apresentada por Ryan³⁹ (1972/1976), que afirma que “nós devemos iniciar, qualquer estudo de um fenômeno social, com o processo de definição e identificação. Quem é considerado como ilegítimo, qual o critério utilizado? ” (p. 98). Dessa forma, é possível reforçar novamente a importância da identificação dos grupos sociais vulneráveis e definição e fortalecimento das políticas públicas vinculadas ao Sistema de Garantias de Direito (SGD) para uma transformação desta realidade.

Em relação ao uso, **tráfico de drogas** e outras ações ilícitas, 14 adolescentes citaram envolvimento com estas atividades. Alguns/as entrevistados informaram que começaram a utilizar drogas e em decorrência deste uso, iniciaram contato com membros do tráfico, que apresentavam oportunidades de conseguir recursos não só para a utilização das substâncias, mas também dinheiro para outras aquisições, além de ter sido citado por dois usuários sobre a visibilidade que é adquirida ao ingressar no tráfico. Isso fica evidenciado nas falas de Teodoro e Tomás, que afirmam:

Teodoro: *eu só usava (drogas) e tal mas só que... eu queria crescer, eu via gente crescendo, pessoas que cresceram comigo...*

Bianca: *Crescer em que sentido?*

Teodoro: *Dinheiro, poder...via as coisas aí tentava ter também...consegui conquistar muita coisa também, consegui conquistar respaldo dentro do tráfico,*

³⁹ Tradução realizada pela investigadora: “We must begin, as in the study of any social phenomenon, with the process of definition and identification. Who is counted as illegitimate, what criterios are used? ” (Ryan, 1972/1976, p. 98)

só que depois, aquelas pessoas que estavam junto comigo podia tá até armando pra mim e tal, aí que eu fui parar dentro do PPCAAM...

Tomas: [...] É que tipo assim, eu comecei a fumar com uns 12, aí eu comecei a se envolver muito pesado mesmo com uns 14...aí quando começou os 15 foi que comecei a se envolver com o tráfico. Virei gerente. [...] é um poder que com 15 anos você não imagina ter, tá ligado?

De acordo com Malvasi (2012), em bairros periféricos e vulneráveis, o tráfico de drogas é identificado como um elemento de grande relevância na economia destes espaços, o que gera interesse, mesmo com graves riscos, de adolescentes e jovens que vislumbram uma oportunidade de ascensão econômica e social. Em virtude das restrições que ocorrem em suas trajetórias de vida, estes indivíduos não conseguem ter acesso a empregos formais por conta da situação de vulnerabilidade em que se encontram, dos estigmas sociais, da baixa escolarização e renda. Com isso, o tráfico seduz o imaginário desses/as adolescentes para uma visibilidade que até então eles/as não conhecem, já que a sociedade e o Estado não promovem outras alternativas de inserção social. O autor aponta que o narcotráfico e as causas externas são as principais circunstâncias de mortes que envolvem este grupo social.

Além disso, é válido realizar a distinção entre os efeitos das substâncias psicoativas e a droga como todo e o universo social que abrange o tráfico e as representações sobre as drogas.

Ao utilizar as terminologias SPAs e drogas, pretendeu-se enfatizar que é necessário compreender os efeitos e consequências das substâncias psicoativas para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Também se torna crucial analisar o impacto das drogas (rede do tráfico e processos de criminalização das substâncias) em suas trajetórias de vida (Santana, Raffaelli, Vezedek & Koller, no prelo).

Outro dado relevante coletado através da fala de quatro adolescentes, foi o **envolvimento de familiares no tráfico**. Para Pedro, os conflitos familiares com os genitores fizeram com que ele aceitasse o convite dos tios para residir com eles e pelo envolvimento dos mesmos com o tráfico, ele começou a ajudá-los na venda das drogas na boca de fumo (local onde é realizada a venda das drogas):

Pedro: *eu nasci em Z., desde um ano morava com minha mãe, com doze anos eu fui morar mais meu pai lá em Z também, a gente não se dava bem. Fiquei um ano mais meu pai, não deu certo, e depois fui morar com minha tia, irmã do meu pai. Aí eu fiquei morando com ela e com meu tio, que vendiam lá, aí comecei a entrar pra vida do crime. Aí eu comecei traficar com treze anos. Com 14 anos eu tomava conta da boca.*

Malvasi (2012) aponta que o contexto familiar pode ser um dos principais fatores de risco ou proteção para o ingresso de adolescentes em atividades ilícitas. É de comum acordo entre muitos teóricos que crianças e adolescentes que se encontram inseridos em famílias que não possibilitam um espaço saudável e que permita com que os/as filhos/as possam compreender as regras e limites, bem como expressar sentimentos, anseios e dialogar com os seus familiares, dificulta o seu processo de autonomia, desenvolvimento dos valores éticos e morais e de atenção com as necessidades do outro (Pierett, 2010; Wagner, Ribeiro, Arteché & Bornholdt, 1999).

Ao se pensar novamente na Psicologia Histórico-Cultural, identifica-se que devem ser contemplados diversos campos para compreender o uso e a inserção de um/a adolescente no tráfico de drogas, minimizando uma visão reducionista para abordar esta questão. A fragilidade dos vínculos familiares, a desigualdade social e a situação de vulnerabilidade podem ser alguns dos fatores nomeados, entretanto, alguns autores apontam elementos também considerados significativos, para além desses aspectos. No discurso de Mafalda, Glória, Matilde e Martin é possível verificar que o **desejo de experimentar e as relações entre pares** foram um dos processos que desencadearam seu envolvimento com o tráfico e com as drogas.

Mafalda: *Ah, [...] eu conheci a cocaína, comecei a cheirar pó, e conheci umas amigadas que...comecei a traficar, comecei a assaltar, assalto a mão armada, comecei a fazer várias coisas erradas, assaltos mesmo, coisa que depois eu ficava triste também, quando eu lembrava assim “poxa, minha mãe pagava 900, 1000 reais em um celular pra mim, e eu tirando o que é dos outros”, e minha mãe em*

casa sem nem sonhar o que a filha dela tava fazendo. [...] vi os outros usando (drogas) e eu mesmo pedi pra uma amiga comprar, ela nem acreditou, queria saber como é, ela comprou, eu mesmo fiz e eu mesmo fumei, aí, eu não digo que é um vício porque se eu fosse viciada eu não estaria aqui, por que eu acho que pra mim, a pessoa diz que é vício por descaração. De pedra (crack) pode até ser, que eu não sei, eu nunca usei, mas maconha pra mim eu fumava normal, quando eu tava estressada, fumava pra tomar café, pra almoçar, pra tudo. Mas quando eu falava hoje eu não quero fumar, eu tinha em casa, quer dizer, sem minha mãe saber né, eu tinha mas não fumava. Era uma vontade própria, de estar com a galera, por isso que quem diz que é vício é por causa de descaração, que não tem vício nenhum, se você decidir “eu não vou fumar mais” você não fuma. Eu fiquei 1 mês sem fumar, depois fumava de novo. [...]

Bologna (2002) afirma que "uma parte das razões que levam o jovem ao uso das drogas é de natureza subjetiva, seja por fuga ou curiosidade, e a outra parte é pressão social" (p.90). É válido salientar a partir da fala de Mafalda uma distinção entre o consumo de drogas e a dependência química. De acordo com Costa (2009) o primeiro pode estar associado a diferentes questões, como o desejo de fazer parte de um grupo, busca pelo prazer, para minimizar o estresse e o cansaço, etc., devendo sempre ser levado em consideração o que o uso representa para cada indivíduo, bem como os motivos para o consumo, se este é realizado de forma frequente ou ocasional, o que é utilizado e se o consumo é feito de forma individual ou em grupo. Já a dependência química é caracterizada por uma compulsão de substâncias que podem ser legalizadas ou não, e quando a droga não é utilizada, o corpo dá sinais de abstinência, fazendo com que o sujeito busque formas de ter acesso as drogas (Costa, 2009).

Glória: [...] aí todo mundo pegava, usava droga lá, menos a mãe dele que tipo ia, tinha uma carroça aí ia reciclar, às vezes eu ia junto pra conseguir ter alimento, coisa e tal, ela ganhava coisas da padaria eu ia junto, tinha 13, daí eu peguei e comecei a usar também, eles tava usando aí eu comecei a usar, depois

eu comecei a me viciar, eu já comecei com o crack [...].

Matilde: Comecei o vício da maconha andando com uns amigo, do pó (cocaína), cheguei a experimentar a pedra (crack), então quando eu fiz meus 14 anos, já comecei a me envolver demais, eu me entreguei demais.

Martin: eu não to usando droga. [...] usava maconha e cigarro, cheirava pó, comecei a usar com uns cara, mas eu parei. [...] o bagulho é feio demais, tava fazendo muita coisa errada sendo induzido por causa do pó...

A importância de estar com semelhantes não é uma determinação do contexto contemporâneo; a necessidade do convívio com pares é algo inerente a essa fase do desenvolvimento (Corsaro, 2005). O sentimento de pertencimento, aliado a certa independência e um desprendimento em relação à instituição familiar, promove ao adolescente um aprendizado de novos comportamentos a partir da observação e identificação do que é realizado por outros/as que possuem faixas etárias similares (Bandura, 1977). De acordo com Cardoso e Malbergier (2014), a aprovação e avaliação dos amigos é algo altamente considerado para um/a adolescente, sendo apontado na investigação realizada pelos/as autores/as, que “ter amigos que usam álcool ou drogas regularmente aumentou progressivamente a associação [...] para o uso de álcool, de tabaco, de ambos e de drogas ilícitas” (p.71). Com isso, identifica-se a relevância de analisar as relações entre pares já que estas podem ser associadas a fatores de proteção ou de risco na trajetória de adolescentes (Correia, 2013).

Em relação aos fatores de risco vivenciados em decorrência do tráfico de drogas e outras atividades ilícitas com amigos/as e familiares, foi relatado por três entrevistados/as sobre o **cumprimento de medidas socioeducativas** executadas pelo Estado antes do ingresso no Programa.

Mafalda: [...] Por conta do tráfico, eu fiquei sete dias presa, ou foi cinco [...] o dia que eu mais fiquei triste na minha vida, que eu nunca vou esquecer, eu fui presa no dia do aniversário da minha mãe.[..]

Bianca: *Quantas gramas você tinha na mão quando foi pega?*

Mafalda: *Foi 400 bolinha. Tráfico é a partir de 4, eu tava com 400.*

Para Martin, o período em privação de liberdade foi mais extenso, ele também cumpriu essa medida em decorrência do seu envolvimento com tráfico de drogas. O adolescente relatou que já havia cometido furtos, assaltos à mão armada e invadido residências, entretanto o retorno ao tráfico foi o que desencadeou a sua internação.

Martin: *[...] eu fui traficar pra se levantar...eu fui preso fiquei um tempo nesses negócio aí...*

Bianca: *Na CASE (Centro de Atendimento Socioeducativo)?*

Martin: *É...[...]*

Bianca: *Quanto tempo você ficou internado?*

Martin: *Quase oito mês.*

No Brasil, a aplicação destas medidas é baseada no Estatuto da Criança e do Adolescente, que afirma em seu art. 104 que indivíduos com menos de 18 anos são penalmente inimputáveis (ECA, 1990). A execução das medidas é responsabilidade do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)⁴⁰, que se articula com poderes públicos e organizações civis para o cumprimento das medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) e com os órgãos da Justiça, como o Poder Judiciário e instituições do estado para os casos de medidas privativas ou restritivas de liberdade (semiliberdade e internação). O ECA (1990) aponta que as medidas aplicadas devem levar em consideração a gravidade do ato infracional cometido e a capacidade do/a adolescente em cumpri-las (Art 112, § 1º).

O sistema e todos os atores envolvidos devem dirigir-se ao/a adolescente como um sujeito

⁴⁰ Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operativos-para-o-sinase>

de direitos, sendo oferecido a estes indivíduos a proteção integral do que é garantida por lei. A internação, medida citada por um adolescente no momento da entrevista, é estabelecida por autoridade judiciária (Juiz/a da Vara da Infância e Juventude), e esta deve ser a última alternativa avaliada, apenas para casos de extrema gravidade. Esta medida, deve ter como principais premissas a brevidade (deve-se reavaliá-la de seis em seis meses e a duração máxima é de três anos) e excepcionalidade (considerar a aplicação de outras medidas antes da privação de liberdade).

De acordo com Coutinho, Estevam, Araújo e Araújo (2011) deve-se compreender o/a adolescente como personagem principal na prática dos atos infracionais, porém sem deixar de considerar a sua trajetória de vida, muitas vezes marcadas por diversas violações, reflexo de uma insuficiência ou inexistência de subsídios sociais, econômicos, psíquicos e afetivos que corroboram para a prática desses atos.

Em relação a privação de liberdade, Mafalda, Martin e Matilde relataram que não tiveram uma experiência positiva no período de internação.

Bianca: Como foi essa experiência na Case?

Martin: rapaz... foi bom por um lado que pelo menos agora eu sei que não quero voltar pra lá mais...já sei como é que é o sistema. Não recupera ninguém.

A partir da fala de Martin, é possível identificar que a internação atua como um fator de risco a mais para os/as adolescentes, sendo necessário que os órgãos de proteção avaliem e priorizem o uso de medidas socioeducativas em meio aberto. De acordo com Souza e Costa (2013), existe uma ideia enraizada no senso comum de que as medidas aplicadas para adolescentes em conflito com a lei são amenas, e em decorrência disso, estes indivíduos reincidem por entender que não serão “punidos/as”. Essa concepção equivocada de que adolescentes não são responsabilizados/as pelos atos infracionais que cometem, corrobora para um mau funcionamento do sistema na aplicação das medidas e uma visão de que apenas o que produz êxito é a privação de liberdade.

Mafalda: *É ruim. Eu não almocei os dias todos que eu fiquei lá, eu não almocei, ficava com fome, eles ligam a água assim, uma vez só no dia, trata a gente como se fosse assim um cachorro, sei lá, fica xingando, os carcereiro né, não digo a promotora, esses pessoal assim sempre foi bem. Mas carcereiro que tratava a gente como se a gente fosse cachorro, passei um dia com sede porque eles não deram água, eles era miserável, tratava a gente como se eles nunca fosse adolescente e como se nunca fizesse alguma coisa errada né, que tem muitos delegado aí que até que é pastores, advogados, que já teve coisa errada, mas conseguiu superar como eu...*

Matilde⁴¹: *Em decorrência da droga mesmo, eu invadi uma casa em uma cidade e botei uns homens dentro, eu com 15 anos. Com 16, eu fui pra outra cidade fazer uma tentativa de homicídio, passei uma semana presa. Foi horrível, se eu contasse a senhora não acreditava [...].*

De acordo com Machado e Gomes (2015, p. 15) "a melhor internação é a que não existe", já que por compreender que adolescentes necessitam prioritariamente de educação, deve-se promover o estabelecimento de medidas que contenham uma metodologia pedagógica clara e sistemática, que promovam o seu desenvolvimento integral, bem como possibilitem uma reflexão sobre suas responsabilidades enquanto ator social que possui direitos e deveres reconhecidos e protegidos pela Constituição (Coutinho et al, 2011).

O que é relatado por estes/as adolescentes não condiz com o que é proposto pelas diretrizes do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, que cita a importância de assegurar no cumprimento das medidas, “garantindo a incolumidade, integridade física e mental e segurança do/a adolescente [...]” (p.9), bem como salvaguardar a “qualidade do atendimento socioeducativo de acordo com os parâmetros do SINASE” (p.9). A proteção integral, a promoção de Direitos Humanos fundamentais e o desenvolvimento de propostas e ações socioeducativas eficazes são elementos de grande relevância para reintegração destes/as adolescentes na sociedade.

⁴¹ A fala de Matilde foi sujeita a muitos cortes por questões de segurança.

Além do envolvimento com tráfico, quatro adolescentes informaram que já vivenciaram outras formas de **trabalho**⁴², sendo esta uma prática considerada comum para os/as usuários e suas famílias, seja para uma complementação da renda familiar ou como uma estratégia dos/as pais/responsáveis para distanciar os/as filhos/as de atividades ilícitas. Para Tomás e Vicente, o tráfico foi uma das formas de trabalho que eles experienciaram:

Tomás: pra eu não vacilar, ele (padrasto) falava, é o que rapaz, bora trabalhar! Aí eu dizia “demorou”. [...] eu era ajudante, ajudante de pintura, aí recortava, lixava, aí depois eu parei de trabalhar com ele (padrasto) e fui trabalhar com meu primo de entregador de panificação. Meu trabalho não era só tráfico, entendeu? Era um dos trabalhos. Eu ganhava meu dinheiro lá, mas quando eu traficava eu não trabalhava não, mas depois que eu comecei a gerenciar o dinheiro, oxe, eu disse vou voltar ao trabalho [..]

A partir da fala de Tomás, é possível identificar que o trabalho é visto como alternativa ao tráfico, indicando que a situação de pobreza gera uma necessidade de sobrevivência a partir desta ausência de recursos que é característica da vida destes/as adolescentes.

Vicente: o primeiro trabalho que eu tive foi de vendedor de picolé...aí depois eu trabalhei de vendedor de desinfetante, lava jato, no posto de gasolina...[...] oxe...eu já fiz tanta coisa nessa minha vida, moça. Quando eu comecei no trabalho eu tinha era 9 anos moça, tinha vez que eu andava na rua, assim, é que antigamente eu tinha casa, ajudava, mas não ficava em casa, ficava na rua pedindo dinheiro, aí eu fui e falei, pô, tenho casa, e fico andando na rua...dormindo e passando frio embaixo de marquise, aí eu falei vou pra casa rapaz...aí comecei...aí meu pai e minha mãe falou que preferia que eu tivesse morando na rua do que tivesse entrado na vida do crime.

⁴² O envolvimento com o tráfico foi considerado pelos/as adolescentes como uma forma de trabalho mesmo sendo uma atividade ilícita, assim como aponta o estudo de Faria e Barros (2011)

No momento da leitura do Termo de Assentimento para Vicente, que possui 17 anos, informou que não sabia ler, apenas escrevia o próprio nome. Apenas cinco entrevistados/as não estavam com um **atraso significativo na escola**, entretanto todos/as participantes apresentaram uma defasagem em relação a idade-série. A Organização das Nações Unidas (2002) aponta que “a educação é um direito humano e um fator fundamental para reduzir a pobreza, o trabalho infantil e promover a democracia, a paz, a tolerância e o desenvolvimento” (p. 21). A Organização Internacional do Trabalho (2015) aponta a necessidade de analisar esta prática a partir de uma abordagem multidimensional, que permita com que crianças e adolescentes frequentem à escola até obter a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho, para assim ter acesso a oportunidades de trabalho dignas para as famílias mais vulneráveis e políticas públicas eficazes para o enfrentamento desta mazela social.

A trajetória destes/as adolescentes, reforça, mais uma vez, uma violação dos seus direitos fundamentais e contradição com o que é proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que afirma em seu art. 53 que “a criança e o/a adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (ECA, 1990). Foi possível identificar no momento das entrevistas que a maioria dos/as adolescentes citou o desejo de continuar os estudos como uma estratégia para mudar de vida e conseguir empregos formais. Este dado corrobora com diferentes investigações que apontam a importância de se investir em educação para a redução da criminalidade e transformação da realidade vivenciada por esses atores sociais (Rolim, 2008; Cerqueira et al, 2017; Sobrinho, 2008).

5.2 Núcleo de Significação: “quando meu pai morreu, a minha mãe entrou em depressão e começou a usar droga, e se prostituir e fazer tudo de errado” – Violências Familiares

PRÉ- INDICADORES	INDICADORES FINAIS	NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO
Depois que a gente fomos pro abrigo ela nunca mais foi, nos abandonou; agressão do pai; agressão do namorado; Mãe deu meu irmão; não me dou bem com meu coroa; meu padrasto mandou eu ir embora; briga com irmão, briga com pai; tenho muito parente naquela cidade mas ninguém podia ficar comigo; tios traficantes; Mãe morreu no parto dos irmãos;	Abandono, Negligência e Conflitos familiares	<i>“quando meu pai morreu, a minha mãe entrou em depressão e começou a usar droga, e se prostituir e fazer tudo de errado” – Violências Familiares</i>
Pai assassinado; Mãe assassinada; Irmão assassinado; Tio assassinado; Primo assassinado;	Violência Comunitária	

Muitos/as autores/as apontam questões relacionadas ao contexto sócio-cultural onde a família do/a adolescentes encontra-se inserida para compreender o processo multifacetado que envolve a vulnerabilidade social deste público (Gomes & Pereira, 2005; Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima & Martinelli, 2002; Cecconello, De Antoni & Koller, 2003). Com isso, torna-se fundamental explicar alguns conceitos sobre esta instituição para a compreensão da sua importância no desenvolvimento da adolescência. De acordo com Narvaz e Koller (2006), “A família não é algo biológico, algo natural ou dado, mas produto de formas históricas de organização entre os humanos” (p.1). Os primeiros grupos familiares foram construídos com base na necessidade de sobrevivência e de reprodução (Féres-Carneiro, 2003) e ao longo da história, foram constituídas diversas estruturas familiares, possibilitando um constante processo de resignificação desse conceito. A definição que foi abordada nesta pesquisa sobre família é colocada aqui como uma instituição que vem sofrendo alterações e que pode ser vista como um grupo de

peessoas, com dinâmicas internas diferentes, onde seus membros possuem relações sócio-afetivas entre si e que sofrem influências dos aspectos históricos, econômicos e culturais (Forte, 1996).

Não se pode definir famílias (as múltiplas que existem) sem avaliar o contexto histórico, político e social em que esta instituição está inserida. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. (art 4º). Nos contextos mais vulneráveis, é possível identificar fragilidades dos vínculos e desequilíbrios das relações que envolvem os membros familiares em decorrência das desigualdades e exclusão social (Gomes & Pereira, 2005). Para cada adolescente entrevistado/a, foi identificado que os sentidos e significados afetivos, simbólicos e cognitivos sobre o conceito de **família** eram particulares para cada um/a. O relato de Glória, por exemplo, demonstra como a adolescente vivenciou uma sucessão de violações em seu contexto familiar:

Glória: Eu morava em um barraco com a minha mãe, com meus três irmãos, [...], a minha irmã mais nova que tem 16 anos ficou com a avó dela porque minha mãe não podia criar, quando eu tinha três anos, meu irmão acho que tinha sete, oito, foi sempre escadinha assim, meu irmão mais velho tinha uns 12, 11, minha mãe conheceu um cara. Um homem assim, na rua. E minha mãe ela tinha depressão e ele batia demais nela, daí por um tempo ele começou a querer intimidade com minha irmã quando ela tinha 10 anos. Eu tinha três, quatro. E começou a abusar sexualmente, quando ela teve a primeira menstruação dela, ele tinha 50 anos, ela tinha 10, quando ela teve a primeira menstruação dela ela engravidou dele com 12 anos, onde ela ganhou o bebê e teve uma denúncia anônima porque a gente sofria demais, minha mãe...várias vezes os vizinhos tinha que separar porque ele (padrasto) dava na gente, eu tenho até marcas, ele queimava cigarro na minha mão, teve muitas coisas que aconteceu. [...] E depois quando eu fiz sete, oito anos ele começou a me bater, ele queria também me abusar sexualmente, só que daí

os meus irmão, o meu irmão que tem, que devia ter acho que uns onze, doze anos, nosso padrasto pedia pra ele comprar paeira (palheiro, fumo), a gente ficava com fome...quando eu fiz 9 anos, não 8 anos, meu irmão tava com onze eu acho aí a gente fomos pro abrigo. Só que a gente já tava numa situação que a gente já tava desidratado, entendeu? A gente tava com muita fome, a gente foi morar no abrigo. No abrigo eu comecei a crescer, comecei a ficar revoltada. [...] Eu comecei a revoltar, eu comecei a fugir do abrigo com 12, fui pra casa das minhas colegas, sempre querendo ter...ser feliz. Só que era uma fantasia da minha cabeça, muitas vezes eu fugia pra ver minha mãe, porque depois que a gente fomos pro abrigo ela nunca mais foi, ela foi uma vez só, nos abandonou (choro).

Sabe-se que a exposição a situações de violência e risco dificulta o desenvolvimento pleno e saudável de crianças e adolescentes. Entretanto, é importante compreender como o impacto de algumas experiências podem ser avaliadas não só através das vivências em si, mas também pelos aspectos subjetivos que as envolvem (Morais, 2009). A autora aponta que eventos cotidianos ou conflitos familiares podem ser mais estressores para uma criança ou adolescente do que o falecimento de algum membro da família, e para outros, pode ser o contrário. O que deve ser avaliado (além dos aspectos subjetivos para cada um/a) é o nível, a duração e a seriedade do evento estressor (Morais, 2009).

Maria: Então...é...quando eu era criança eu morava com a minha avó e com meu tio, porque o meu pai já faleceu quando eu tinha um ano, quase dois anos, um ano e oito meses eu acho que era, e daí...é...eu comecei a morar com eles porque quando meu pai morreu, a minha mãe entrou em depressão e começou a usar droga, e se prostituir e fazer tudo de errado...e daí...é...o Conselho Tutelar como ele primeiro vê se alguém da família quer pra depois mandar pra adoção, aí minha avó me quis, e daí eu fiquei com ela, morando com ela e com meu tio por parte de pai, minha avó paterna, até uns doze, treze anos, aí depois disso eu conheci o pai do meu filho, que também não é nem um pouco certo, e comecei a morar com ele...[...] eu fui morar com minha avó quando eu tinha dois anos de

idade, aí durante esse período de dois anos até os dez, onze anos ela (mãe) ia me visitar de vez em quando, me dava dinheiro, essas coisas assim, mas ela nunca foi de...ela não queria ficar comigo de novo, porque ela quer a vida louca dela né, porque ela trafica tudo também, se juntou também...primeiro, eu sou a mais velha dela, eu tenho três irmãos, [...], eles são filhos do meu padrasto, ele é trabalhador, não quer saber de droga, nem cigarro fuma, sempre trabalhou, sempre quis dar o melhor pra ela, tirar ela da droga, mas quem disse que ela queria? Ela não queria ele, ela queria quem, quem que fumasse droga com ela, aí ela arrumou um doido lá, que bate nela, de tanto ciúme que tem, bate nela, usa droga com ela, a vida deles agora é passar nos mercados e roubar mercado, é isso que eles, eles sobrevivem disso agora, nem pra trabalhar prestam...

O assassinato dos genitores ou de outros familiares foi citado por cinco adolescentes. No decorrer das entrevistas, foi possível identificar através do discurso dos entrevistados que estas perdas estavam associadas a sentimentos de tristeza, revolta e angústia, o que foi percebido como hipótese uma contribuição para o ingresso em situações de risco, como por exemplo, o envolvimento com o tráfico e uso de drogas, evasão para as ruas e práticas de atos infracionais. Para Matilde, Romeu e Mafalda, o assassinato dos pais e familiares foi identificado por ele/as como um fator que desencadeou seu ingresso para o tráfico de drogas:

Matilde: Aí fui chegando nos 12 anos, aí foi um pouco assim um pouco uma trajetória...meu irmão já se envolvendo na vida errada, meus dois irmão, aí com 13 já foi aquele desenvolvimento mesmo, eu assim, já passando pra fase assim...muito difícil da minha vida. Com 12 eu recebi a notícia de que meu tio tinha morrido, meu primo, juntos... aí foi que comecei a vida errada...

Romeu: [...]. mataram minha mãe aí eu vim.

Bianca: Então sua mãe faleceu?

Romeu: Faleceu não, mataram!

Bianca: *Mataram como?*

Romeu: *Negócio de Tiro.*

A correção realizada por Romeu aponta uma distinção entre falecimento e assassinato, demonstrando que não foi apenas o óbito em si que o fez retornar ao local onde vivia, mas sim o que gerou a sua causa.

Mafalda: *Meu pai faleceu eu tinha seis anos. De tiro. [...] Entrei pra vida do crime porque queria encontrar quem matou ele. [...] Já tinha ido uma vez no Conselho Tutelar, depois não quis ir mais, eu não queria ordem dentro de casa, tinha doze anos, não tinha começado a usar droga ainda, aí meu padrasto me levou com minha mãe, aí pedi pra ficar lá mesmo que eu não suportava mais ficar em casa pelas regras de meu padrasto, mas não fiquei né, aí depois eu conheci o Ministério Público, a promotora, depois eu roubei, fui presa por tráfico de drogas...*

De acordo com Mota (2008), a elaboração do **luto** em situações traumáticas, violentas ou repentinas dificultam a capacidade do indivíduo de vivenciar esse processo, o que pode contribuir para um estresse contínuo, bem como tornar-se um obstáculo para uma adaptação da nova realidade. Além disso, foi percebido que existe uma banalização das mortes decorrente da violência comunitária. Cruz-Neto e Minayo (1994) afirmam que as pessoas consideradas alvos do processo de extermínio naturalizam este regime em decorrência de uma inexistência de perspectiva de vida. De acordo com os autores “nada tão simbólico para expressar o sentimento de banalização como uma frase pichada no muro da favela de Manguinhos em dezembro de 1993: “Para que ter medo se o futuro é a morte? ” (Cruz-Neto & Minayo, 1994, p. 206). Isso demonstra que o homicídio se encontra presente no cotidiano destes/as adolescentes.

Para Mota (2008) nesta etapa do desenvolvimento já seja possível compreender a morte

em decorrência do amadurecimento dos aspectos cognitivos, a perda de um ente querido nesta fase pode ser associada a uma falta de proteção, segurança e sentimentos de desamparo.

Foi possível identificar, a partir dos relatos dos/as participantes, uma trajetória que possibilitou poucas chances de escolher outros caminhos para além do tráfico, uma vez que a família nuclear e extensa, bem como os parceiros escolhidos, estava envolvida em práticas ilegais, além de visualizar esta alternativa como única oportunidade de ascensão social e econômica. De acordo com Yokoy e Oliveira (2008), a familiaridade com ações ilícitas e com a violência é algo frequente na trajetória de adolescentes em situação de vulnerabilidade desde a infância, o que dificulta o surgimento de oportunidades para além dessas vivências.

Três entrevistados/as vivenciaram situações de abandono em decorrência do falecimento ou negligência dos pais ou responsáveis e em virtude disso, foram institucionalizados.

Miguel: *Minha vó que quis me botar lá (instituição de acolhimento), minha mãe morreu (complicações no parto) e aí eu ia ficar com meu pai e ele também não me quis.*

Maria: [...] *minha avó não quis ficar mais comigo, minha avó tava até lá no Conselho Tutelar quando eu cheguei [...]...eu sei que eu fiquei na casa da minha sogra depois disso, depois que eu saí eu fiquei lá, até o pai do meu filho sair (do presídio).*

Orionte e Sousa (2005), afirmam que o processo de **institucionalização** de uma criança ou adolescente pode ocorrer muitas vezes por uma inviabilidade da família em assegurar a subsistência dos filhos, por um não desejo em manter vínculos com a criança/adolescente ou em consequência da negligência, uso abusivo de drogas ou cumprimento de pena de algum crime que foi cometido pelos pais/responsáveis. Diante da necessidade de institucionalização, podem surgir impactos negativos em relação a construção da identidade e autoestima da criança ou adolescente, bem como dificuldades

no estabelecimento de vínculos afetivos e convivência com o estigma social que envolve estes sujeitos (Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

Além da perda ou abandono dos familiares, outra violação relatada, em especial pelas meninas, foi sobre a violência de gênero que vivenciaram em suas respectivas trajetórias. Das seis adolescentes entrevistadas, todas citaram situações que envolviam **violência de gênero**, relatando principalmente agressões físicas dos pais/padrastos, dos companheiros e abuso sexual. Os relatos de Leonor, Maria e Glória, apontam esta violência através de familiares e pessoas próximas.

Leonor: Não, eu só moro com minha mãe, só. Meu pai já morou com minha mãe quando eu era pequenininha, mas minha mãe se separou do meu pai porque meu pai gostava de bater em minha mãe. [...] meu pai nunca cuidou de mim não...[...] uma vez meu pai levou a gente pro carnaval só que minha irmã mais nova não gosta não, aí ele pegou e levou a gente no primeiro dia, quando foi no segundo dia, ele chegou bêbo (bêbado) lá e começou a me espancar, meu pai...(pausa 19 segundos). Dentro de casa, não deixava minha irmã mais nova voltar pra casa, ficava espancando a gente dentro de casa, batendo na gente...

Maria: [...] quando eu fui morar com ele, ele começou a me bater, me humilhar na frente das pessoas, e isso me deixou muito assim, magoada né [...]

Glória⁴³: [...] minha mãe conheceu um cara. Um homem assim na rua. E minha mãe ela tinha depressão e ele batia demais nela, daí por um tempo ele começou a querer intimidade com minha irmã quando ela tinha 10 anos. Eu tinha três, quatro. E começou a abusar sexualmente quando ela teve a primeira menstruação dela, ele tinha 50 anos, ela tinha 10 [...]

A violência contra a mulher tem múltiplas faces: pode ser física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (Nunes & Marques, 2010). Retomando os aspectos históricos e

⁴³ Foi realizado um excerto da fala de Glória já citada anteriormente para ilustrar a situação de violência.

culturais, identifica-se uma perpetuação da desigualdade de gênero com base em uma estrutura patriarcal na sociedade contemporânea, o que produz uma visão da mulher como propriedade e associa seu papel a submissão. De acordo com Oliveira, Viegas, Santos, Silveira e Elias (2015b), a violência doméstica deve ser analisada a partir uma perspectiva ampla e global, sobretudo nas esferas familiar, social, legislativa e dos Direitos Humanos. O Mapa da Violência 2015 aponta que o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial de homicídios contra a mulher, e que esta violência ocorre primordialmente no contexto familiar (Waiselfisz, 2015b).

Nuno foi o único adolescente entrevistado que relatou ter uma boa experiência familiar, não vivenciou dificuldades em relação a garantia dos seus direitos, relata que nunca usou drogas ou convivia com pessoas que estavam envolvidas na criminalidade, sempre esteve na escola e inserido em atividades esportivas. No momento anterior à entrevista, a família (este foi o único adolescente entrevistado que foi protegido com os pais/responsáveis) demonstrou muito afeto com o adolescente, e ele relatou que tinha convicção que os pais não o deixariam ingressar no Programa sozinho.

Nuno: Eu sempre fui assim um menino...sempre gostei dos meus pais, sempre amei eles muito. Meu pai e minha mãe desde pequeno...as lembranças assim que eu tenho de um ano que minha mãe fez meu aniversário, quando eu fiz cinco anos também que meu pai me deu minha bicicleta...quando meu pai também me levava pra escolinha de futebol...[...] Eles sempre foram muito honestos, trabalhadores...

Com isso, identifica-se que referências familiares positivas e a afetividade tem um papel fundamental no desenvolvimento saudável da criança ou adolescente, pois permite através do acolhimento e diálogo incorporar valores sociais em sua trajetória. Através de uma estrutura familiar identificada como favorável, o/a adolescente pode ser orientado/a sobre seus deveres e responsabilidades, além de incorporar valores positivos em sua conduta e suas relações cotidianas, permitindo assim com que possa gerenciá-las de forma ética e respeitosa.

De acordo com Wagner, Ribeiro, Artech e Bornholdt, (1999), uma convivência familiar saudável promove expressões relacionadas a raiva, hostilidade, agressividade, e também a sentimentos relacionados ao acolhimento, como carinho, ternura e afeto. Os autores apontam que em espaços onde o/a adolescente pode expressar o que sente com apoio dos familiares, estes são beneficiados em seu bem-estar psicológico.

5.3 Núcleo de Significação: “Aceito qualquer coisa. – Sentidos subjetivos sobre o ingresso no PPCAAM

PRÉ-INDICADORES	INDICADORES FINAIS	NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO
Tristeza; Ódio; Covardia; Proteção; Segurança; Medo; Saudades; Lugar diferente; Ficar isolado; encurralamento; não dá vontade de levantar da cama; mudança de caráter; saudade de mentira; saudade da família; saudade dos amigos; não confiar em ninguém; não fazer amigos/as;	Impactos do ingresso em um programa de proteção	“Aceito qualquer coisa” - Sentidos subjetivos sobre o ingresso no Programa.
Escola; Não sei ler; Só escreve o nome; Marcenaria; Curso de computação; Curso de Estética; Adolescente Aprendiz; Atividades domésticas no pouso; ver novela; jogar bola; orar; ir pra igreja; produção de biscoito;	Atividades desenvolvidas durante o período da proteção	
Internet; Redes Sociais; Contato com a família; usei celular; fumei escondido no pouso; encontro presencial; raspei pó de parede para os cara cheirar;	Regras do Programa	
Contato com a equipe; não mudaria nada; Redes Sociais; Contato com familiares;	Mudanças no Programa	
Delegada, advogada, estilista; trabalhar no supermercado; jogador de futebol; limpar lojas; ser caminhoneiro; morar na nova cidade; ENEM; ver avós; reconstruir minha família e meu lar; ser pastora;	Planejamentos após desligamento	

Nas entrevistas era questionado aos/as adolescentes os **impactos** que eles/as identificavam ao ingressar no PPCAAM, bem como os sentimentos relacionados a estar neste Programa. No entanto, identificou-se que essas duas perguntas eram respondidas de forma associada pelos/as usuários/as, sendo citado constantemente como impacto à tristeza, angústia, medo, revolta, alívio, desejo de vingança e saudade de onde viviam e de seus respectivos familiares. A ideia de significado do programa é a proteção. E os sentidos identificados estão relacionados a privação, o medo, o receio, o choque do ingresso, etc. Com isso, foi percebido o surgimento das experiências singulares mesclada com os sentimentos que definem aquilo que são os sentidos dessa experiência. Isso pode ser identificado a partir do relato de Maria:

Maria: Foi chocante, sabe, um baque. Só que a gente pensa assim, às vezes me dá uma tristeza, nossa cara, outro dia assim, se não fosse por ele (filho) eu podia tá no lugar onde eu cresci, eu nasci e cresci lá, eu podia tá lá com meus amigos, todo mundo, eu conheço todo mundo, todo mundo me conhece, eu me dou bem com todo mundo, só que...daí eu de repente venho pra um lugar que a comida é diferente, o lugar é diferente, o sotaque é diferente, é tudo diferente. [...] muda tudo. Não me sinto nem eu mesma, sabe? Só que quando me vem a tristeza assim de pensar em desistir, eu penso não, eu vou ficar aqui, porque aqui eu tô segura, a minha vida tá segura e principalmente a do meu filho. Eu vim pra cá por causa dele, se fosse por mim eu ficava lá, eu vim por causa dele, por que desde aquela conversa com o técnico lá do abrigo que me disse, olha tenho uma amiga que me disse desse programa PPCAAM, ele me explicou pra que é que servia esse programa, e na entrevista foi um choque quando vi o que eu precisaria fazer para entrar...é um baque... mas era preciso pra nos proteger [...]

De acordo com Rosato (2013), pessoas que se encontram em um Programa de Proteção necessitam realizar alterações em todo o seu cotidiano (retirada do convívio familiar e comunitário, inserção em novos espaços de convivência, etc.) o que requer uma estrutura psíquica que ampare estes indivíduos. Além disso, a autora pontua que mesmo sendo algo

provisório, é preciso neste período não só elaborar as mudanças objetivas e subjetivas na própria trajetória de vida, mas também evitar falar sobre suas vivências por questões de segurança, o que pode promover um sofrimento psíquico e uma fragilidade nas representações que os/as usuários/as elaboram em relação a própria identidade. Em especial no caso do PPCAAM, que protege crianças e adolescentes, seres em condição peculiar de desenvolvimento, estas mudanças se tornam ainda mais complexas.

O choque relatado por Maria e a produção de sentidos realizados por ela após compreender o que precisaria ser feito para a sua proteção e de seu filho no momento da entrevista com a equipe do Programa, pode ser associado ao que é descrito por Oliveira (2015), através do conceito elaborado por Vygotsky (1989/1998):

[...] as palavras se enriquecem de sentido a partir do contexto em que são proferidas, o que para ele se constitui em lei fundamental na dinâmica dos significados das palavras. Dentro do conceito de sentido subjetivo, esta palavra ressoa na história subjetiva do adolescente, trazendo suas experiências configuradas em uma trama simbólica-emocional que produzem novos sentidos, gerando uma produção psicológica que redireciona suas ações e pensamentos (p.105).

Os sentidos elaborados por Maria, mesmo com as dificuldades que foram citadas por ela, permitiram com que ela compreendesse a importância de aceitar ingressar e permanecer no Programa, compartilhando o significado de proteção sobre o Programa. Para elucidar o conceito de sentido, González Rey (2007) aponta como hipótese, a partir das contribuições elaboradas por Vygotsky, que o sentido deve ser contemplado para além da linguagem, afirmando que este possui um caráter formativo e deve ser analisado através da sistematização da psique em sua totalidade. A fala é associada em conjunto com diferentes componentes psíquicos que emergem no consciente a partir do uso das palavras, com as emoções e circunstâncias que envolvem o sentido (González Rey, 2007). Para Glória, Matilde e Pedro, os significados atribuídos ao Programa referem-se a possibilidade de sobrevivência, em especial para as adolescentes, que relataram essa experiência como uma oportunidade de vida ou de recomeço.

Glória: *O PPCAAM teve de impacto que...o impacto foi que aquela angústia, aquela coisa, tudo que eu tava sentindo, aquele medo, aquele pesadelo tudo acabou. No instante que eu vim pra cá, acabou, entendeu? O impacto foi que mudou minha vida demais. Por que eu sai de um lugar tão longe, tô tão longe de casa pra recomeçar a vida, pra tentar de novo. Esse é o impacto que fez em mim. E eu tô recomeçando a vida, e graças a Deus existe esse programa porque se agora eu não tivesse no PPCAAM eu hoje não estaria conversando contigo, pode ter certeza a gente não estaria conversando, tu nem me conhecerias porque eu estaria morta.*

Matilde: *Foi assim, um meio de sobreviver. Né, porque eu acho que se o PPCAAM não tivesse 'abrido' as portas pra mim, eu não imaginaria aonde eu estivesse. Então eu creio que Deus tocou no coração de cada um ali pra abrir as portas pra mim, e eles olha dentro dos meus olhos e ver que eu estava falando a verdade, que eu precisava de ajuda. Então ali no decorrer do tempo eu vi que...Deus abriu as portas e tocou no coração de cada um ali né...e por isso que eu estou aqui hoje.*

Pedro: *Se eu tivesse lá ou eu ou ele taria morto... [...] Tô vivo. Tô aqui.*

Pedro foi o único adolescente que não vislumbrou a proteção como algo positivo. Em toda a entrevista demonstrou um desconforto em relação a sua própria proteção.

Pedro: *[...] minha atitude de sair de lá e vim pra cá foi covardia...malandro que é malandro não foge...mata... [...] a atitude de quem vai volta.*

Bianca: *Mas será que as atitudes algumas vezes não podem seguir um outro caminho? Pedro: a minha não. [...]. Eu vou matar ele.*

De acordo com Rauter (2012), a necessidade de pensar em práticas punitivas está associada a delimitação do conhecimento a partir da experiência vivida. Para a desconstrução de sentimentos negativos, o autor aponta que deve-se realizar uma

associação entre o conhecimento e a afetividade para a superação desses pensamentos. Além disso, cita a necessidade de se compreender aspectos subjetivos que envolvem o conceito de negatividade na sua elaboração e articulação com o meio em que se está inserido, em especial em práticas violentas que ocorrem na criminalidade.

Faria e Barros (2011) apontam que a vingança é um dos princípios mais evidentes no tráfico de drogas, já que pessoas que estão inseridas na criminalidade não contam com o suporte da Justiça, mesmo sendo este um direito previsto na Constituição. Isso faz com que elas necessitem criar suas próprias leis para o estabelecimento de um “sistema judiciário” com características específicas. As autoras reforçam que as ameaças e a vingança tornam-se alicerces centrais para a manutenção dessas leis no território em que estas facções possuem o poder.

Em relação aos sentimentos que surgem ao ingressar no PPCAAM, doze adolescentes citaram **emoções negativas** como a tristeza, raiva, ódio e medo. Os sentidos atribuídos ao Programa foram associados ao distanciamento do que era conhecido e das relações de afeto que ali existiam. Também foi evidenciado pelos/as entrevistados/as a dificuldade de sair de suas residências para a entrada em instituições de acolhimento. De acordo com Magalhães e Lopes (2011), o afastamento do convívio familiar e comunitário e a entrada em uma instituição de acolhimento simboliza mudanças consideráveis na trajetória de adolescentes, suscitando sentimento de revolta, fragilidade em como gerenciam si mesmos e a vulnerabilidade no estabelecimento de vínculos afetivos e sociais, o que pode comprometer esta etapa de desenvolvimento. Maclean (2003) corrobora com esta proposta teórica, afirmando que a institucionalização de uma criança e adolescente contribui para uma perspectiva desenvolvimental mais fragilizada quando comparado as não institucionalizadas. A autora reforça que o ingresso em uma instituição de acolhimento combinado com outros fatores de risco (por exemplo, comportamento agressivos, estresse parental, baixo nível socioeconômico e afetivo), permite prever resultados desfavoráveis no desenvolvimento destes indivíduos.

Tomás: Tristeza. Tem dia que não tenho vontade nem de levantar da cama. [...] mas a ideia é cumprir a missão.

Martin: [...] Sair de casa e morar com pessoas que você nunca nem viu, tá ligado? Como é que acha que a gente se sente?

Glória: O ruim é que não precisava de tudo isso, que se a revolta e o ódio por eu não ter tido infância, e de um abandono eu hoje não estaria aqui. [...] Essa é minha revolta. [...]...nunca roubei uma boca, sei que isso é a pior coisa que tem, se você rouba uma boca você morre na boca. Ninguém é doido de fazer. [...] Essa é minha revolta, porque eu tô aqui nesse sofrimento, me escondendo, nesse dia não era nem pra eu tá usando a droga, não precisava disso. Isso me revolta. Os sentimentos bons...são poucos né? Por que eu tô longe de tudo, de todo mundo que eu amo. Os sentimentos bons que eu tenho no programa assim é só tá protegida. Só isso. E sentir que sou cuidada.

Felipa: É uma tristeza porque tem que abandonar a família, tudo, ficar longe das pessoas que você mais gosta...que você é mais apegada assim...e agora eu fico pensando o que eu vou fazer da minha vida...o que é que eu vou fazer, o que é que vai ser...quando eu vim de lá pra cá, no avião, eu fiquei pensando assim, meu Deus, pra onde é que estão me levando, sei lá...ninguém me disse pra onde eu tava indo [...], vou me mudar eu não sei pra onde...aí eu fiquei com aquele negócio, meu Deus, coçando a cabeça, pensando Jesus, o que eu vou fazer da minha vida...fiquei desse jeito. Depois que chegou no portão do outro abrigo, eu pensei, pronto, tô no presídio. Por que onde eu fui uma vez parecia aquilo, aquela forma ali do presídio, eu pensei pronto, isso vai dar merda isso, pensei, meu Deus, o que é que vai ser, aí depois foi tudo tranquilo. Aos poucos você aprende a lidar com tantas mudança...

A fala de Felipa pode ser articulada com o que é proposto por Bernardi (2010) que afirma que ingressar em um espaço desconhecido é sempre algo intimidante para uma criança ou adolescente, que muitas vezes não relata suas percepções e receios de imediato. A autora aponta que muitas crianças e adolescentes associam as instituições de acolhimento com prisões, e que somente ao longo do tempo, após se ambientar com o novo espaço permitem a aproximação da equipe técnica e estabelecem vínculos no local de proteção.

Neste sentido, a autora reforça a importância de que os/as profissionais compreendam as circunstâncias que envolvem cada protegido/a, afirmando que:

Cada caso é único. Assim sendo, para compreender as particularidades de crianças e adolescentes, precisamos considerar o que é singular e plural em cada sujeito no contexto em que está inserido. Significa entender como cada caso participa de um sistema mais amplo, que envolve a história social e familiar, a inserção comunitária, a violência estrutural e todas as relações nas quais o sujeito se constrói e é construído como ser social (Bernardi, 2010, p. 75)

Para Mafalda e Matilde, os sentidos associam-se a saudade e tristeza, porém os significados atribuídos ao ingresso no Programa apontam a importância de estar em segurança.

Mafalda: Meus sentimentos é que eu estou fazendo bem não só pra minha mãe pra toda minha família, que como teve a semana santa, eu falei olha, deve todo mundo tá comendo seu vatapá⁴⁴, sua moquequinha né, de boa por que, a sobrinha, a neta, a filha tá em paz, estão com a cabeça descansada, porque no ano passado minha tia colocou a moqueca, tudo na vasilha pra eu comer no outro dia porque eu não tava nem aí, como eu falei que é uma saudade enganosa, era tempo de festa mas eu não tava com a família, eu tava na rua. E esse ano eu pude perceber, ó, eu tô triste mas meus parente tá tudo em paz. Minha mãe também, meu sentimento é esse, de que minha família toda tá bem, eu saí, quando eu vim pro programa eu não tava falando com meu irmão, mas o que eu falo com mainha, mando um abraço pra ele que eu sei que todo mundo gostou, que todo mundo tá bem. Meu sentimento assim, não só de minha mãe estar bem como eu estou bem, que eu não sei do que dentro desses três meses o que vai fazer, se eu poderia tá morta ou presa de novo como a delegada falou, que pela quantidade de droga pelo que eu fui presa, se eu fosse de novo que eu poderia ficar até ficar

⁴⁴ Comida típica no Estado da Bahia.

de maior, que tá tendo uma lei aí que é pra minorizar a partir de 16 anos descer pra presídio (redução da maioridade penal), ela falou comigo, você é uma menina bonita, a delegada, com essa quantidade de droga, tudo...

Matilde: Assim, uma dificuldade assim...a distância...Dos familiares mas, eu tenho que entender que quando eu estava lá fora eu não dava ligação pra eles. Passava mais tempo fora do que com eles. Então hoje eu entendo que eu tô distante e eu tô conseguindo porque lá fora eu consegui, por que aqui eu não posso conseguir? Então eu tenho isso sempre em mente, que se lá fora eu não dava importância a eles hoje eu posso dar mesmo distante, então agora eu tenho que fazer a diferença. E quando eu chegar perto deles eu ter aquela totalmente...presença. [...] Assim...às vezes assim quando eu sinto quando eu fico sem falar com minha mãe, eu fico assim meio chateada. Mas eu tenho que entender que só não tem eu no ministério né, são muitas crianças e eu tenho que entender isso. [...] às vezes eu fico assim meio triste quando eu não falo com minha mãe, mas também eu vou pro outro lado, eu tô aqui, eu tô bem, eles estão me guardando. Então eu tenho que entender isso.

A sensação de cuidado e segurança é algo que muitas vezes o/a adolescente que se encontra em situação de vulnerabilidade não possui em sua trajetória. Nesse sentido, foi identificado no decorrer das entrevistas que o **acolhimento da equipe técnica do Programa** e os vínculos construídos com os profissionais corroboram para o bem-estar psíquico dos/as usuários e para sua continuidade no mesmo. Além disso, a identificação com os técnicos também foi mencionada pelos/as adolescentes. Isso pode ser identificado nas falas de Mafalda e Nuno:

Mafalda: [...] Se eu não fosse delegada ou advogada eu queria ser como tia R., trabalhar com o PPCAAM, porque eles não tem nem muito tempo de passar com a família, se for é um sábado ou um domingo, [...] mesmo assim se for um caso de urgência no sábado ou domingo ela tem que vir, porque uma pessoa que tá nesse trabalho tá no dia a dia pra tá viajando, ter que almoçar no restaurante,

esses tipo de coisa só anda viajando, é uma coisa que a pessoa tem amor mesmo pelo trabalho e querer ajudar os jovens e adolescentes, crianças de hoje, né. Eu mesmo até tenho saudade de tia R., como ela veio hoje eu não sabia, mas é como eu falei a ela, minha mãe não pode tá vindo me ver mas ela é como se fosse uma mãe pra mim. Que uma pessoa que tá nesse trabalho é porque se dedicou a fazer isso. Por que é difícil né, muitas pessoas deixar de tá em sua casa, até mesmo gosta de cozinhar e tudo mas não tem nem o tempo de cozinhar porque só almoça em restaurante, café, tudo, tem que tá em pousada, viajar, passar madrugada viajando pra tá aqui de manhã pra nos atender, tudo, e um adolescente chegar e tratar uma pessoa dessa mal, sendo que o adolescente é que tá todo errado e que procurou isso pra vida dele, pra tratar mal um trabalhador do PPCAAM eu acho isso um mau carater. Eu trato super bem, principalmente tia R., eu gosto muito dela e eu acho que a coordenadora também me dá muita atenção, liga, pergunta o que eu tô precisando, não deixa faltar produto de limpeza, não deixa faltar merenda, fora merenda e produto de limpeza [...] eu fiz uma [...] a coordenadora do PPCAAM sempre ligava, e tudo foi pago através do programa, nenhum coisa de minha mãe, meus parente, nada. [...]. Desde quando a gente tá no programa o que a gente precisar é eles que dá. Como uma família...

Nuno: Eu gosto, porque quanto tia R. vem pra cá, ela fica conversando comigo, me dá autoestima assim, né, aí é bom quando ela vem. Me deixa feliz...

A fala de Mafalda aponta para uma idealização da família, como um grupo de pessoas que oferece cuidado e proteção. Já para Felipa e Maria, seria preciso um contato mais frequente com a equipe. Pela trajetória de vulnerabilidade e abandono, como é o caso das adolescentes citadas, é possível compreender a importância deste contato de forma mais assídua, em especial no início da proteção.

Felipa: [...]. Acho que é a demora de entrar em contato com a gente, vei. Que lá no outro abrigo era duas vezes na semana tava ligando pra falar comigo e agora não, desde quando eu cheguei aqui eu vi eles (equipe) uma vez. Duas vezes no

caso foi quando, quer dizer foram três, com essa agora que você veio quatro, acho que mudaria isso, ver duas vezes como antes, de 15 em 15 dias...

Maria: Eu acho que eu mudaria em questão de ter mais gente sabe, mais pessoas na equipe, por que como eu te disse né, como eles tem várias pessoas pra atender, acaba que eles não tem muito tempo pra visitar a gente, aí me sinto sozinha, sem alguém pra falar um pouco, se tivesse mais pessoas, sei que o estado é bem grande, mas acho que seria melhor. Eu falo isso até pra eu poder também falar um pouco mais com a minha avó, sabe, eu tenho muita saudade dela. Por que eles me disseram que tentariam vir aqui de 15 em 15 dias, mas eles vem de mês em mês. [...] então eu acho que o que eu mudaria era isso, colocar mais pessoas na equipe, eu acho que isso iria mudar, porque pra mim o programa é muito bom.

Como hipótese foi percebido que após o ingresso no PPCAAM, os/as adolescentes identificam os/as profissionais como única referência, como as únicas pessoas que de fato conhecem suas histórias e com quem podem compartilhar suas experiências e angústias. Entretanto, é válido salientar que a equipe do Programa no Estado é bastante reduzida (09 profissionais) e a Bahia é o 4º maior estado do Brasil⁴⁵, com 417 municípios em sua região territorial, o que dificulta pôr em prática estas visitas de forma mais sistemática. Foi também identificado, no transcorrer das entrevistas, uma dificuldade citada por quatro dos/as adolescentes em fazer amizade nos novos locais onde se encontram. Isso pode ser evidenciado nas falas de Tomás, Glória e Miguel:

Tomás: [...] Não fica, tipo, muito cheio de amizade...tipo, não ficar falando demais, tipo, ficar mais prestando a atenção, observando.... [...]. Evitar fazer amigos para não falar sua história, sacou? [...]

Glória: O primeiro seria, não contar sua história pra qualquer um [...] tomar cuidado com o que fala, não ficar falando sobre o programa, porque mesmo tu

⁴⁵ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/panorama>

tando aqui protegida, mesmo assim, tu não pode confiar em ninguém que tá a sua volta, hoje em dia não se pode confiar em ninguém.[...]

Miguel: Oxe, sinto que não posso confiar em ninguém, fazer amigos. Fico só, calado, e isso é ruim demais...

Não relatar a situação de ameaça ou o ingresso no PPCAAM por questões de segurança, faz com que alguns/as protegidos/as **evitem estabelecer vínculos** com outros/as adolescentes e compartilhem confidências, o que gera sentimentos de solidão e angústia. De acordo com Parker, Rubin, Erath, Wojslawowicz e Buskirk (2006), na adolescência os indivíduos necessitam aprofundar as relações e ter mais intimidade entre os pares, pois isso torna as relações mais significativas nesta etapa da vida

Outra dificuldade vivenciada durante a proteção e expressada por 14 adolescentes entrevistados/as, foi o fato de não ter **acesso à Internet e as redes sociais**. Um exemplo desta questão pode ser citado a partir da experiência de Felipa, que após a sua inserção na proteção, precisou mudar de pouso por ter adquirido um celular e entrado em contato com o pai sem autorização da equipe.

Felipa: Foi que assim, não podia usar telefone aí eu fui e inventei de arranjar um celular (risos), e ficava mexendo, aí descobriram, entraram na minha rede social, no meu face (facebook) e tudo, aí viu e eles trocaram a senha do meu facebook e tal, eu tava entrando em contato com meu pai e tudo, aí eles pegou e me transferiu pra cá...

Bianca: Entendi, e quando você acessou o Facebook você não ficou com receio de alguém identificar onde você estava?

Felipa: Na verdade eu só queria conversar, só. [...] É ruim não ter a Internet. Eu gosto muito de jogo, de fazer avatar, jogos de batalha...ficava eu e meu irmão jogando, eu ficava em casa aí ele lá na casa dele lá e a gente ficava jogando, era massa.

Com isso, foi preciso realizar a transferência para novo local de proteção, uma nova adaptação para Felipa e repactuação do termo para continuidade no Programa. O relato de Felipa demonstra que mesmo sendo esclarecido com ela sobre os riscos, o desejo de acessar a rede social e se comunicar com familiares foi mais relevante do que as questões relacionadas a sua segurança. Além disso, os/as adolescentes comumente apresentam o pensamento mágico de que são imbatíveis e imunes a qualquer risco (Feijó & Oliveira, 2001). Sabe-se que os ambientes digitais possuem uma importante função na socialização e na construção da identidade de crianças e adolescentes. De acordo com Nóbrega (2010):

As redes sociais configuram-se como um local onde essa e outras vertentes das representações identitárias convergem. [...]. É um espaço de construção dos sujeitos. Um local onde aqueles que se identificam unem-se sob a perspectiva do pertencimento. Pertencer a uma determinada comunidade virtual é compartilhar um mesmo território, os mesmos sentimentos e impressões. É exibir-se da forma que se achar mais conveniente, carregando consigo a segurança de ter ao lado várias outras pessoas que pensam da mesma forma e que assim reforçam o ideal de grupo (p.97).

Em uma situação de ameaça, o local de proteção pode ser facilmente identificado através de imagens e sistemas de georreferenciamento associados a estes serviços. Por isso, no momento da entrevista, a equipe técnica sensibiliza o/a adolescente e sua família sobre a importância de cumprir esta regra. Ao longo da trajetória do Programa, as equipes buscam tornar todo o processo o mais sigiloso possível, buscando através de todas as medidas de segurança possíveis uma invisibilidade para o/a usuário/a que está neste sistema de proteção, e isso inclui dados e informações disponíveis na rede (PPCAAM, 2017). O Grupo de Trabalho sobre mídia do Programa aponta que

a busca por manter-se em evidência é uma característica muito recorrente no público-alvo do Programa. Algo compreensível num mundo no qual não ter um perfil público numa rede social na internet ou não apresentar um número de celular em que se possa ser encontrado a qualquer momento causam estranhamento (PPCAAM, 2017, p. 48)

Com isso, tem sido avaliado pela Coordenação Nacional e equipes do Programa sobre a possibilidade de acesso de forma consciente, segura e responsável da Internet, entretanto, é preciso que os/as protegidos/as tenham a orientação da equipe sobre como isso é possível para garantir a sua segurança, de seus familiares e do local de proteção. No momento de elaboração do PIA, este é um tópico que deve ser trabalhado, reforçando a importância dos cuidados com o acesso à Internet para que isso não se torne mais um risco para o/a usuário/a. De acordo com o PPCAAM (2010), deve-se estabelecer em conjunto com o/a adolescente que o uso das redes sociais precisa ser utilizado com as configurações de privacidade ativadas, ocultando os campos de identificação, evitando a exposição de imagens do local de proteção e o compartilhamento de informações com amigos/as e familiares de onde viviam, sensibilizando os/as adolescentes e familiares sobre não publicar fotos em perfis para dificultar a identificação, desativar gravações em comunicadores instantâneos e por fim, permitir com que a equipe do Programa verifique o perfil (respeitando a privacidade do/a usuário) para alterações consideradas necessários para preservá-los/las de qualquer situação de risco no período de proteção. A partir destas orientações e pactuações, é vislumbrado uma postura diferenciada do/a adolescente mediante a sua nova realidade.

Já para Maria e Glória, mesmo sendo uma experiência difícil ficar sem as redes sociais, elas consideram que atualmente não veem como uma necessidade, relatando que no pouso onde se encontram aprenderam outras formas de se relacionar para além das redes.

Maria: Antes de vir pra cá eu desativei o facebook, desativei o instagram, eu acho que foi isso porque...o meu celular também ficou lá, foi difícil, mas não foi tudo aquilo porque assim, eu gosto de internet, gosto de mexer nas redes sociais, mas eu hoje vejo que não é uma necessidade. Eu não preciso mexer na internet, porque eu tô aqui sem mexer na internet e não morri (risos), aí pra mim foi mais de boa do que eu esperava.

Glória: Aff, usava demais Internet, e não pode ter celular porque eles não te conhece, tem que arrumar confiança, tem que ver se, facebook não pode, internet não pode. Isso é bom e ruim, ruim porque é tão bom tá ali conversando, vendo

coisas na rede social, entrar no youtube, até no meu facebook assim, eu não tinha muito contato, não mexia muito no face, eu gostava mais de pesquisar as coisas, olhando vídeo, ouvindo música, mais as coisas que bombam, eu era ligada nisso daí...não pode, e no meu celular que tinha, eu também tinha bastante música, eu ficava ouvindo, fotos minha, tinha o meu whats que eu mandava foto pra os meus amigos, não nudes, pelo amor de Deus (risos), eu mandava assim fotos e a gente conversava, era bom, tinha os grupos...era bom...é uma regra difícil, mas também, mas tem o lado positivo né, porque depois disso a pessoa meio que fica esquecida, morreu, tem que ficar parecendo assim. Depois de um tempo tu pega e vai ter um novo celular, quando for desligada vou ter outro celular, pra ter contato com as pessoas que tu sabe que são amigas, pessoas do bem.

Leonor: Eu achei muito ruim, não podia ficar com o celular, usar Internet, não podia ligar pra mãe que eles escuta...eu achei ruim que não pode nem conversar assim o que você quiser com sua mãe...sua mãe não saber onde você tá, não saber se você tá num lugar bom ou ruim...[...] sinto mais saudade disso até do que das pessoa, da família...

Quando questionado sobre mudanças que desejariam que ocorresse no Programa, o **acesso à rede social** foi novamente citado, sendo até pensado em um celular com chip privado e monitorado pela equipe do Programa saber o que era conversado, mesmo que isso violasse a privacidade.

Leonor: Acho que eu mudaria, eu botaria um chip particular só pra os do PPCAAM, tipo assim, que fosse um chip que pudesse usar as redes sociais, mas que a gente da equipe ficasse vendo...o PPCAAM vendo o que tá fazendo...

De acordo com Livingstone (2008), adolescentes e jovens sempre dedicaram uma atenção significativa para a apresentação e exposição de si mesmos, e com o surgimento das redes sociais, esta necessidade se tornou ainda mais evidente, já que para muitos a inserção

nesses ambientes digitais se tornou um meio integral de gerenciar suas identidades, estilos de vida e relações sociais. Ou seja, para adolescentes que se encontram no PPCAAM, a construção identitária e se relacionar com os pares, que são fundamentais nesta etapa do desenvolvimento, encontram-se fragilizadas, sendo estas uma das maiores lacunas identificadas pelos/as usuários/as em sua nova realidade.

Refletir e colocar em prática estratégias de segurança em relação ao uso das tecnologias em um Programa de Proteção como o PPCAAM é uma tarefa árdua e complexa, e requer o estabelecimento de vínculos de confiança entre usuário/a, família e equipe. Estes vínculos devem ser construídos desde o início da proteção, através de um acolhimento das demandas do/a adolescente e um diálogo claro sobre um novo posicionamento e implicação do/a mesmo/a em relação a sua segurança (PPCAAM, 2010).

Outra mudança citada que se relaciona com a anterior, é o contato telefônico e presencial com familiares. Alguns/as adolescentes relataram o desejo de ligar para os/as pais/responsáveis de forma mais frequente, já que a distância da família é um aspecto bastante doloroso para alguns protegidos/as. De acordo com o relato de Tomás, os encontros familiares presenciais podem ser mais dispendiosos, entretanto as ligações poderiam ser realizadas mais de uma vez por mês.

Tomás: Não mudaria nem tanto a parada da visita, entendeu...tipo encontro familiar...mas sim pela ligação. Ligar pra família duas, três vezes no mês...tem hora que eu fico injuriado...1 vez no mês, cinco minutos. Rapaz...tem hora que não dá pra falar nem um oi direito, ai fala, acabou, ai eu ó pai velho....

Maria: [...] Aí eu sei que eu falo com a minha avó de vez em quando, todo mês na verdade eu falo com ela quando eles vem aqui, só que eu peço pra ela “vó, vem pra cá”, porque eu tenho muito medo de que o pai do meu filho faça alguma coisa com ela, de tentar tirar alguma informação da onde eu estou, que queira saber do filho dele, aí eu fico com medo sobre isso, só que quando eu falo com ela ela diz que não quer vir, que ela quer guardar um dinheiro até o final do ano, pra quando ela vim já dar entrada numa casa, pra não precisar ficar dependendo de aluguel, essas coisas assim...mas eu tenho muito medo, sabe? Todo dia quando

eu vou dormir eu falo um pouco com Jesus pra ele proteger ela, proteger meu tio, minha mãe também.

Romeu: Oxe, rapaz, acho que deveria liberar pra falar com a família né...e ver também né, o pai, a avó, podia marcar um encontro assim, ir em outro lugar....

A importância de reestruturar os **vínculos familiares** no período da proteção é fundamental para provocar mudanças na estrutura da família do/a adolescente e permitir com que este/a seja reinserido em seu convívio familiar. Para isso, é preciso ouvir as necessidades dos/as usuários/as, bem como ter contato com os/as responsáveis por eles/as, para assim coletar informações sobre o que é possível ser feito antes do período de desligamento (Rosa, Nascimento, Matos & Santos, 2012). A convivência familiar deve ser um dos principais pontos no desenvolvimento do PIA, pois é a partir do que for construído e elaborado com os/as protegidos/as que será avaliada novas perspectivas para suas trajetórias.

Um dado relevante a ser apresentado, foi que seis usuários/as relataram que **não mudariam nada** em relação ao Programa. Isso pode ser avaliado a partir da compreensão do significado do PPCAAM enquanto um espaço proteção, e que mesmo que exista algumas renúncias, eles/as não visualizam melhoras pois estão marcados pelo medo da desproteção e da sensação de segurança que a vivência no PPCAAM permitiu a estes/as adolescentes. Foi identificado no discurso dos/as protegidos/as, sentimentos de gratidão por estar vivo/a e receio de sair do Programa e voltar a ter contato com o/a ameaçador/a. Neste sentido, estes/as adolescentes podem não visualizar uma mudança que fosse ser positiva para o Programa em decorrência desses sentimentos.

Teodoro: eu acho que não deveria mexer em mais nada...nem funcionários, ninguém. Do jeito que tá só fica melhor.

Matilde: [...] uma mudança que eu poderia mudar no PPCAAM...não vejo. Por que assim, é bom até a gente não ficar assim conversando todos os dias com os parente. A gente conversando assim, preenche aquela saudade, aí quando

conversa, aí aquela saudade...basta. Então assim, não vejo totalmente nenhuma mudança, por que...não vi. Não vejo. Se eu entrasse, acho que continuaria esse mesmo...não mudaria nada. [...] Eu aceito qualquer coisa. Aceito.

Mafalda: Eu não mudaria nada, até devido o negócio do celular que eu achei ruim, é uma coisa pra nossa proteção, como é que a gente não pode tá naquela cidade, aí vinha uma mensagem pelo facebook que eu posto uma foto aparece o nome da cidade que você está, e tudo que eles faz é de acordo a nossa proteção. Tudo que eles vem a fazer, da gente querer fazer uma ligação escondida pra nossa mãe, tudo é errado porque tudo é pra nossa proteção. A gente liga pra uma pessoa que a gente diz que é minha amiga, “ó amiga, eu tô no programa PPCAAM, eles não pode ligar não, mas eu tô falando escondido”, essa mesma amiga que a gente se diz amiga pode falar pra os cara que a gente tem rixa, dizer onde a gente tá. Por isso que tudo deles é sigiloso, é pra nossa proteção, então se eu fosse coordenadora eu não mudaria nada.

Martin: não, eu deixaria do jeito que tá...que isso aqui é mais pela segurança...causa que também tem essas restrição aí...essas coisa assim...

De acordo com Armenta, Fritz e Lyubomirsky (2016), a **gratidão**, conceito que vem sendo investigado por muitos estudiosos da Psicologia Positiva, é tipicamente definida como um estado que requer a existência de dois fatos: quando se alcança um resultado positivo e quando esse resultado positivo ocorre através de uma fonte externa. Ou seja, é preciso que as pessoas reconheçam que o que conquistaram é atribuível a alguém, sendo algo direcionado para outro indivíduo. Com isso, pode-se ter como hipótese através do conteúdo analisado, que alguns adolescentes se sentiam gratos pela sua proteção e em decorrência disso não vislumbravam ou não identificavam alterações que considerassem relevantes para o seu bem-estar no Programa.

Também foi possível identificar a partir de algumas falas, que três usuários/as relataram que foram transferidos de pouso ou estavam na iminência de mudança para outra instituição em decorrência da **quebra das regras** do Programa. O uso de substâncias psicoativas, de celulares ou a venda de supostas drogas para trocar por roupas e acessórios

foram algumas das contravenções citadas pelos/as usuários/as. Martin foi um dos/as adolescentes que no momento da entrevista estava aguardando a avaliação da equipe e da instituição sobre a possibilidade de ser transferido ou desligado do PPCAAM.

Martin: *eu fiz umas arte aí...com uns maluco aí...*

Bianca: *que tipo de arte?*

Martin: *raspei pó de parede e dei pros cara cheirar...*

Bianca: *por que você fez isso?*

Martin: *ganhar em cima...*

Bianca: *Como ganhar em cima?*

Martin: *roupa.*

Bianca: *Ah, roupas.*

Martin: *foi, só que aí a casa caiu.*

Na adolescência, o sujeito irá experienciar momentos de transgressão, no entanto, de acordo com Bertol e Souza (2010, p. 835), existe uma diferença entre o conceito de transgressão e rebeldia, sendo o primeiro associado ao ato de ultrapassar limites, e o segundo intrinsecamente relacionado a oposição e objeção. Ambas vivências possibilitam ao/a adolescente que ele/a encontre sua identidade e autonomia, sendo fundamental o acompanhamento e orientação dos pais ou responsáveis através de um diálogo que permita que ele/a seja escutado/a e compreendido/a, além de oportunizar uma perspectiva de mudança sobre o que foi cometido. Mesmo quebrando regras, Leonor compreendeu a importância de não compartilhar informações do local de proteção mesmo para pessoas de confiança para garantir à sua segurança:

Leonor: Eu acho que...apesar de tudo devia respeitar, por que uma das regras é a gente não falar onde nós tá. Com os responsável, com os parente. Por que talvez se a gente falasse onde a gente tá, os cara poderia acabar intimando os familiares

da gente né, e eles ia acabar contando com medo de morrer. Então tem que respeitar as regra.

Outro fator importante a ser considerado, está relacionado as atitudes associadas aos atos de transgressão. No momento das entrevistas, os/as três usuários/as citaram arrependimento pelos atos que cometeram, relatando que não pensaram em algumas atitudes tomadas e em como isso poderia afetar a sua proteção no Programa. Isso pode ser identificado a partir do que foi mencionado por Mafalda:

Mafalda: eu fui pra outro pouso antes, mas só que eu não me dei bem lá.

Bianca: Qual foi o motivo?

Mafalda: Por que lá eu fumei escondido (risos), lá só tinha criança mais, não era ninguém do mesmo nível de recuperação, todo mundo aqui é ex usuário de droga, ex ladrão, ex traficante, aqui tá todo mundo se recuperando. [...] No primeiro pouso eu fiquei seis dias só, depois vim pra cá. Não deveria ter fumado, sei que as regras daqui é pra gente respeitar, pra gente ser alguém na vida, melhorar...minha atitude foi errada e por isso me mudaram pra cá [...]

De acordo com Timpãu (2015, p. 84), as atitudes são estruturas mentais integrativas apresentadas como a transição da ideia para a execução de uma ação. Neste sistema, devem ser considerados os aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais, que são agrupados em torno do objeto da atitude. É importante ressaltar, que muitos estudos apontam a diferença entre atitude e comportamento, sendo o primeiro relacionado a intenção e o segundo a ação em si. Porém, vale salientar que estes conceitos se encontram intrinsecamente relacionados, já que quando se tem uma atitude positiva em relação a algo, conseqüentemente o comportamento será mais favorável (Lima, 2010).

É válido salientar que alguns/as adolescentes já não residiam com os pais ou responsáveis, sempre decidindo o que queriam fazer por conta própria, o que corrobora para a

importância de sensibilizá-los/as sobre o cumprimento das regras do Programa e das instituições onde serão acolhidos/as. O Termo de Repactuação torna-se um instrumento fundamental para registrar a oportunidade de continuar no PPCAAM e para fazê-los aprender a tecer novas atitudes e comportamentos em suas trajetórias. Foi questionado aos/as adolescentes se eles/as identificavam mudanças em si mesmos depois de entrar no PPCAAM. Onze usuários/as citaram mudanças positivas após o ingresso, sendo mencionado desde a mudança na forma de falar, de se comportar, até em alterações no caráter.

Maria: Eu acho que antes eu era muito largada assim da vida, só queria curtir, mesmo quando eu tive o X. (filho).

Mafalda: Ah, percebo que eu mudei assim, em relação ao caráter. Que quando a gente tá no meio errado só fica no assunto de tráfico, de droga, eu não podia tá em paz, que vinha algum colega e falava e aí, bora ali, não sei o que...bora fumar, não sei o que... [...]

Tomás: Tipo, antes eu... (pausa longa), não pensava. Hoje eu penso mais, tô mais calmo. Já planejo o que eu vou fazer...tipo, se for pra dar errado, já sei o que vai dar, sacou? Tento fazer o máximo certo possível.

Romeu: a diferença é que eu não uso mais droga né... Acho que isso é bom né...

José: [...] um bocado de coisa, porque quando eu ficava na rua lá da minha cidade, quando eu, eu só ficava atentando os outro, batendo nos menino pequeno, e depois que eu vim pro PPCAAM não, depois que eu vim pra cá melhorei mais, parei de xingar os outro, parei de bater, é que agora minha vida tá melhor.

Matilde: por que eu não era uma pessoa como eu sou agora. Por que às vezes eu não queria abaixar a cabeça, pra mim abaixar a cabeça era muito difícil, mas eu tinha sempre isso comigo, eu nunca resisti a autoridades. Por mais que as polícia me pegava, me batia, mas quando eles falava comigo eu ficava quieta. Sem desrespeitar. E eu aprendi lá no centro de recuperação, e hoje eles mesmo vê que eu não tenho nenhuma queixa lá de resistir a autoridade, nós somos pecadores,

a gente tem nossas falhas, mas, de resistir a autoridade quando eu vejo que a pessoa é submissa a mim (Matilde cometeu um ato falho, quis dizer superior a ela), eu abaixo minha cabeça. Hoje eu entendo que eu tenho que abaixar a cabeça, né, hoje eu entendo porque abaixo de Deus são as autoridades e se Deus ordenou que cada um seja uma autoridade, a senhora é uma autoridade, eu tenho que respeitar a senhora como a senhora tem que me respeitar, mas pra primeiramente eu ter respeito, eu tenho que respeitar. Aprendi isso a partir do dia em que entrei no programa.

Essas mudanças podem ser associadas a partir da possibilidade de vivenciar experiências fora dos contextos de risco e vulnerabilidade no qual esses/as adolescentes estavam inseridos/as. De acordo com Pereira (2013), na adolescência, é preciso ser proporcionado a estes sujeitos espaços que promovam o desenvolvimento da sua autonomia, porém com o estabelecimento de regras e limites definidos por figuras de referência, sem deixar de escutar as demandas e necessidades dos mesmos. Isso permite com que estes indivíduos compreendam a importância das tomadas de decisão e a responsabilidade que as envolvem, entender como não se colocar em situação de risco e respeitar a si mesmo e aos outros.

Para quatro adolescentes as mudanças foram relacionadas ao ingresso na **religião** evangélica. Estes/as usuários/as encontravam-se em instituições religiosas, que em sua maioria, são responsáveis pelo acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Castro (1999), aponta que as organizações e instituições vinculadas a igrejas ocorrem no Brasil desde o período da colonização, já que estas associam a religiosidade à assistência de pessoas que necessitam de cuidados e proteção. É possível identificar que a religião para os/as entrevistados é significada como um refúgio para amenizar as angústias que envolvem suas trajetórias, e isso pode ser identificado a partir das falas abaixo:

Leonor: Gostei muito da instituição que eu estava. Do ministério, principalmente. Foi onde eu renasci. Eu morri pro mundo e renasci pra Deus.

Matilde: *Aí eu fui pra um centro evangélico, de lá de X., aí eu comecei a perseverar, buscar a Deus, aí eu fui entendendo, ao decorrer do tempo passei nove meses lá, dia dois eu faço 10 meses no Programa, então aí eu fui buscando, perseverando, vendo o testemunho de outras meninas, então aquilo ali eu fui retendo pra mim as coisas boas, então ali eu fui entendendo que Deus é tudo, que muitas coisas que era pra acontecer não aconteceram, e as que aconteceu foi porque foi permissão dele, então eu agradeço muito primeiramente a Deus, segundo a minha mãe, que não desistiu de mim no momento que eu mais precisei e terceiro o PPCAAM, que me ajudaram por mais que eles podem ficar sem vim ver a gente mas eu entendo, que não só tem eu, tem outras vidas que ele tem que resgatar, então, hoje eu entendo que quando eu estava lá fora, muito gente orava pela minha vida, então hoje eu tenho que orar por aquelas vidas que estão lá fora, principalmente aquelas meninas que andavam comigo, que passaram por fases que eu passei e ainda estão passando. Mas Deus, ele me libertou, e mesmo eu não voltando pra casa, eu sei que agora em julho eu já faço 18, vou ser desligada do Programa, eu vou ter que voltar pra casa, mas mesmo assim eu não vou desistir de buscar a Deus, por que eu renasci de novo. A partir do momento que eu entrei por aqueles portão daquele centro de recuperação, eu renasci. [...]* Então eu quis mesmo entregar minha vida verdadeiramente de fato e de verdade ao Senhor, e hoje eu quero ser e vou ser, eu creio, que Deus ele vai ouvir o meu desejo, que é ser missionária conselheira, pra reter tudo de bom que eu aprendi pra aquelas meninas que precisam, como algum dia eu precisei. Passei quatro anos nessa vida, tem meninas que tão mais tempo, e tão precisando de uma ajuda, hoje eu olho pra essas meninas e muitas orfãs, né, que perderam os pais, e mesmo assim tem um sorriso no rosto, mas eu sei que tem uma amargura no coração. E eu quero, eu vou ajudar essas meninas, né, porque eu sei que a metade da minha vida foram de sofrimento, mas não vai ser por isso que eu vou desistir. E eu não vou deixar as coisas que eu retive só pra mim, porque eu sei que Deus, ele tem um propósito na minha vida, tudo que eu retive de bom, passar pra aquelas pessoas que tão precisando. E eu tô nessa. De perseverar, já vou fazer um ano que eu não vejo minha família, e dez meses que eu tô no programa e... que seja o que Deus quiser...sair daqui uma mulher virtuosa e aquelas pessoas que disseram

que eu não ia conseguir, me ver em cima, uma mulher virtuosa, totalmente diferente.

Vicente: já escapei da morte também um bocado de vez. Sete vezes moça, imagine aí...os crente lá mesmo, que eu já tinha até parado, tava indo pra igreja tá ligado, aí os crente falava que Deus tinha um plano pra minha vida, pra mim não parar de ir pra igreja, aí teve uma vez que eu fui pra igreja aí o pastor falou você que está lá no fundo, não sei o que, vai acontecer uma coisa na sua vida hoje, você que não acredita em Deus, hoje você vai acreditar... [...] Deus mesmo que tá fazendo um plano na minha vida....

Nuno: em mim eu não vejo muita muita mudança não...só algumas mudanças só que...eu fiquei crente agora...só...

De acordo com Sá (2012), a religião pode ser apresentada como uma resposta às desigualdades que surgem na sociedade, e como resultado de elementos que emergem através do inconsciente para controlar a natureza humana, o que gera um convívio social positivo e promove manifestações de fraternidade e solidariedade que ocorrem até os dias atuais. O autor cita Freud para elencar este aspecto:

A religião, é claro, desempenhou grandes serviços para a civilização humana. Contribuiu muito para domar os instintos sociais. Mas não o suficiente. Dominou a sociedade humana por muitos milhares de anos e teve tempo para demonstrar o que pode alcançar. Se houvesse conseguido tornar feliz a maioria da humanidade, confortá-la, reconciliá-la com a vida, e transformá-la em veículo de civilização, ninguém sonharia em alterar as condições existentes (Freud, 1978 citado por Sá, 2012, p. 81).

Com isso, identifica-se que a religião se torna um refúgio e uma estratégia para expressar arrependimentos, se sentir acolhido/a e pensar em percorrer um novo caminho para estes/as adolescentes. Nas entrevistas, duas usuárias citaram como as principais atividades desenvolvidas no pouso os momentos de oração, leitura da bíblia e os

testemunhos que eram proferidos por outros/as institucionalizados/as. Matilde pontua que no antigo pouso, o seu cotidiano sempre estava voltado para ações religiosas, e que pretendia dar continuidade as mesmas na nova instituição onde foi transferida na semana anterior.

Matilde: acordo, tomo banho, tomo café, aí eu vou procurar alguma coisa pra mim fazer, aí depois as menina acorda, é aquela alegria, dia de sábado a gente vai, senta ali, é como lá, lá é assim, 07h era o provérbio, 8h o café, 9h a terapia, aí vinha meio dia o versículo e o almoço, 15h o culto, 19h outro culto, tinha os testemunhos, então assim a todo tempo a gente tava buscando a Deus, aqui eu sei que não tem isso, porque aqui não é um centro evangélico, lá já é, mas mesmo assim eu não vou parar de buscar a Deus por que aqui não é...as mesmas coisas que eu fazia lá, eu faço aqui, mesmo...lá tem as ordem de fazer a terapia, hora de acordar. Aqui também eu tô tentando acordar os mesmos horários. Fazer as mesmas coisas que são de costumes aqui.

Mafalda: [...] aqui como já é um centro de recuperação evangélico aqui só tem conversação boa [...] tem culto dia de terça, quinta, sábado e domingo, e é bom, boas conversações, tem vários casamentos, tem...a gente vai pra outras igrejas passear, esses tipo de coisa assim, uma casa ótima com piscina, tudo, de boa, gostei daqui. [...] como eu tô trabalhando fabricando biscoit, quem é do PPCAAM não pode trabalhar nas ruas então eu trabalho aqui dentro mesmo, aprendi a fazer biscoit, eu já fui evangélica, mas eu me afastei...[...]

Quatro usuários/as citaram **cursos profissionalizantes** oferecidos pelo Programa ou pelas instituições onde estavam inseridos/as. O PPCAAM no Estado da Bahia é gerenciado pela Instituição Beneficente Conceição Macedo (IBCM)⁴⁶, organização não-governamental que possui militância em defesa dos direitos humanos e de crianças e adolescentes. Desde 2000, a IBCM desenvolve para além de outras atividades (assistência, ações de prevenção

⁴⁶ <http://www.ibcmaids.org.br/images/historioco/histo.html>

e de apoio social a pessoas portadoras do vírus HIV/AIDS, atendimento à população em situação de rua, Grupo de Mulheres com HIV/AIDS, desenvolvimento de um Centro Diurno para Assistência as pessoas portadoras do vírus HIV/AIDS, creche para os/as filhos/as destes usuários/as que convivem com o vírus, elaboração de grupos de convivência, oficinas psicoterapêuticas e de socialização, auxílios diversos como alimentação, documentação, vestuário, transporte), o Projeto Adolescente Aprendiz, que tem como objetivo principal realizar uma formação para adolescentes ingressarem no mundo do trabalho, bem como viabilizar oportunidades de atuação como “aprendizes legalmente reconhecidos e devidamente acompanhados em empresas parceiras”.

O projeto garante a aprendizagem teórica para o ingresso no mundo do trabalho e os/as adolescentes colocam em prática em alguma empresa. Através deste Projeto, alguns/as usuários/as do PPCAAM são inseridos/as em atividades laborais. Para isso, é preciso que o/a adolescente esteja matriculado e frequentando à escola, além de ter um bom rendimento escolar para se manter no Projeto. Para Felipa, foi oferecida esta oportunidade, entretanto a adolescente preferiu realizar outras atividades disponibilizadas pelo pouso onde está protegida:

Felipa: Aqui tem um negócio que tem um projeto chamado conexão vida e eu gosto de falar, falar sobre homofobia, aí eu gosto...Eu também faço aqui curso de estética, não é bem minha cara assim mas eu gosto, gostei de fazer e tudo, mas o outro era do Adolescente Aprendiz, não gostava do de administrativo que fazia lá, esses negócio assim, tal...só ganhava o transporte pra ir e pra voltar, não ganhava dinheiro, todo mundo arranjava trabalho e eu não conseguia por causa da minha escolaridade então eu não gostava não...

Com isso, identifica-se uma dificuldade de inserção dos/as adolescentes em programas de geração de renda em função da defasagem escolar, não possibilitando para os/as mesmos/as oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Já Tomás, por não estar com uma disparidade grande em relação a sua série, está inserido em um curso de marcenaria e no dia da entrevista, foi também matriculado em um curso de informática

que demonstrou interesse em realizar.

Tomás: Tô, já to no 1 ano e vou terminar...não pode parar entendeu, por que se não (risos) ...minha mãe sempre falava, estudo em primeiro lugar. [...] surgiu a oportunidade do curso de marcenaria que eu ainda to fazendo.... Além desse, vou entrar em um de informática.

No momento da entrevista, três usuários/as ainda não se encontravam na **escola** pois estavam aguardando a chegada do histórico escolar que seria enviado pela Porta de Entrada e outros três protegidos/as tinham aulas no próprio pouso. A escola, para além da sua importância educacional, permite para os/as adolescentes em um Programa de Proteção ter um espaço de socialização fora da instituição, permitindo com que estabeleçam vínculos comunitários em seu novo espaço de convivência.

De acordo com Marcolan, Frighetto e Santos (2013), é através da instituição escolar que a criança e o/a adolescente também aprendem valores fundamentais para suas relações sociais, realizando uma preparação para a sua vida adulta, e para que possam se tornar cidadãos aptos para a sociedade. Além disso, retornar à escola para muitos/as protegidos/as se torna ainda mais evidente para que possa ter outras perspectivas de vida para além das atividades ilícitas. Isso pode ser evidenciado a partir da fala de Vicente:

Vicente: Eu não sei ler e escrever moça, só conheço as letras [...]. Eu preciso voltar pra escola, fui matriculado hoje porque tava sem histórico, se quiser mudar de vida, tô com 17 anos, se não o que sobra pra mim é o tráfico, cadeia e caixão [...]

A frase citada por Vicente é baseada em um slogan do Governo do Estado da Bahia, que infelizmente fez uma campanha em que condenava usuários/as de crack à morte ou cadeia, como se estas fossem as únicas perspectivas para quem consome a droga. Para

Padovani e Ristum (2013), a reincidência em atos infracionais é algo complexo e que possui múltiplas circunstâncias, sendo necessário proporcionar educação e ensino de qualidade, além de outros direitos fundamentais, para evitar o retorno a essas práticas. As autoras apontam que a baixa escolaridade é um fator de risco para a prática de novos atos.

A Organização das Nações Unidas afirma que para alcançar um progresso social, é necessário um desenvolvimento humano resiliente, e um dos fatores considerados relevantes para esse avanço é o aumento das taxas de escolaridade para além do ensino primário. De acordo com o relatório, existem fatores relacionados à desigualdade econômica e social que impedem a continuidade nos estudos para o ensino médio e superior (ONU, 2014). Quando questionado sobre os planejamentos após o desligamento do Programa, sete adolescentes mencionam a continuidade nos estudos, em especial o ensino médio, com uma perspectiva de ingressar na universidade. Um dado interessante é que todas as meninas citaram o desejo de terminar os estudos, sendo citado por algumas as profissões que desejavam seguir:

Maria:[...] agora que eu vim pra cá eu vejo que eu preciso ter um futuro, eu não posso só ficar aqui dependendo do abrigo, eu penso em trabalhar ano que vem já porque ele já vai tá falando, colocar numa creche até, eu penso em fazer faculdade, terminar meus estudos, fazer faculdade, tentar o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), pra ser alguém na vida, porque hoje em dia só os estudos que...eu acho que o PPCAAM vai me ajudar muito nisso, já me ajudou né, mudando de lugar, me botando aqui que é uma cidade boa até [...]

Mafalda: eu sonho é ser delegada ou advogada, eu tenho fé que eu vou estudar, fazer minha faculdade de direito pra ser advogada. Mesmo eu traficando, mesmo eu na rua, eu pensava, eu sou traficante mas eu vou ser delegada, e eu acho lindo quando eu vejo alguém vestida de policial, boina, metralhadora, acho lindo [...].

Glória: tenho que tá na escola, só falta dois meses pra mim passar porque eu tô no EJA (Escola de jovens e adultos) de noite, então dois meses eu vou pro primeiro ano já. Eu to louca pra acabar o ensino médio, eu quero acabar já o primário [...]. Quero ser estilista ou bióloga.

Para Leonor e Matilde, o desejo também está associado a continuar nas atividades religiosas que aprenderam ao longo da proteção. As adolescentes mencionaram que já houve convite do pouso para que elas continuem trabalhando com os/as profissionais e ajudando outros/as adolescentes que necessitassem de apoio.

Leonor: Eu penso em terminar os estudo e quando sair do programa eu vou continuar aqui no ministério.

Matilde: Assim, já que eu tenho esse entendimento todo, eu quero entrar na faculdade, quero ser técnica de enfermagem ou veterinária. Mas aí essa é a parte carnal...passando pra parte espiritual, a igreja, que eu quero ser consagrada missionária, né, pra reter aquelas coisas que eu sei que eu vou ser ungida, o óleo vai descer sobre minha cabeça pra mim falar pra aquelas pessoas que eu consegui, e falar um pouco do meu testemunho pra elas, que elas também podem conseguir. Que nós não somos melhor do que ninguém, somos todos iguais em cristo e jesus.

Para sete usuários/as, a perspectiva de desligamento foi associada a outras formas de **trabalho**. De acordo com Oliveira e Robazzi (2001), a escola muitas vezes é vista como desinteressante para alguns/as adolescentes que não vislumbram a continuidade dos estudos como uma estratégia de ascensão econômica e social, sendo fundamental a elaboração de políticas públicas para a formação profissional eficazes no contexto educacional, que promova a esses/as adolescentes uma perspectiva de trabalho para além das necessidades de sobrevivência.

José: Uma coisa que eu penso quando falarem que eu tô desligado do Programa e que acabou a proteção, eu vou pedir pra eles pra arranjar um emprego pra mim...

Bianca: E em qual emprego você pensa?

José: *Embalar coisa no mercado, pegar carreto, lavar loja...*

Teodoro: *[...] é uma instituição que eu não conhecia, vim conhecer através do conselho tutelar, minha mãe conseguiu esse programa pra mim estar aqui hoje, e foi um programa que eu tive vários desenvolvimento, desenvolvimento na mente, no espírito, e muitas coisas que aconteceram, muitos fatos e tô aqui pra contar história né...Tô aqui pra fazer diferente, trabalhar dignamente.*

Tomás: *Tirar minha habilitação, procurar um emprego, terminar logo os estudos, tirar minha habilitação e começar a trabalhar. [...] tem o outro lado também, da mecânica, tem o outro lado de computador que eu vou aprender entendeu, instalar hd, memória RAM, essas coisas, eu quero aprender mais essa parte também, pode servir pra mim no futuro. Aí tem o outro lado também que já é o sonho, que é comprar um caminhão que eu quero entendeu, com 21 eu já posso tirar a carteira D, não vou tirar a C, eu quero a que já é pra dirigir caminhão, aí eu tiro, espero uma oportunidade entendeu e compro, porque assim, meu pai, ele me deixou quando eu tinha três anos, entendeu, e ele era caminhoneiro, e eu também tenho um primo e um tio que são...faz parte da família...*

Para Felipa, pensar no **desligamento** causa receio em relação não só ao futuro, mas também sobre a situação de ameaça.

Felipa: *Eu fico preocupada com isso. Por que tipo não sei como é que vai ser, pra onde que eu vou, se eu vou voltar pra lá de novo como é que tá a situação lá, se ainda tá vivo, se não tá...então eu fico pensando, mas eu quando sair daqui quero sair de cabeça erguida então, colocar em prática o que eu tô aprendendo aí no curso né, arrumar um emprego, terminar meus estudos e bola pra frente.*

A preocupação de Felipa em retornar ao local de ameaça reforça a importância de priorizar a inserção dos/as usuários/as e de seus respectivos familiares em um novo espaço

de convivência, garantindo assim a sua segurança e distanciamento de possíveis situações de risco. Para Romeu, Martin e Pedro, ainda é pensado na possibilidade de retornar para o tráfico, seja por uma dificuldade em visualizar uma nova perspectiva ou por desejo de **vingança** em relação a ameaça que sofreram.

Romeu: *Oxe, tem horas que eu penso (mudar), oxe, tem horas que dá vontade de voltar pra mesma...*

Martin: *rapaz, quero ter...se ocorrer tudo de boa né, de pá, de chegar o tempo e eles falar, olha você tem que sair pro...se falar, ó, você vai responder por você mesmo, eu quero ter uma profissão né, se for tipo assim, se eu for desligado forçadamente aí...[...] eu posso tá falando uma coisa mas eu posso chegar lá se bater com outra situação que pode me levar a voltar pra aquela vida e fazer a mesma coisa ou pior.*

Pedro: *eu vou matar ele. [...]*

Os sentidos atribuídos a um retorno das atividades de risco demonstram a importância de se promover no sistema de proteção a elaboração de novas perspectivas para o/a adolescente. De acordo com Tejadas (2005), a reincidência é uma problemática que se encontra relacionada à aspectos culturais, subjetivos e sociais, já que em decorrência da situação de vulnerabilidade em que se encontram, adolescentes buscam sentidos e visibilidade através da criminalidade, vendo esta alternativa como única saída. Com isso, é fundamental trabalhar na construção do PIA possibilidades diferentes das que eles/as vivenciaram em suas respectivas trajetórias, bem como uma sensibilização e orientação sobre Direitos Humanos para que eles/as compreendam que suas relações devem ser pautadas no respeito aos direitos de outras pessoas (Tejadas, 2005). Foi também questionado no momento das entrevistas o que os/as usuários/as diriam para uma criança ou adolescente que vai ingressar no PPCAAM. Esta questão suscitou uma reflexão aos/as adolescentes sobre sua própria conduta no Programa, além de permitir se colocar no lugar do outro através das suas experiências. Doze usuários mencionaram a importância da

gratidão, aproveitar as oportunidades que surgirem, respeitar as regras, evitar mentiras e valorizar o cuidado e a segurança fornecida durante à proteção.

Glória: [...] *ser humilde, em todos os aspectos, ser humilde. e...não mentir, não mentir, sempre ser sincera com a equipe, porque a partir do momento que tu mente pra equipe alguma coisa que tu fez, pode ter certeza que sempre vão saber. Sempre. Mesmo que tu faça errado eles vão saber, de qualquer jeito ou outro. Que não precisa. Sempre ser verdadeiro no programa [...] E tem que seguir em frente porque se tu não quiser mudar, se tu não tiver força de vontade de querer ir pra frente, me desculpa só que no PPCAAM tu não vai durar.*

Maria: *Olha...eu diria que vai ser uma coisa muito boa que vai acontecer na vida dela porque antes de vir pra cá, eles conversam com a gente, uma vez a gente pode se abrir, conversar, o que não tem na casa eles fornecem, e eu tenho certeza que eles vão abrir várias portas essas coisas assim que nem é, semana passada, a gente foi fazer a identidade do X. (filho), e também comprar um vaso que eu tinha que fazer de argila pra escola, agora me diz dá onde que eu ia tirar dinheiro pra comprar esse vaso? Ainda bem que tem o PPCAAM pra me ajudar sobre isso né, mas se uma pessoa fosse entrar no PPCAAM eu ia dizer que é um programa muito bom. Não tô puxando o saco deles (risos), mas eu acho que é um programa muito bom, ainda bem que alguém teve a ideia de criar esse programa (risos).*

Felipa: *Rapaz, o que eu diria...pra aproveitar as oportunidades que tá tendo, por que... (pausa 11 segundos) não é pra qualquer um não. Entre uns que entraram no programa, que eu já morei com outros do PPCAAM já, morava eu e mais duas pessoas de lá (outro pouso), então desses aí...eram 4 eu acho, eu tive a oportunidade de entrar pro jovem aprendiz, e eles não teve, então eu perdi a oportunidade porque eu mesmo quis entendeu? No caso eu falaria pra essa pessoa pra primeiro pensar no erro que cometeu e não cometer mais e agarrar as oportunidades que tá dando...que é uma oportunidade só na vida.*

José: *eu falava que não era pra ele tirar foto que ia ser pior pra ele e também, muitas coisas, que não era pra ele falar com estranhos de onde ele é...e também*

pra ele se comportar, não bater em ninguém, xingar ninguém e obedecer a mãe social.

Leonor: Eu falaria pra eles que primeiro lugar o respeito né, o respeito e...a total gratidão, por que talvez se o PPCAAM não existisse talvez a gente não estaria vivo hoje. Muitos de nós. Estaria tudo morto. Então se fosse pra falar alguma coisa eu falaria em gratidão. Gratidão, respeito, amor...

Teodoro: eu diria que ele tava tendo uma grande oportunidade porque é uma grande oportunidade de tá aqui, de viver...que ele buscasse reconquistar o que eu tento ainda reconquistar porque eu não reconquistei o suficiente né...

Tomas: Que ele dê valor onde que ele tá, sacou? Tipo assim, não é fácil, mas também não é difícil, a ideia é cumprir a missão...[...]

Matilde: Sempre eu digo isso, pra cada um lembrar de onde Deus os tirou, onde ele vai colocar e lembrar sempre, sempre que isso é uma proteção. Que mesmo que a gente fique distante dos nossos parentes, nossos familiares, a gente tem que entender, quando a gente tava perto a gente não tava dando valor, e hoje a gente tá aqui, a cada dia após dia a gente possa ter aquela consciência que a gente pode reatar aquela confiança novamente que a gente perdeu. Então se uma criança, uma jovem ou um adolescente como eu chegasse aqui nesse exato momento o que eu falaria pra ela é confia em Deus, nas suas causas porque se você entrou no PPCAAM foi porque foi propósito de Deus, né, foi um chamado, por que assim ele pode te tirar de um local pra te colocar por que ele te quer bem, mesmo a distância pode machucar, pode doer, você pode chorar, mas você tem que entender, que se você tivesse lá fora você poderia tá morta ou presa, mas aqui você pode falar com seus pais mesmo sendo demoroso mas fala, tem a oportunidade, né, como muitos não tem hoje, a gente pode tá conversando aqui agora, mas pode ter algum adolescente que pode tá sendo cortado o cabelo⁴⁷ nesse momento, ou pode estar falecendo nesse exato momento.

⁴⁷ Punição realizada no tráfico direcionada as mulheres.

Através do que é mencionado pelos/as adolescentes, é possível identificar que mesmo com as dificuldades vivenciadas durante a proteção, os significados elaborados por eles/as em relação ao Programa representam uma segurança que até então desconheciam e uma oportunidade de vivenciar novas perspectivas que não eram possíveis em sua trajetória. Através desse ponto de vista, é possível correlacionar com o que proposto por González Rey (2010), que afirma que os sentidos subjetivos se transformam a partir dos contextos em que estão inseridos, já que estes são retratados por uma expressão simbólico-emocional das circunstâncias que os envolvem.

De acordo com o autor, é necessário avaliar a organização subjetiva através de uma perspectiva dialética, que analise suas esferas por meio do seu “caráter contraditório, processual e singular” (González Rey, 2010, p. 343). Isso permite uma compreensão mais ampla acerca das contradições subjetivas citadas no decorrer das entrevistas, já que para os/as usuários/as do PPCAAM é garantido a proteção à vida, mas em decorrência do princípio da brevidade, vivem-se restrições de alguns direitos que podem ocasionar impactos no desenvolvimento psíquico e social desses indivíduos, mas também perspectivas de futuro diferentes em suas trajetórias.

Para Costas e Ferreira (2010), torna-se necessário na busca pelos sentidos e significados introduzir aspectos interpretativos como uma perspectiva de apropriação dos significados. O indivíduo já atribui ao conteúdo a capacidade que ele retém de significados, sendo papel do/a sujeito desvendá-los e apropriar significados envolvidos de desafios, intenções e ludicidade (Costas & Ferreira, 2010). Através desta perspectiva identifica-se que os sentidos subjetivos podem vir a se posicionar de forma distinta em diferentes contextos, sempre convergindo do social para o individual, e posicionando o sujeito como protagonista destes fatos (González Rey, 2012b). Dessa forma, é possível elaborar possibilidades e significados diversos na trajetória dos indivíduos permitindo com que estes/as produzam estratégias de resiliência para lidar com as adversidades que surgirem ao longo de suas trajetórias.

CONCLUSÃO

Esta investigação teve um caráter exploratório e objetivou uma aproximação com uma realidade ainda não estudada que são os sentidos e significados dos (as) usuários (as) sobre o ingresso no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Partiu-se do pressuposto que se deve levar em consideração a realização de uma análise do desenvolvimento humano a partir das pessoas envolvidas no processo, negando o estatuto da criança/adolescente como ser-em-devir, e analisando suas trajetórias a partir do seus próprios discursos e significados, visualizando-as como atores políticos, sociais e capacitados (Sarmiento, 2013).

A realização de um apanhado geral de conceitos teóricos permitiu que houvesse um entendimento sobre a importância de se compreender que existem diferentes aspectos históricos, culturais e sociais que envolvem a história de vida de adolescentes que necessitam ingressar no PPCAAM, além de perceber que a produção de sentidos e elaboração de subjetividades é construída a partir de uma proposta dialética, baseada nas relações do indivíduo com o contexto social que o circunda. É válido salientar o esforço de não apresentar uma visão reducionista nesta investigação acerca dos/as adolescentes protegidos/as, refutando estereótipos e ideias generalistas que são elaboradas por perspectivas essencialistas tradicionais e pelo senso comum. Além disso, houve uma preocupação em não disponibilizar nenhuma informação relevante sobre a situação de ameaça dos/as usuários/as, garantindo a segurança e integridade dos/as mesmos/as e respeitando o princípio do sigilo mantido pelo Programa e em pesquisas científicas envolvendo seres humanos (Conselho Nacional de Saúde, 2016).

Para chegar aos núcleos de investigação, foi necessária uma leitura bastante atenta dos relatos coletados para a elaboração dos pré-indicadores, que forneceram subsídios para os indicadores mais identificados no decorrer das entrevistas, para assim realizar uma análise mais aprofundada dos núcleos de significação. Essa proposta metodológica mostrou-se bastante pertinente, pois através dela foi possível compreender os sentidos e significados instituídos pelos/as usuários/as do Programa frente às suas novas realidades (Aguiar, Soares & Machado, 2015), além de permitir alcançar os objetivos propostos na presente dissertação.

O primeiro núcleo abordado, *"não vai passar dos 18"* – Violações e situações de risco, buscou apresentar a trajetória de vida dos/as adolescentes através de seus discursos, sendo possível compreender que para a maioria dos/as usuários/as, houve uma sucessão de violações dos seus direitos associados a situações de risco que corroboraram para o ingresso no Programa. Foi mencionado pelos/as protegidos/as em suas vivências cotidianas fome, violências (familiar, policial, sexual, etc), evasão escolar, ida para às ruas, acolhimento institucional, uso de substâncias, envolvimento com o tráfico de drogas, etc, sendo identificado uma ausência ou ineficácia de medidas protetivas anteriores ao PPCAAM que deveriam ser asseguradas pelo poder público para a garantia destes direitos fundamentais. Isso demonstra como proposto por Oliveira (2014), que o Programa em um curto período de tempo precisa arcar com estas deficiências e omissões e paralelo a isso restringir outros direitos também previstos no Estatuto para garantir o direito à vida. Isso demonstra a necessidade da atuação em rede para possibilitar a crianças e adolescentes que seus direitos sejam salvaguardados e que o PPCAAM preserve os princípios da brevidade e excepcionalidade.

Além disso, foi também identificado que adolescentes negros/as e pardos/as são os que se encontram em maior situação de risco no Estado da Bahia e necessitam ingressar no Programa, assim como apontado pelo Atlas da Violência (2017), Mapa da Violência (2015) e Índice de Homicídios de Adolescentes (2017), não havendo nenhum/a participante branco/a no momento da coleta dos dados.

No segundo núcleo apresentado *"quando meu pai morreu, a minha mãe entrou em depressão e começou a usar droga, e se prostituir e fazer tudo de errado"* – Violências familiares, percebeu-se que para a maioria dos/as entrevistados/as existia uma fragilidade nos vínculos familiares, além de situações de negligência, abandono em torno de um ciclo de vulnerabilidades sociais decorrentes da desigualdade e exclusão que as famílias dos/as usuários/as estão inseridas. Com isso, é necessário que o Programa busque estabelecer uma rede de apoio em conjunto com o suporte da Porta de Entrada e de outros equipamentos públicos, que acolham e auxiliem no gerenciamento destas questões para o retorno do/a adolescente à convivência familiar. A impossibilidade de retorno à família de origem ou mesmo para a família alargada é uma das questões mais delicadas para o desligamento dos adolescentes do programa. Em muitos casos, apesar da cessão da

ameaça, os motivos que antecedem a mesma e acarretaram a situação de risco eminente continuam presentes nos núcleos familiares. A ausência de investimentos em propostas em planejamento familiar ou a baixa taxa de adoções tardias no Brasil, deixam estes/as adolescentes em maior risco e vulnerabilidade quando a família não consegue acolhê-los/las. Importante lembrar, assim como já descrito anteriormente, que o PPCAAM atende adolescentes que estão em situação eminente de morte pelo envolvimento com atividades ilícitas ou por serem testemunhas de crimes e homicídios.

No terceiro núcleo apresentado, “*Aceito qualquer coisa* – Sentidos subjetivos sobre o ingresso no PPCAAM, foi possível identificar que pelo foco de atuação do Programa buscar em especial garantir a integridade física do (a) usuário (a), ocorrem impactos de ordem objetiva e subjetiva no desenvolvimento dos/as adolescentes que ingressam no PPCAAM, já que estes indivíduos precisam elaborar novos sentidos e subjetivações acerca de si mesmo e de suas histórias, se adaptar a um novo espaço de convivência, além de precisarem seguir regras que até então não faziam parte da sua realidade. Estas, em especial a restrição das redes sociais e Internet, foram mencionadas de forma constante pelos/as usuários/as como até mais difíceis do que a separação dos familiares, sendo também o uso das tecnologias para o contato com os mesmos, o que demonstra que essas normas são um processo complexo e que demanda flexibilidade da equipe técnica, pois as regras necessárias para garantir à segurança e o sigilo do local de proteção demandam ao/a adolescente uma perda significativa da sua própria identidade e dos vínculos com o que é conhecido.

Além disso, os modos de relações sociais contemporâneas são marcados pela interação com os pares e a construção de uma persona alimentada pelas redes, sendo relatado pelos/as usuários que após o ingresso esta restrição é mais difícil de suportar do que o afastamento da família. Com isso, identifica-se que uma vez que o/a adolescente contemporâneo constrói sua noção de eu através das relações midiáticas, estar afastado/a desse meio implica uma morte social e simbólica para estes indivíduos.

Os atos transgressores durante o período da proteção devem ser encarados com naturalidade e como momentos de aprendizado e reafirmação dos valores até então compartilhados. As figuras de referências têm um papel fundamental neste processo, pois

permitem através do acolhimento e diálogo que o/a adolescente possa incorporar os valores sociais, sem interferir na sua busca pela própria autonomia e identidade (Tĩmpãu, 2015). É equivocado avaliar e equiparar os valores de um/a adolescente com o de uma pessoa que se encontra em uma outra etapa de desenvolvimento, pois eles/as ainda se encontram em um estágio que necessitam prioritariamente de educação e orientação. Através da construção do PIA, o/a usuário/a pode ser orientado/a sobre seus deveres e responsabilidades, além de incorporar valores positivos em suas relações cotidianas, permitindo assim com que ele/a possa gerenciá-las de forma positiva e empática.

Quanto às condições de desenvolvimento destes/as adolescentes, é possível perceber que os construtos relacionados ao poder, crescer, a confiança e a própria consciência relacionada as circunstâncias em que vivem é bem distinta das “adolescências teóricas” (como as descritas na literatura) assim como referido anteriormente na página 104. Daí que a frase “[...]. Para que ter medo se o futuro é a morte?” (Cruz-Neto & Minayo, 1994, p. 206), possa ser compreendida por nós como descritiva das reais circunstâncias que conduziram estes/as adolescentes ao Programa, conforme considerações anteriores neste texto acerca do contexto de vulnerabilidade, risco, valores e o processo de autonomia (vide p. 92).

Para além das questões práticas para saída do território de ameaça, os (as) usuários (as) enfrentam dificuldades em se distanciar de familiares e pessoas próximas, o que gera sentimentos de tristeza, angústia e solidão. A adaptação em um novo espaço de convivência e o estabelecimento de relações entre pares foi mencionado pelos/as adolescentes, já que não se pode relatar sobre suas próprias trajetórias no local de proteção, o que gera significados desfavoráveis relativos à confiança. A presença da equipe técnica de forma mais sistemática também foi citada como relevante, pois os/as profissionais do Programa são associados/as a figuras de referência e acolhimento pelos/as protegidos/as. A continuidade dos estudos e a inserção no mercado de trabalho foram citadas como uma perspectiva de desligamento do PPCAAM, sendo válido salientar que todas as meninas citaram este desejo como uma estratégia de mudanças de suas trajetórias de vida após a permanência no referido Programa.

A proposta foi auxiliar nas discussões acerca deste tema, pois ainda existem poucas produções científicas sobre o PPCAAM e sobre as percepções e subjetivações de

usuários/as em Programas de Proteção desta natureza. Com isso, espera-se pensar em investigações e estratégias que vislumbrem a importância desta política pública na garantia dos direitos e proteção integral deste grupo social, para assim almejar uma redução dos índices de violência extrema que envolvem estes indivíduos. É importante novamente salientar que o PPCAAM deve manter seu caráter de excepcionalidade, e para isso é crucial o fortalecimento de políticas de distribuição de renda (com redução da desigualdade social), de educação, assim como o fortalecimento de medidas protetivas que atuem precocemente junto aos adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. Torna-se necessário, ainda, uma reflexão e problematização acerca da atual política proibicionista das drogas que produz a cooptação de adolescentes para o tráfico e crime organizado, colocando estes/as indivíduos em situação de risco que podem leva-los/las até a morte.

A ampliação da equipe técnica foi identificada como uma melhoria importante para o funcionamento do Programa, já que em um país tão continental como o Brasil e em um estado tão grande como a Bahia, com o índice de violência extrema tão alarmante, é preciso contratar mais profissionais para contemplar as demandas que o PPCAAM exige. Além disso, a dificuldade do repasse das parcelas de recursos federais para o Estado, delimita a ação da equipe na garantia de preservar a vida destes/as e de outros/as adolescentes que necessitam desta modalidade de proteção. Também foi identificada a necessidade de realização de estudos longitudinais com esta população, buscando compreender o impacto da inserção no programa a curto, médio e longo prazo, bem como descrever os fatores de risco e proteção que contribuem para a efetividade do mesmo.

Em relação aos limites da presente investigação, o tempo para a coleta de dados foi considerado curto e não foi possível contatar todos/as adolescentes que se encontravam em proteção pelo Programa. Diante dos dados coletados, foi possível identificar que as questões do estudo elaboradas inicialmente foram contempladas, sendo analisado que de fato a ameaça de morte iminente é a culminância de um longo processo de violações de direitos a que estes/as adolescentes e suas famílias são submetidas, sendo este dado verificado pela análise das trajetórias de vida relatadas pelos/as protegidos/as. Outra questão confirmada foi de que os/as usuários/as compreendem o significado da proteção à vida fornecida pelo Programa e identificam que além desta garantia são possibilitadas

novas experiências que abrangem os direitos fundamentais previstos no Estatuto para os/as adolescentes. E, para além do período em proteção, os/as participantes relataram perspectivas para o futuro consideradas positivas em seus projetos de vida.

Além disso, foi avaliado que investigações futuras podem realizar o acompanhamento longitudinal dos/as adolescentes que são inseridos no PPCAAM, buscando compreender os impactos a médio e longo prazo da passagem pelo programa. Com isso, muito ainda pode ser analisado e discutido acerca do assunto, pois, muitos/as adolescentes ainda se encontram em situação de vulnerabilidade e risco real e iminente de morte, necessitando que sejam propostas as devidas intervenções para uma transformação desta trágica realidade.

REFERÊNCIAS

- Aberastury, A. (1992). *A criança e seus jogos* (Vol. 2). (M. Perestrello, Trad.) Porto Alegre: Artmed.
- Abramovay, M. , Castro, M. G. , Pinheiro, L. C. , Lima, F. S. & Martinelli, C. C. (2002). *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas*. Brasília: Unesco Brasil. Fonte: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>
- Aguiar, W. M. J. & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26, 222-245. Fonte: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200006
- Aguiar, W. M. J., Bock, A. M. B., Ozella, S. (2001). Orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. Em A. M. Bock, M. G. Gonçalves, & O. Furtado, *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (pp. 163-178). São Paulo: Cortez.
- Aguiar, W. M. J., Soares, J. R. & Machado, V. (2015). Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. *Cadernos de Pesquisa*, 45(155), 56-75. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/198053142818>
- Alves, J. & Correa, S. (2009). *Violência letal e gênero: decifrando números obscenos?* Rio de Janeiro. Fonte: http://pwweb2.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/iaj/usu_doc/violencia_letal_e_ge

nero_artigo.pdf

Alves, J. A. (1994). *Os direitos humanos como tema global*. São Paulo: Perspectiva.

Amado, J. (2013). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Ariès, P. (1978). *A História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Armenta, C. N., Fritz, M. M., & Lyubomirsky, S. (2016). Functions of Positive Emotions: Gratitude as a Motivator of Self-Improvement and Positive Change. *Emotion Review*, 1-8. doi:DOI: 10.1177/1754073916669596.

Assis, W. F. (s.d.). Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *CADERNO CRH*, v. 27, n. 72, 613-627.

Ayres, J. R. (1999). Vulnerabilidade e prevenção em tempos de aids. Em R. Barbosa, & R. Parker, *Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder*. (pp. 50-71). Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Azella, A. V. (2005). Sujeito e alteridade: Reflexões a partir da Psicologia Histórico-cultural. *Psicologia & Sociedade*, 17, 99-104. Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27049.pdf>

Bąkowski, P. (2013). *Witness protection programmes EU experiences in the international context*. Library Briefing, Library of the European Parliament. Fonte: <http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201301/20130129ATT59967/20130129ATT59967EN.pdf>

Bąkowski, P. (2013). *Witness protection programmes EU experiences in the*

international context. Fonte: Library of the Europa Parliament:

<http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201301/20130129ATT59967/20130129>

Bandura, A. (1977). *Social learning theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Barros, J. P. P., Paula, L. R. C. de, Pascual, J. G., Colaço, V. de F. R. C., & Ximenes, V.

M. (2009). O Conceito de “Sentido” em Vigotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. *Psicologia & Sociedade*, 21, 174-181. Fonte:

<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a04.pdf>

Bellenzani, R. & Malfitano, A. (2006). Juventude, Vulnerabilidade Social e Exploração

Sexual: um olhar a partir da articulação entre Saúde e Direitos Humanos. *Saúde e Sociedade*, 15, 115-130. Fonte:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300010

Bernardi, D. (2010). *Cada Caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em*

situação de abrigamento. . São Paulo: Associação Fazendo História: NECA (Coleção Abrigos em Movimento).

Bertaso, M. W. (2013). VIDA SEM ENSAIOS: Acionamento do Programa de Proteção

a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do Espírito Santo

(PPCAAM/ES): modos de gestão da vida e afirmação de lutas. (*Tese de*

Mestrado Publicada). *Centro de Ciências Humanas e Naturais da Univeridade Federal do Espírito Santo, Vitória*.

Bertol, C. & Souza, M. (2010). Transgressões e adolescência: individualismo,

autonomia e representações identitárias. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30, 824-839. Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000400012&lng=en&tlng=pt.

Bologna, J. E. (2002). Referenciais e drogas. Em H. Abramo, M. Freitas, & M. Sposito, *Juventude em debate*. São Paulo, SP.: Cortez.

Bourdieu, P. (2008). *A miséria do mundo* (Vol. 7ª edição). Petrópolis: Vozes.

Brasil. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA. Fonte: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>

Brasil. (11 de outubro de 2007). Decreto 6.231/07. *Institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM*. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6231.htm

Brasil. (2010). *Programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte: PPCAAM*. Secretaria de Direitos Humanos. Brasília: Presidência da República. Fonte: http://www.mpgp.mp.br/portal/arquivos/2015/06/12/17_20_11_426_PPCAAM_livro_final.pdf

Brasil. (2014). *PPCAAM e as Portas de Entrada: O Ponto de partida para a Proteção*. Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. Fonte: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ppcaam/cartilha_portas_de_entrada_ppcaam_mg.pdf

- Brasil. (07 de abril de 2016). Resolução nº 510. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, Brasil. Fonte: goo.gl/sxgLwS
- Brasil. (4 de Abril de 2017). Lei nº 13.431/2017 . Brasília, Distrito Federal, Brasil. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm
- Brasil. (2017). *Um novo olhar PPCAAM : programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte*. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
- Brazil. (2015). *Good Practices: Combating Child Labour in the World*. Ministry of Social Development and Fight Against Hunger (MDS); International Labour Organization (ILO), Brasília. Fonte: goo.gl/Fa6W4J
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados (M. A. V. Veronese, Trad.)*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos*. . Porto Alegre: Artmed.
- Câmara, M. M. & Cruz, A. R. (1999). Adolescência prolongada: o tempo que não se quer deixar passar. *Educar em Revista*, 15, 1-8. Fonte: goo.gl/LjoeH9
- Cardoso, L. R. D. & Malbergier, A. (2014). A influência dos amigos no consumo de drogas entre adolescentes. . *Estudos de Psicologia* , 31, 65-74. doi:<https://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2014000100007>
- Castro, J. V. (1999). O Terceiro setor. Em *1º Módulo-Capacitação de Dirigentes*,

Funcionários e Colaboradores de Organizações Não-Lucrativas. (p. 12).

Florianópolis: Univali.

Castro, M. G. & Abramovay, M. (2002). Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 143-176.

Fonte: goo.gl/jKaqzn

Cecconello, A. M., De Antoni, C. & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.

Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa07>

Cerqueira, D., Ferreira, H., Lima, R. S., Bueno, S.; Hanashiro, O., Batista, F. & Nicolato, P. (2016). *Atlas da Violência*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Fonte: goo.gl/j5qm9h

Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Valencia, L. I., Hanashiro, O., Machado, P. H. G. & Lima, A. S. (2017). *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Fonte: http://ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf

Chauí, M. (1999). *Uma ideologia perversa*. Fonte: Folha de São Paulo:

http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_1_4.htm

Conselho Nacional de Justiça. (2012). *A execução das medidas socioeducativas de internação*. Fonte: http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-ao-jovem/panorama_nacional_justica_ao_jovem.pdf

Correia, J. C. (2013). As relações entre pares de jovens adolescentes socialmente

retirados. (*Tese de Doutorado publicada*). Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Fonte:

<http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2733/1/TES%20CORR1.pdf>

Corsaro, W. (2005). Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. *Educação & Sociedade*, 26, 443-464.

doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000200008>

Costa, M. D. (2009). Consumo de drogas e dependência química: qual dos dois é o verdadeiro vilão para a sociedade? *Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. (D. d. UERN, Ed.) Rio Grande do Norte. Fonte:

<http://www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT12/12.4.pdf>

Costas, F. A. T. & Ferreira, L. S. (2010). Sentido, significado e mediação em Vygotsky: implicações para a constituição do processo de leitura. *Revista Iberoamericana de Educación*, 55, 205-223. Fonte: <http://www.red-redial.net/pt/referencia-bibliografica-59845.htm>

Coutinho, M. P. L., Estevam, I. D., Araújo, L.F. & Araújo, L. S. (2011). Prática de privação de liberdade em adolescentes: um enfoque psicossociológico.

Psicologia em Estudo, v. 16, n. 1, 101-109. Fonte:

<http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n1/a12v16n1.pdf>

Cruz-Neto, O. & Minayo, M. C. S. (1994). Extermínio: Violentação e Banalização da Vida. *Cad. Saúde Públ.*, 10, 199-212.

Demo, P. (2000). *Educação pelo Avesso: a Assistência como Direito e como Problema*. São Paulo: Cortez.

- Diamantino, D. (2015). Do lar para o "mundão": sentidos subjetivos do ato infracional construídos pelas adolescentes em privação de liberdade. (*Tese de Mestrado Publicada*). Salvador, Bahia, Brasil.
- Erikson, E. (1976 Trabalho original publicado em 1968). *Identidade, juventude e crise* (Vol. 2ª edição). Rio de Janeiro: Zahar.
- Faria, A. A. C. & Barros, V. A. (2011). Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. *Psicologia & Sociedade*, 536-544.
- Feijó, R. B. & Oliveira, E. A. (2001). Comportamentos de risco na adolescência. *Jornal de Pediatria*, 77, Supl. 2, 125-133.
- Féres-carneiro, T. (2003). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. (Loyola, Ed.) São Paulo: PUC-Rio.
- Ferraz, J. D. F., Junior, J. P. C., Vieira, F. O & Cordeiro, W. (2011). O funcionamento do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) nas áreas de vulnerabilidade social no Rio de Janeiro. *Revista de Políticas Públicas*, 277-286. Fonte:
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/843/865>
- Fischer, R.M. & Schoenmaker, L. (2010). *Retratos dos direitos da criança e do adolescente no Brasil: pesquisa de narrativas sobre a aplicação do ECA*. São Paulo, Brasil: Ceats/FIA. Fonte: http://naobataeduque.org.br/site2017/wp-content/uploads/2017/03/pesquisa_causos.pdf
- Forte, M. J. (1996). O Adolescente e a Família. *Pediatria*, 157-161. Fonte:

<https://psicologalaismutubberia.com/admin/data/uploads/artigos-pdf/4f424fec277f0d27c1f6e53b6bc8d28f.pdf>

- Freud, S. (1996 Trabalho original publicado em 1905). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Vol. 7). (S. J, Trad.) Rio de Janeiro : Imago.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (2001, [1977]). *O Inquérito: Teoria e Prática* (4 ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Gomes, M. A. & Pereira, M. L. D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10, 357-363. Fonte: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000200013>
- Gonçalves, M. G. (2004). *Sujeito e Subjetividade. Estudos e pesquisa em psicologia*. Rio de Janeiro : UEFJ.
- González Rey, F. (2000). *La categoría sentido y su significación en la construcción del pensamiento psicológico* (Ano I, n. 2 ed.). Contrapontos.
- González Rey, F. (2001). A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. *Psicologia da Educação*, 9-15.
- González Rey, F. (2002). La subjetividad: su significación para la ciencia psicológica. Em O. Furtato , & F. González Rey, *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio histórica e a teoria das representações sociais* (pp. 19-42). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- González Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação Histórico-Cultural*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.
- González Rey, F. (2005a). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*.

São Paulo: Pioneira Thompson Learning.

González Rey, F. (2005b). *Pesquisa qualitativa e Subjetividade: Os Processos de construção da Informação*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.

González Rey, F. (2007). As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, 155-179. Fonte: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n24/v24a11.pdf>

González Rey, F. (2010). As configurações subjetivas do câncer: um estudo de casos numa perspectiva construtivo-interpretativa. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30, 328-345. Fonte: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v30n2/v30n2a09.pdf>

González Rey, F. (2012a). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Cengage Learning.

González Rey, F. (2012b). *O social na Psicologia e a Psicologia social: a emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes.

González Rey, G. (2012c). O Compromisso Ontológico na Pesquisa Qualitativa. In *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade*. Em G. González Rey, *Os Processos de construção da Informação* (p. 210). São Paulo: CENGAGE Learning.

Guareschi, N. M. F., Reis, C. D., Huning, S. M. & Bertuzzi, L. D. (2007). Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. *Estud. pesqui. psicol*, 7, n.1.

Guerriero, I. C. Z, Schmidt, M. L. S & Zicker, F. (2008). *Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas*. São Paulo: Hucitec.

- Hall, G. S. (1904). *Adolescence: Its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education (Vol. 2)*. . New York: : D. Appleton and Company.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2003). *Síntese de Indicadores Sociais 2002*. Rio de Janeiro.: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2009). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística .
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2015). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- International Labour Organization. (2015). *World Report on Child Labour 2015: Paving the way to decent work for young people*. Geneva: International Labour Office. Fonte:
<http://www.ilo.org/ippecinfo/product/download.do?type=document&id=26977>
- Jaccoud, L. & Beghin, N. (2002). *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fonte:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160706_desigualdades_raciais_brasil.pdf
- Kaztman, R. (2005). *Vulnerabilidad y Exclusión social: Una propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares*. Chile: : CEPAL.

- Kleinschmitt, S., Lima, J. & Wadi, Y. (2011). Relação entre o crescimento da desigualdade social e dos homicídios no Brasil: o que demonstram os indicadores? *Interseções*, v. 13, n. 1, 65-90.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B. & Lozano, R. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Geneva: Organização Mundial da Saúde.
- Kuwahara, S. (2016). “Dilemas do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Brasil”. *Polít. crim.* , Vol. 11, Nº 22 , 439-466. Fonte: http://www.politicacriminal.cl/Vol_11/n_22/Vol11N22A4.pdf.
- Lima, L. P. (2010). Atitudes: estrutura e mudança . Em (. J. Vala e M. B. Monteiro, *Psicologia Social*. (Vol. 8a. Edição, pp. pp. 187 – 225.). Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa.
- Lima, S. R. R. & Barreto, R. C. S. (2015). A região Nordeste: disparidades interestaduais e desigualdade econômica e social, 1960-1990. *Nexos Econômicos – CME-UFBA*, .v. 9, n. 2, jul-dez.
- Livingstone, S. (2008). Taking risky opportunities in youthful content creation: teenagers' use of social networking sites for intimacy, privacy and self-expression. . *New media & society*, 393-411. Fonte: <http://eprints.lse.ac.uk/27072/>
- Luna, F. V. & Klein, H. S. (2009). Desigualdade e indicadores sociais no Brasil. Em L. Schwartzman, I. Schwartzman, F. Schwartzman, & M. Schwartzman, *O Sociólogo e as Políticas Públicas: Ensaio em homenagem a Simon Schwartzman* (pp. 97-115). Rio de Janeiro: FGV.

- Machado, A. C. P. & Gomes, G. R. (2015). *Metodologia do Atendimento Socioeducativo*. Escola Nacional de Socioeducação - ENS. Fonte: http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_3/EixoIII.pdf
- Macleon, K. (2003). The impact of institutionalization on child development. *Development and Psychopathology*, 15(4), 853-884.
doi:10.1017/S0954579403000415
- Magalhães, E. & Lopes, J. (2011). Auto-conceito em adolescentes institucionalizadas: um estudo exploratório. *XXV (2)*(Edições Colibri), 163-180.
- Malvasi, P. A. (2012). Interfaces da vida loka: Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. (*Tese de Doutorado publicada*)
Universidade São Paulo, São Paulo. Fonte: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-09032012-132410/pt-br.php>
- Marcolan, M. L. P., Frighetto, A. M. & Santos, J. C. (2013). A Importância da Família no Processo de Aprendizagem da criança. *Nativa-Revista de Ciências Sociais do Norte de Mato Grosso*.
- Melo, D. L. B. & Cano, I. (2017). *Homicídios na Adolescência: IHA 2014*. Rio de Janeiro: Observatórios de Favelas. Fonte: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/obs_favelas/iha_2014.pdf
- Monte, P. A. (2008). Exploração do Trabalho Infantil no Brasil: Consequências e Reflexões. *Revista Economia*, 625-650. Fonte: http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n3p625_650.pdf

- Morais, N. A. (2009). Trajetórias de vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: Entre o risco e a proteção. (*Tese de Doutorado publicada*), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Fonte: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16660>
- Moro, C. (2009). Ensino Fundamental de 9 anos: o que dizem as professoras do 1o ano. (*Tese de Doutorado publicada*), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Mota, M. M. (2008). O luto em adolescentes pela morte do pai: risco e prevenção para a saúde mental. (*Tese de Doutorado publicada*), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo. Fonte: goo.gl/aqqkb9
- Narvaz, M. & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia e Sociedade*, v. 18, n. 1, 49-56.
- Nóbrega, L. (2010). A construção de identidades nas redes sociais. *Fragmentos de Cultura*, v. 20, n. 1/2, 95-102. Fonte: <file:///C:/Users/Bianca/Downloads/1315-4179-1-PB.pdf>
- Nunes, L. C. & Marques, R. N. . (2010). *Violência contra a mulher e medidas protetivas (Monografia publicada)*, Universidade Federal do Paraná, Setor litoral. Fonte: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35287/Liliane%20Carneiro%20Nunes.pdf?sequence=1>
- Oliveira, B. R. G. & Robazzi, M. L. C. C. (2001). O Trabalho na vida dos Adolescentes: Alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. *Rev Latino-am Enfermagem*, 83-9. Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v9n3/11503.pdf>

- Oliveira, M. C. (2006). Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 2, 427-436.
- Oliveira, P. P., Viegas, S. M. F., Santos, W. J., Silveira, E. A. A. & Elias, S. C. (2015b). Mulheres vítimas de violência doméstica: Uma abordagem fenomenológica. *Texto contexto - enferm*, 196-203. Fonte:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072015000100196&lng=en&tlng=en
- Oliveira, R. L. (2015). Sentidos subjetivos de adolescentes soropositivos para HIV. (*Tese de Mestrado publicada*), Universidade Federal da Bahia, Salvador. Fonte:
https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/renata_lucia.pdf
- Oliveira, R. M. (2014). Homicídios de adolescentes negros e instituições: reflexões a partir do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). (*Tese de Mestrado publicada*), Universidade de Brasília, Brasília. Fonte:
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17329/1/2014_RaissaMenezesdeOliveira.pdf
- Organização das Nações Unidas. (2002). *Um mundo para as crianças*. Nova Iorque: Nações Unidas. Fonte: https://www.unicef.org/brazil/pt/um_mundo.pdf
- Organização das Nações Unidas. (2014). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resilência*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Fonte:
http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf
- Oriente, I. & Sousa, S. M. G. (2005). O significado do abandono para crianças

- institucionalizadas. *Psicologia em Revista*, 29-46.
- Ozella, S. & Aguiar, W. (2008). Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 133, 97-125.
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. Em M. Koller, & S. Contini, *Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 16-24). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Padovani, A. S. & Ristum, M. (2013). A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. *Educ. Pesqui.*, 969-984. Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n4/aop1064pt.pdf>
- Palacios, J. & Oliva, A. (2004). A Adolescência e seu significado evolutivo. Em C. COLL, A. MARCHESI, & J. PALACIOS, *Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva* (pp. 309-322). Porto Alegre: Artmed.
- Papalia, D. E. & Olds, S. W. (2000). *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed .
- Parker, J., Rubin, K., Erath, S., Wojslawowicz, J., & Buskirk, A. (2006). Peer relationships, child development, and adjustment: A developmental psychopathology perspective. Em D. Cicchetti, & D. Cohen , *Developmental Psychopathology* (pp. 419 – 493). New Jersey: Hoboken.
- Paula, A. S. (2014). Redes de proteção e garantias de direito: representações sociais por Conselheiros Tutelares. (*Tese de Doutorado publicada*), *Universidade de São Paulo, São Paulo*. Fonte: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-22082014-115501/pt-br.php>

- Pereira, L. (2010). A visibilidade da violência e a violência da invisibilidade sobre o negro no Brasil. A violência na sociedade contemporânea. (EDIPUCRS, Ed.) Porto Alegre, Brasil. Fonte: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>
- Pereira, S. E. (2013). Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: Articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar. Fonte: <http://www.aconchegodf.org.br/biblioteca/artigos/artigo01.pdf>
- Piaget, J. (1896-1980). *Epistemologia Genética* (4 ed.). (Á. Cabral, Trad.) São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- Piaget, J., & Inhelder, B. (2007). *A Psicologia da Criança*. Rio de Janeiro: Difel.
- Pieretti, J. (2010). Da Heteronomia à Autonomia: Ambiente Escolar e Desenvolvimento Moral. (*Tese de Mestrado publicada*), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Pino, A. (2007). Violência, Educação e Sociedade: Um olhar sobre o Brasil contemporâneo. *Educ. Soc.*, 763-785. Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0728100.pdf>
- Porto-Gonçalves. C. & Quental, P. A. (2012). Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis*.
- Queiroz, M. I. (1983). *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: CERVE/FFLCH/USP.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-System Research*, 342-386.
- Rauter, C. M. (2012). O medo à criminalidade como fenômeno da contemporaneidade

brasileira: controle social e rebelião. (*Tese apresentada à banca de Concurso Público para Professor Titular de Psicologia Social e Institucional*),
Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Rego, T. C. (2012). *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*.
Petrópolis: Vozes.

Ribeiro, E. & Cano, I. (2016). Vitimização letal e desigualdade no Brasil. *Civitas*, 285-305. Fonte:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/23066/14823>

Ribeiro, L. F. (2002). *Moradores de Rua na Cidade do Salvador: Um Exemplo de Exclusão Social*. (*Tese de Mestrado publicada*), *Universidade Salvador, Salvador.*

Rizzini, I., Caldeira, P., Ribeiro, R. & Carvano, L. (2010). *Crianças e adolescentes com direitos violados: Situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano. Os Processos de Construção e Implementação de Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, CIESPI . Fonte: <https://sistemas.tjam.jus.br/coij/wp-content/uploads/2014/06/CriancasAdolescentesDireitosViolados.pdf>

Rodrigues, J. B. (2014). *Racismo e Evasão escolar*. (*Trabalho de conclusão de graduação*), *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.*

Rolim, M. (2008). *Mais educação, menos violência: caminhos inovadores do programa de abertura das escolas públicas nos fins de semana*. UNESCO. Brasília: Fundação Vale. Fonte:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001785/178542por.pdf>

- Rosa, E. M., Nascimento, C. R. R., Matos, J. R., & Santos, J. R. (2012). O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. *Estudos de Psicologia, 17*, 361-368. doi:<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300003>
- Rosato, C. (2013). Subjetividades ameaçadas: Mudança de nome de testemunhas protegidas. *Estudos de Psicologia, 269-276*. Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n2/v18n2a12.pdf>
- Ryan, W. (1976). *Blaming the victim*. New York, NY. : Vintage Books.
- Sá, A. M. (2012). Religião e Sociedade: Considerações a partir de Marx e Freud. *Revista Unoeste, 69-83*. doi:10.5747/ch.2012.v09.n1.h118.
- Santana, J. (2007). Cotidiano, expressões culturais e trajetórias de vida: Uma investigação participativa com crianças em situação de rua. (*Tese de Doutorado Publicada*), Universidade do Minho, Braga. Fonte: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8162/1/Tese%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>
- Santana, J. P., Raffaelli, M., Vezedek, L. S & Koller, S. H. (no prelo). As drogas e os adolescentes em situação de rua.
- Santos, E. C., Neto, O. C. M. & Koller, S. (2014). Adolescentes e adolescências. Em L. Habigzang, E. Diniz , & S. Koller, *Trabalhando com adolescentes : teoria e intervenção psicológica* (pp. 17-29). São Paulo: Artmed.
- Sarmiento, M. (2005). Gerações e alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância. *Educ. Soc.*, 361-378. Fonte:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a03v2691.pdf>

Sarmiento, M. J. (2013). A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. Em R. Ens, & M. Garanhani. Champagnat. Fonte: goo.gl/4BQPTz

Sarmiento, M., Fernandes, N. & Tomás, C. (2007). Políticas públicas e participação infantil. *Educação, Sociedade e Culturas*, 183-206.

Sarzedas, L. P. M. & Pattarelli, S. C. (2009). Ressignificando a adolescência: uma visão da psicologia sócio-histórica. . Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

Senna, S. R. C. M. & Dessen, M. A. (2012). Contribuições das Teorias do Desenvolvimento Humano para a Concepção Contemporânea da Adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 101-108.

Silva, J. S., Braga, R. W., Rodrigues, F. S., Fernandes, F. L & Silva, E. S. (2006). *Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006*. Rio de Janeiro: Observatório de Favela. Fonte: goo.gl/4DxMxT

Siqueira, A.C. & Dell’Aglia, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 71-80.

Sobrinho, M. F. (2008). A educação formal básica como forma de prevenção e diminuição da criminalidade. (*Monografia publicada*), Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí. Fonte: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Mauricio%20Firmino%20Sobrinho.pdf>

Sousa Santos, B. (2010). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma

- ecologia dos saberes. Em B. Sousa Santos, & M. Meneses, *Epistemologias do Sul* (pp. 31-83). São Paulo: Cortez.
- Souza, L. A. & Costa, L. F. (2013). significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade. *Psico-USF*, 277-288.
- Sprinthall, N. A & Collins, W. A. (1994). *Psicologia do Adolescente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tejadas, S. S. (2005). Juventude e Ato Infracional: As Múltiplas Determinações da Reincidência. *(Tese de Mestrado publicada)*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Fonte: goo.gl/ZTvJPN
- Țîmpău, C. (2015). The Role of Moral Values in Development Personality Teenagers. *Romaneasca Pentru Educatie Multidimensionala*, 6(1), 75.
- Tomio, N. A. (2009). Adolescência: uma análise a partir da Psicologia Sócio-Histórica. *Teoria e Prática da Educação*, 89-99. Fonte: goo.gl/xUSftD
- Tonon, A. S. (2014). O território e a intervenção profissional frente à violência enquanto uma expressão da questão social. *SERV. SOC. REV*, 113-134.
- Triviños, A. (1987). *à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Unicef. (2003). *Relatório da situação da Infância e Adolescência brasileiras. Diversidade e equidade pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes*. Fonte: https://www.unicef.org/brazil/pt/siab03_1.pdf
- Unicef. (2011). *O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades*. Brasília: Fundo das Nações Unidas

- para a Infância. Fonte: https://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf
- United Nations. (2005). Guidelines on Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of Crime. *ECOSOC Resolution 2005/20*. Fonte: <http://www.un.org/en/ecosoc/docs/2005/resolution%202005-20.pdf>
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2008). *Good Practices for the Protection of Witnesses in Criminal Proceedings Involving Organized Crime*. New York. Fonte: <https://www.unodc.org/documents/organized-crime/Witness-protection-manual-Feb08.pdf>
- Vergne, C. M., Vilhena, J., Zamora, M. H., & Rosa, C. M. (2015). A palavra é...genocídio: a continuidade de práticas racistas. *Revista Psicologia & Sociedade*, 516-528. Fonte: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p516>
- Veronezi, R. J. (2005). Funções psicológicas superiores: origem social e natureza mediada. *Ciênc. Méd.*, 537-541.
- Vygotsky, L. S. (1989/1998). *Pensamento e Linguagem* (2 ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Wagner, A., Falcke, D., Silveira, L. & Mossmann, C. (2002). A comunicação em famílias com filhos adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 75-80.
- Wagner, A., Ribeiro, L. S., Arteché, A. X., & Bornholdt, E. A. . (1999). Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 147-156.
- Waiselfisz, J. J. (2014). *Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil*. Brasília. Fonte: www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf

- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil*. Fonte:
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf
- Waiselfisz, J. J. (2015a). *Mapa Da Violência 2015: Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil*. Rio de Janeiro. Fonte:
www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf
- Waiselfisz, J. J. (2015b). *Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília. Fonte:
www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf
- Waiselfisz, J. J. (2015c). *Violência letal contra as crianças e adolescentes do Brasil*. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). Fonte:
http://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/Violencia_Letal_web.pdf
- World Health Organization. (2010). *Participant manual – IMAI One-day Orientation on Adolescents Living with HIV*. Fonte:
http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44258/1/9789241598972_eng.pdf
- Yokoy, T & Oliveira, M. C. S. L. (2008). Trajetórias de Desenvolvimento e Contextos de Subjetivação e Institucionalização de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* , 85-95. Fonte:
https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume3_n1/pdf/Yokoy_Oliveira.pdf
- Zaluar, A. (2007). Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos Avançados*, 31-49. Fonte:
<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10265/11896>

ANEXO A – ENTREVISTA UTILIZADA NA PESQUISA



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O direito à vida para crianças e adolescentes no Brasil: Uma análise do Programa de Proteção no Estado da Bahia

Olá! Convido você a participar desta pesquisa, respondendo às questões apresentadas neste documento. Suas respostas vão ajudar para que a entrevistadora possa conhecê-lo (a) melhor.

Em caso de dúvidas, peça ajuda.

ID:

ENTREVISTA DE EXPERIÊNCIAS DE VIDA

Participante: _____ Gênero: _____ Data: / /

Em que data você nasceu? (dd/mm/aaaa) ____ / ____ / ____

Gostaria de saber sua percepção sobre alguns temas e sobre como você tem se sentindo ultimamente. Não há respostas certas ou erradas. O que é realmente importante é que você responda com sinceridade.

Será solicitado que a criança ou o (a) adolescente conte a sua história de vida, desde a lembrança mais antiga até a atual.

Quando a criança ou o (a) adolescente terminar seu relato, a entrevistadora abordará pontos da narrativa que foram pouco explorados ou que ficaram obscuros.

A entrevistadora pode fazer perguntas que visem alcançar os objetivos da pesquisa, caso o adolescente não tenha o abordado em sua fala como:

1. Qual o impacto no ingresso no PPCAAM na sua trajetória de vida?
2. Quais as diferenças que percebe antes da sua entrada no PPCAAM e depois?
3. Quais são as principais dificuldades que você identifica em relação a ingresso/permanência no Programa?
4. O que você costuma fazer no dia a dia atualmente?
5. Conte como foi seu percurso pela rede de proteção até chegar ao PPCAAM.
6. Qual (is) o (s) sentimento (s) em relação a estar em um Programa de Proteção?
7. O que você diria para uma criança ou adolescente que fosse ingressar hoje no PPCAAM?
8. O que você planeja após o desligamento do PPCAAM?
9. O que você mudaria no PPCAAM, considerando a necessidade de proteção?

**ANEXO B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA CRIANÇA
OU ADOLESCENTE**

TERMO DE ASSENTIMENTO DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE

Olá _____!

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “O direito à vida de crianças e adolescentes no Brasil: Uma análise do Programa de Proteção no Estado da Bahia” ou simplesmente “O direito à vida de crianças e adolescentes no Brasil” A pesquisa tem como objetivo compreender o impacto que o PPCAAM teve na sua trajetória de vida.

Esta pesquisa pretende contribuir para um conhecimento maior sobre o PPCAAM e espera-se que o resultado deste estudo possa contribuir para uma melhora desta política pública. Participarão desta pesquisa adolescentes entre 12 a 18 anos, que foram inclusos (as) no Programa no Estado da Bahia.

Caso você aceite participar desta pesquisa, irá responder uma entrevista com perguntas acerca da sua história de vida e o impacto do Programa sobre a rede.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e você pode desistir de participar a qualquer momento. Além disso, não vai haver nenhum prejuízo em relação ao seu acompanhamento no Programa.

Não se preocupe sobre o sigilo das suas informações e dos seus dados, não falarei seu nome para ninguém, nem a cidade onde você está. Para facilitar o trabalho, as entrevistas serão gravadas. Caso você tenha alguma dúvida, procure um/a técnico/a de referência do Programa para entrar em contato com a pesquisadora responsável.

Eu, _____, aceito participar da pesquisa “O direito à vida de crianças e adolescentes no Brasil: Uma análise do Programa de Proteção no Estado da Bahia”. Comunico também que uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será arquivada junto a equipe técnica do Programa e que me foi dada a oportunidade de esclarecer as minhas dúvidas.

Salvador, _____ de _____ de _____

Assinatura do (a) Participante

Assinatura da Pesquisadora Responsável

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caros pais ou responsáveis, os (as) senhores (as) estão sendo convidados a participar da pesquisa “O direito à vida de crianças e adolescentes no Brasil: Uma análise do Programa de Proteção no Estado da Bahia”. A pesquisa tem como objetivo compreender a percepção e sentidos subjetivos do/da usuário/a e da equipe do Programa sobre o sistema de proteção e como lidam com as mudanças que ocorrem após o ingresso no PPCAAM/BA. Esta pesquisa visa contribuir para um conhecimento mais amplo acerca do PPCAAM e de que modo o/a adolescente se identifica ao ser um (a) usuário (a) de um programa de proteção. Além disso, espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir para uma melhora desta política pública, para que ela esteja mais afinada com a realidade das vivências deste público específico.

Nesta pesquisa, serão entrevistadas crianças e adolescentes entre 10 e 18 anos, que foram inclusos no Programa - os quais responderão perguntas acerca da sua história de vida e como lidam com o sistema de Proteção. Desta forma, é necessário que os responsáveis autorizem e concordem com a participação e utilização das informações. O nome do (a) adolescente não será conhecido, sendo denominado um nome diferente ao mesmo. Se ele (a) sentir algum desconforto devido às perguntas que serão feitas, terá apoio junto à equipe técnica do Programa, podendo interromper a entrevista no momento em que desejar. Caso você(s) não aceite(m) que ele(a) participe desta pesquisa ou queiram desistir em algum momento, não haverá problemas ou quaisquer prejuízos no que tange ao acompanhamento no PPCAAM. Todas as informações fornecidas serão tratadas de forma ética pela pesquisadora e será mantido o sigilo da identidade dos responsáveis, assim como do(a) adolescente. As informações pessoais serão utilizadas eticamente apenas para os fins da pesquisa. A pesquisadora conduzirá a investigação minimizando qualquer forma de constrangimento e/ou desconforto que possa surgir.

A assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido constitui uma autorização para a análise das informações e para a divulgação pública dos resultados da pesquisa pelos responsáveis através de artigos científicos e de dissertação. Em caso de dúvidas ou necessidade de maiores esclarecimentos, é possível entrar em contato com a equipe do Programa para contatar a pesquisadora responsável.

Observação: Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será assinado em duas

vias pela pesquisadora responsável e pelos responsáveis da criança e do(a) adolescente. Uma das vias ficará com os mesmos e a outra via ficará arquivada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Eu, _____,
responsável por _____, declaro que concordo e autorizo a participação do meu (minha) filho(a) na pesquisa O direito à vida de crianças e adolescentes no Brasil: Uma análise do Programa de Proteção no Estado da Bahia. Comunico também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que me foi dada a oportunidade de esclarecer as minhas dúvidas.

Salvador, _____ de _____ de _____

Assinatura do/a Responsável pelo/a Participante

Assinatura da Pesquisadora Responsável

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA EQUIPE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro (a) membro da equipe, este é o termo para a participação dos (as) usuários (as) do PPCAAM para a pesquisa “O direito à vida de crianças e adolescentes no Brasil: Uma análise do Programa de Proteção no Estado da Bahia”. A investigação tem como objetivo compreender o impacto que o PPCAAM teve na trajetória de vida de crianças e adolescentes inclusas no Programa.

Espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir para uma melhora desta política pública, para que ela esteja mais afinada com a realidade das vivências deste público específico. Desta forma, é necessário que autorize e concorde com a participação e utilização das informações das entrevistas realizadas com os usuários do Programa. Nenhuma informação ou dado dos (as) participantes será identificada. Os (as) usuários (as) podem interromper a entrevista no momento em que desejarem. Caso não aceitem participar desta pesquisa ou queira desistir em algum momento, não haverá problemas ou quaisquer prejuízos. Todas as informações fornecidas serão tratadas de forma ética pela pesquisadora. As informações pessoais serão utilizadas eticamente apenas para os fins da pesquisa. A pesquisadora conduzirá a pesquisa minimizando qualquer forma de constrangimento e/ou desconforto que possa surgir.

Em caso de dúvidas ou necessidade de maiores esclarecimentos, é possível entrar em contato com a pesquisadora responsável.

Pesquisadora responsável: Bianca Orrico Serrão. Telefone: (+351) 913455415.

Universidade de Coimbra - (+351) 239 851 450

Observação: Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será assinado em duas vias por você e pela pesquisadora responsável. Uma das vias ficará com você e a outra via ficará arquivada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Eu, _____, declaro que concordo e autorizo a minha participação na pesquisa O direito à vida de crianças e adolescentes no Brasil: Uma análise do Programa de Proteção no Estado da Bahia. Comunico também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que me foi dada a oportunidade de esclarecer as minhas dúvidas.

Salvador, _____ de _____ de _____

Assinatura do membro da equipe

Assinatura da Pesquisadora Responsável

ANEXO E – AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO QUE GERENCIA O PROGRAMA



AUTORIZAÇÃO

Autorizo **BIANCA ORRICO SERRÃO**, aluna do Curso de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, a visitar a sede do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do Estado da Bahia, bem como as instituições de acolhimento onde se encontram os usuários do referido Programa, para a realização da investigação intitulada "O direito à vida para crianças e adolescentes do Brasil: Uma análise do Programa de Proteção no Estado da Bahia".

Conforme autorização da Coordenação do Programa, a referida aluna encontra-se autorizada a realizar entrevistas com os membros da equipe e crianças e adolescentes em sistema de proteção, devendo estes ter ciência da pesquisa, dos seus objetivos e todos os procedimentos éticos que a envolvem através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a realização das entrevistas com as crianças e adolescentes, deverá ter a autorização dos responsáveis ou da equipe do Programa mediante o Termo em questão.

Cabe ressaltar que a definição dos dias e horários para a realização das entrevistas ficará à critério da Coordenação, devendo sempre ser respeitado a voluntariedade dos usuários e equipe em participar das entrevistas, bem como disposto na Resolução de Pesquisa com seres humanos (**Resolução 510/16**), além do cumprimento do art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) que estabelece o direito ao respeito à inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais que envolvem este público.

Salvador, 07 de março de 2017

Alice Martins

Coordenação Geral

Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do Estado da Bahia

Instituição Assistencial Beneficente Conceição Macêdo

CNPJ: 00.584.568-0001/05



ANEXO F – AUTORIZAÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA UC



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Extrato das Deliberações da Comissão de Ética e Deontologia da Investigação em Psicologia

Reunião de 18 de maio de 2017

Aos dezoito dias do mês de maio de 2017, pelas 14 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Ética e Deontologia da Investigação em Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Entre outros assuntos, a CEDI apreciou o projeto “*O direito à vida para crianças e adolescentes do Brasil: Os sentidos subjetivos de usuários (as) do Programa de Proteção no Estado da Bahia*”, apresentado por Bianca Orrico Serrão, atribuindo-lhe **Parecer favorável**.

Coimbra, 18 de maio de 2017



FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Joaquim Armando Ferreira
(Professor Catedrático)